

**CONTRIBUTO À RECONSTRUÇÃO
DA LIBERDADE PRIVADA**

Léo Rosa de Andrade

**TESE APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTOR EM DIREITO**

Orientador: Prof. Dr. Clóvis de Souto Goulart

FLORIANÓPOLIS

1 9 9 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A TESE **CONTRIBUTO À RECONSTRUÇÃO**
 DA LIBERDADE PRIVADA

elaborada por **LÉO ROSA DE ANDRADE**
e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi
julgada adequada para a obtenção do título de DOUTOR EM
DIREITO.

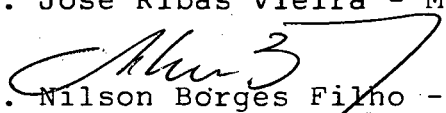
Florianópolis, 05 de setembro de 1991.

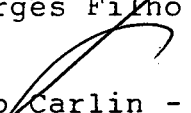
BANCA EXAMINADORA:

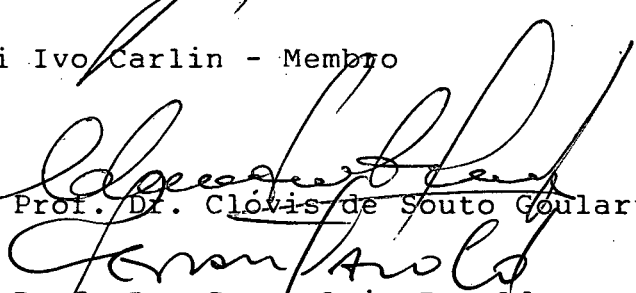
Prof. Dr. Clóvis de Souto Goulart - Presidente

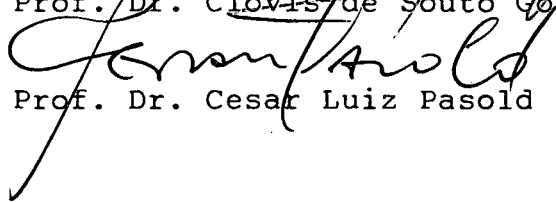
Prof. Dr. Aurélio Wander Bastos - Membro

Prof. Dr. José Ribas Vieira - Membro


Prof. Dr. Nilson Borges Filho - Membro


Prof. Dr. Volnei Ivo Carlin - Membro


Professor orientador: Prof. Dr. Clóvis de Souto Goulart


Coordenador do Curso: Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold

A Maíra Zimmermann de Andrade

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina,
pela oportunidade;

aos professores do Curso de Pós-Graduação
em Direito, pelos ensinamentos;

a Cesar Luiz Pasold, pelas sugestões;

a Osny de Medeiros Régis, que me orientou
e estimulou, com saudade;

a Nilson Borges Filho e a Volney Ivo
Carlin, pela contribuição;

a Alice Bianchini, a Amaline Boulos Issa
Mussi, a Rosa Cristina Ferreira de
Souza e a Nilda Silveira de Souza, pela
colaboração;

a Clóvis de Souto Goulart, especialmente,
pela orientação e estímulo.

RESUMO

A presente tese busca efetuar a anatomia da liberdade individual privada em processo de refluxo.

Objetiva a configuração das relações de poder, que vêm fazendo reverter, sutilmente, a liberdade dos seres humanos a uma fraude; a humanidade, a massa de manobra. Também, somar na construção/reconstrução, por inserção de idéias que ensinem a importância fundamental de cada um saber de si, como meio de sair de si, de ser parte do todo, mas, nele, parte distinta.

Para tal, considera os instrumentos de controle social, a relação indivíduo-ideologia, a uniformidade em elaboração, a informação enganando e nivelando valores, a questão dissidir ou usufruir, as chances de transformação, a função da legalidade, a opção pelo conselho ou pelo castigo, a percepção de si, o

significado e as condições de viver democracia.

ABSTRACT

The present thesis searches to effectuate the anatomy of the individual private freedom in process of reflow.

The main objective of this theses is the configuration of power relations which have been inverting, subtly, the freedom of human beings into a fraud; humanity into masses manipulation. The present thesis, also, intends to add in the construction/reconstruction of the individual private freedom, thorough insertion of ideas that may teach the fundamental importance of each person knowing about himself, as means of being authentically himself, and become part of a whole, but, in it, being a distinct fraction.

To this end, the present thesis takes into

consideration the social control instruments, the relationship person-ideology, the uniformity in elaboration, the information misleading and grading values, the question of disagreeing or usufructing, the chances of transformation, the function of legality, the choice for advice or for punishment, the perception of oneself, the significance and conditions of living democracy.

RÉSUMÉ

La présente thèse procure effectuer l'anatomie de la liberté individuelle privée en processus de reflux.

L'objectif est la configuration des relations de pouvoir qui font subtilement retrograder la liberté des êtres humains à une fraude; l'humanité, à la masse de manoeuvre. Et, aussi, d'ajouter à la construction/reconstruction de la liberté individuelle privée par le moyen d'idées qui enseignent l'importance fondamentale que chacun doit savoir de soi, comme moyen de sortir de soi; de faire partie d'un tout, mais, dans le tout, être une part distincte.

Pour cela, cette thèse considère les instruments de contrôle social, la relation individu-ideologie, l'uniformité dans la préparation,

l'information trompant et équilibrant les valeurs, la question sur un dissident ou un droit d'usufruit, les chances de transformation la fonction de la légalité, l'option pour le conseil ou le châtement, la perception de soi, la signification et les conditions de vivre démocratie.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vii
RÉSUMÉ	xx
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1	
RELAÇÃO INDIVÍDUO-IDEOLOGIA	08
CAPÍTULO 2	
ELABORANDO A UNIFORMIDADE	23
CAPÍTULO 3	
A INFORMAÇÃO, ENGANANDO E NIVELANDO VALORES	41
CAPÍTULO 4	
DISSIDIR OU USUFRUIR, EIS A QUESTÃO	57
CAPÍTULO 5	
AS CHANCES DE TRANSFORMAÇÃO	70
CAPÍTULO 6	
A FUNÇÃO DA LEGALIDADE	90

CAPÍTULO 7

ENTRE O CONSELHO E O CASTIGO	106
------------------------------------	-----

CAPÍTULO 8

A PERCEPÇÃO DE SI	124
-------------------------	-----

CAPÍTULO 9

SOBRE DEMOCRACIA	139
------------------------	-----

CAPÍTULO 10

CONTRIBUIÇÃO A UMA POSSIBILIDADE	154
----------------------------------------	-----

CONCLUSÃO	170
-----------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
----------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O mando direto de uma pessoa sobre outra tem diminuído acentuadamente. A subjugação deixa de ser atribuição da tirania, passando ao serviço da tutela. Há, em face disso, a ilusão do declínio das relações arbitrárias de poder. Também, ante o não acionamento de comportamentos de força virtuais, ou que já vigoraram abertamente, vinga a impressão de que estão isentas de constrangimento as condutas assumidas, ou deixadas de assumir. Em verdade, o arbítrio sobre as pessoas e a ingerência sobre os costumes têm se exercido de outra forma, ou por outros meios. O poder, cada vez mais, é produto de organizações impessoais, profundamente complexas e dissimuladas, que, persuadindo e dissuadindo, trabalham com ele, eliminando o indivíduo enquanto personalidade privada, produzindo-o anônimo, indiferenciado e substituível, transformando-o em massa, assim compelida à adoção ou recusa de atitudes.

A presente tese efetua reflexões sobre a forma como a liberdade individual privada vem refluindo em função de comportamento delimitado por normas que aparelhos formadores de opinião e vontade fazem acatar, reduzindo as aspirações individuais à possibilidade, apenas, de selecionar entre ofertas programadas por grupos dominantes, independentemente dos fundamentos teóricos ou práticos que têm justificado as diferenças sociais existentes entre as pessoas, nas tantas formas ditas políticas de conviver.

Intenta mostrar que a programação ofertada é compromissada com o atendimento a interesses estabelecidos, engodando pessoas e levando-as a aspirar tão somente a ilusões que lhes são vendidas, competentemente - são traficadas as quimeras e a necessidade de tê-las - , por variadas formas de ludíbrio e empulhação. Ilusões que, por além de gerarem simplórios e pacovices nas relações sociais de natureza pública, embalam desejos que se fantasiam privados e até íntimos, mas que só se insinuam na privacidade e se alojam na intimidade por emissão liberada desde vontades que não se largam a divisar, convencendo aos persuadidos de que as razões que preconizam são certezas emanadas de seu próprio âmago.

A hipótese levantada é a de que existe vontade individual e popular de atuação no traçar de seus

próprios caminhos. A participação, todavia, quando ocorre, é dirigida; o povo não é agente, no máximo assiste - podendo aplaudir ou vaiar - a espetáculos bem montados. O argumento principal é o de que o indivíduo - cada indivíduo é alcançado e sofre interpelação particularmente dentro da comunidade - é conduzido, sutilmente, através de instrumentos formadores de opinião, a iludir-se com a sensação de liberdade, quando é, em verdade, livre apenas para determinar-se dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

Concebe que, nas relações de poder, é possível ocorrer que tanto os que lhe detêm o exercício quanto os que a ele são submetidos ajam sem estar necessariamente sempre cientes da parte que desempenham nos jogos, ou mesmo que suas práticas estejam sucedendo. Mas conclui que, mercê de trapaças que se apuram pelos tempos, a história do povo em tais relações é a história de uma ausência. Nas fórmulas que as enunciam, muitos observam aos alheios líbios de poucos, sem que a realidade da rendição seja reconhecida pelos submetidos, ao tempo em que poderosos, por amor ao próprio poder, mantêm discreta e decorosa atitude com tudo o que lhes diga respeito, prevenindo toda e qualquer vulgarização do assunto, blefando com segredos que afetam um catecumenato que só alguns, em condições muito exclusivas, logram obter. Se, assim, para as massas conduzidas, a falta de poder sempre esteve inscrita na ordem natural das coisas, mais, agora, elas estarão alheias aos seus processos. O

poder nunca frequentou os assuntos levantados nos colóquios populares exatamente por lhes ser estranho. Se só uma minoria o exercia, e continua exercendo, só esta minoria o conhece o suficiente para discuti-lo, sabê-lo melhor, manipulá-lo com competência. Sobra que o poder lhe pertence.

Nas variadas formas em que se apresentam, onde quer que existam, as sociedades humanas, à medida que - e principalmente quando - se desenvolvem tecnológica e administrativamente, vêm massificando os indivíduos, igualando-os, não em direitos, mas no comportamento e nas aspirações, uniformizando-lhes o modo de ser e desejar. O assunto é, então, a-temporal e a-espacial, enquanto que, paradoxalmente, considera qualquer tempo e todo lugar.

O objetivo da tese é a análise, mas a que denuncie e contribua: mostrar que o existir não tem sido o gozo da individualidade, mas a subjugação do indivíduo, à revelia, com sua anuência, ou mesmo colaboração, aos préstimos de interesses que não identificam origem ou beneficiário e que são, no mais das vezes, inconfessáveis; dizer, todavia, que, numa diligência lúcida, arredados os devaneios de conspiração da insurreição que emancipará "o povo", é realizável a própria construção, o soerguimento de si acima da homogeneidade obtida pelos métodos de subjugar e, não obstante sua presença acachapante, viver a vida, não apenas sobreviver de alguma forma permitida.

Por transpassar a vida política e social, o tema adquire relevância. Tratando do cotidiano, podendo advertir pessoas, tendo ambição de investigar a medida da emancipação humana e procurando referir feições de intentá-la, não lhe é concedido ficar confinado a alguns, justificando-se, destarte, o estudo que vem adicionar-se a poucos outros.

A partir da hipótese enunciada, a abordagem é desenvolvida, preocupando-se, de princípio, em esclarecer o entendimento adotado para ideologia, mostrando, a seguir, de que maneira passa-se a assumir, como se fosse decisão própria, o que interessa a determinado sistema. Depois, o texto analisa o surgimento das regras de convivência, a quem elas servem, como são administradas, o induzimento das pessoas a aceitá-las e a defendê-las, bem como as conseqüências sofridas por quem contra elas se rebela. Discute possibilidades.

Empreende, então, fornecer o contributo efetivo, à recuperação da idéia da liberdade privada como valor, considerando-a como obtida, quando está identificado o espaço em que possa existir e ter expressão o indivíduo que carece do viver em sociedade, mas não quer ser tragado pela massa que a compõe, despersonalizada e despersonalizante. Assevera que é imperioso aprender a perceber-se e a seus limites. Que se deve, a partir de si e até as lindes que puder atingir, tentear dispor um sítio

político que cogite ampliação e oferte oposição à ditadura da sociedade. Para tanto, é instante falar-se em democracia, pensada como forma de existir e coexistir, em que se estabeleçam conjunções cambiáveis, e não como lugar de conceitos definitivos ou normas dogmáticas que, por confinar-lhe as possibilidades, fazem-na acanhada e derruída.

A sugestão derradeira, fundada na conjectura de que não é realizável um movimento redentor, salvacionista dos povos, propõe que a pessoa deve tentar aprender a construir a si como maneira de sair de si; e, assim, procurar relacionar-se com o outro, construindo-se e fazendo construir, pois a qualidade do próximo é a do mundo concreto e tangível, portanto, do seu mundo e, aí, de si próprio. Do todo que aborda, o trabalho ressalta a preocupação com o significado e a dimensão da liberdade humana, pensada como um valor que a própria humanidade inventou e proclamou, e que por tal, por ser criatura sua, lhe pertence, mas que necessita ser sempre elucidado, mais divulgado e melhor preservado.

Tal elenco de preocupações determinaram o sumário, organizado de maneira que primeiro explicitasse a situação do indivíduo após as amarrações que o têm feito cativo pelo que lhe é dado pensar, depois identificando atitudes/espacos libertários, posteriormente falando sobre fazer-se, o tanto quanto possível, livre.

A pesquisa buscou apoio bibliográfico para o seu enunciado em textos que referissem as relações de poder entre as classes dirigentes e as gentes que compõem a massa anônima; em estudos dos instrumentos e meios adotados por aquelas para conduzir estas, principalmente os que identificam a condução feita através da exploração ideológica e os mecanismos que formam e reproduzem ideologia; em escritos que pensam democracia e as atitudes que mais a signifiquem e sejam formas de sua expressão; em abordagens voltadas aos temas do indivíduo.

Houve empenho em avigorar o teor da tarefa com o costumado recurso a autores academicamente verificados, meio abonatório mais conveniente para uma tese de doutoramento, mas, outrossim, foi entendido por muito pertinente evitar limitações. Não houve, pois então, qualquer preconceito - antes, ao inverso, fecundo manancial de concepções aí se oferecia - no valer-se de periódicos que, por seus melhores articulistas, oferecem análises que, se são menos robustas no conteúdo, contêm mais perspicácia no assuntar sobre questões que diurnalmente mosaicam a história, são os acontecimentos políticos e sociais que enredam e instigam mais direta e significativamente toda a gente.

O método escolhido para trabalhar foi aquele pensado como necessário para melhor atender à exigência de produção acadêmica inédita, mas que pudesse ser

desenvolvida com confirmações teóricas pertinentes ao tema. Assim, foi obtido que, se as afirmações feitas no texto são corroboradas com outras teses já demonstradas, as conclusões do trabalho são afirmações do doutorando, que se demonstraram por conjugação do afirmado no desenvolver da tese.

A aprovação do presente trabalho acadêmico não significará o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta.

1 - RELAÇÃO INDIVÍDUO-IDEOLOGIA

Em muitas sociedades há um "pacto de sinceridade", um jogo aberto nas relações entre as classes dirigentes e a população: o governo manda, e o povo obedece. São regras claras e posições definidas. A vontade dos governados é submetida à dos detentores do poder pela coerção prepotente e bruta. São as ditaduras. Em outras sociedades, supostamente, há liberdade, as pessoas seriam "donas de sua vontade", e os governantes administrariam segundo as intenções que o povo expressasse. São as democracias. Os conceitos, talvez acanhados para suprir solicitação ilustrada, são consoantes com o entendimento trivial, que se quer sobrelevado. Os dicionários mais franqueados assentam que ditadura é a "forma de governo em que todos os poderes se enfeixam nas mãos dum indivíduo, dum grupo, duma assembléia, dum partido, ou duma classe | e que democracia vem a ser o | (...) regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição

equitativa do poder (...)" (1), o que lhes presta, por conseguinte, confirmação.

Nas paragens em que prevalecem usos e costumes tidos, no sentido dado, como democráticos, há, à primeira vista - quando os movimentos sociais são verificados, mais ainda atentando-se que sempre novos são criados e velhos sofrem alterações - enorme, incontroado e incontrolável caos. Ninguém ou nada, parece, administra as multidões, dirige o estado de coisas existente. Os movimentos das massas surgiriam inexplicáveis, os requerimentos populares nasceriam sem origem definida, morreriam sem motivo concreto.

Ocorre que, "na representação imaginária, as massas flutuam em algum ponto entre a passividade e a espontaneidade selvagem, mas sempre como uma energia potencial (...), hoje referente mudo, amanhã protagonista da história, quando elas tomarão a palavra e deixarão de ser a 'maioria silenciosa'." (2) Então, a muitos, se afiguram possibilidades de transformação. Há prometedores de mundos melhores e há crentes. Os prometedores, identificados como líderes, se não todos, por certo os escalões mais destacados, sabem quão chocarreiras são as promessas. Os crentes - até para justificar sua existência - seguem identificando novos messias, continuam crendo. Muitas vezes dando a existência pelo credo.

O contrário, o interesse pela manutenção das condições em que as relações comunitárias vêm se processando, contudo, corresponde bem mais aos fatos. Não há um direcionamento pré-estabelecido do devir, não há uma projeção da história, não acontece sua previsão e planejamento. Há, de toda forma, uma administração dos contornos mais gerais do comportamento coletivo. Não ocorre um dirigir absoluto, mas as tendências, que de ordinário são provocadas, quando não recuperadas, são sempre administradas.

A administração da sociedade não ocorre de forma direta, ostensiva. É, pelo contrário, praticamente invisível, acontecendo de maneira sutil e se realizando com a aquiescência do administrado, no mais das vezes com a defesa apaixonada ou com suportes teóricos bem elaborados. O controle da sociedade dá-se através da ideologia.

Antes de se estudar de que maneira acontece o controle, como a ideologia é empregada na forma de instrumento de dominação, é necessário esclarecer o que se entende a seu respeito.

Para Roy Macridis, "uma ideologia consiste em um conjunto de idéias e crenças através das quais percebemos o mundo exterior e 'atuamos sobre nossa informação'. É um meio através do qual tentamos aprender e

compreender o mundo. Finalmente, as ideologias são orientadas para a ação. Isto é, consistem de idéias compartilhadas por muitas pessoas que agem juntas ou são influenciadas a agir juntas de forma a alcançar fins postulados." (3)

Antonio Carlos Wolkmer, ao estudar o tema, desmembra tal conceito, quando cita Herbert Waltzer: 'um sistema de crenças que explica e justifica uma ordem política preferida para a sociedade, seja existente ou proposta, oferecendo, ao mesmo tempo, uma estratégia (processos, arranjos institucionais, programas) para sua real execução'; Carl Friedrich: 'sistemas de idéias relacionadas com a ação. Contêm tipicamente um programa e uma estratégia para sua execução; e sua função essencial é unir organizações construídas em volta delas. Ideologias são conjuntos de idéias relacionadas com a ordem política e social existente e tendentes a modificá-la ou defendê-la'; Karl Jaspers: 'um complexo de pensamentos e de representações que se apresenta como verdade absoluta ao espírito do sujeito que pensa na interpretação do mundo e na sua situação nesse mundo; mas o indivíduo cria com isso uma auto ilusão que lhe permite justificar-se, dissimular e evadir-se: e o faz, em certo sentido, para sua vantagem'. (4)

Ainda Wolkmer, ao relacionar as características da ideologia, tomando por base um estudo

de Waltzer, elenca, dentre outras: "a ideologia tem um alcance amplo e variado: os indivíduos estão ligados à ideologia pelos transmissores de massa, ou seja, partidos políticos, grupos de interesses e meios de comunicação"; "a ideologia é um padrão sistemático de pensamento político: idéias que oferecem uma explicação e uma visão do mundo"; "ideologia inclui elementos tanto empíricos como normativos: envolve fatos e valores"; "a ideologia é programática: envolve estratégias e metas"; "a ideologia está entrelaçada a movimentos políticos." (5)

Daniel Bell considera que: "A ideologia converte idéias em 'alavancas' sociais (...) é um compromisso com as conseqüências das idéias"; "O que dá força à ideologia é sua paixão (...) A função latente mais importante da ideologia é mobilizar a emoção"; "A ideologia faz com que as pessoas deixem de enfrentar problemas específicos, e de examiná-los à luz dos méritos individuais. As respostas estão prontas, e são aceitas sem reflexão; quando as crenças são apoiadas pelo fervor apocalíptico, as idéias se transformam em armas, com resultados espantosos." (6)

As incursões ideológicas são amplas e globais. "Sua função é a de formar a maior parte das idéias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a

necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural (...) Serve como modelo para a compreensão da realidade e guia orientador da conduta de todo o grupo e de cada indivíduo em particular (...) [os quais, na ação, têm a expectativa] de integrar o maior número de pessoas que, aceitando os mesmos valores e normas, atuem numa mesma direção, permitindo que os objetivos sejam atingidos. Se não houver idéias comuns, torna-se impossível coordenar, integrar as ações, organizar as lutas e os movimentos. " (7)

Pode-se concluir, então, que, para a realização da ideologia, deve haver indivíduos, solitários ou em grupos, vendo, sentindo e atuando no mundo, considerando os fatos a partir de suas crenças e valores. O desenvolvimento de qualquer interferência no mundo obedece a programas, a planos, e é feita através de instrumentos determinados que se podem chamar de instrumentos ideológicos.

Deve-se entender, todavia, que a ideologia não se realiza a partir do indivíduo. Não há uma deliberação de foro íntimo, isenta de interferências, que desencadeie um processo ideológico. A pessoa não a cria, não decide sobre ela. Pelo contrário, é uma totalidade ideológica que forma o indivíduo, ou mesmo o grupo. É a partir de um contexto ideológico que se forma quem vai

atuar ideologicamente, reproduzindo uma ideologia, e um contexto, e um "ideologizado", criando e, ao mesmo tempo, mascarando as relações de poder e as contradições decorrentes. "Obviamente esta produção da ideologia não se dá conscientemente, mas sim em decorrência de uma visão da sociedade da posição de quem a domina e que precisa justificar e valorizar sua dominação" (8), sem que haja uma opção pessoal entre deixar-se envolver, ou se manter afastado, infenso. "Elas existem porque homens e mulheres as compartilham e adotam como partes de suas próprias vidas. As ideologias são armas quando nisso são transformadas; mas elas são também abrigos que proporcionam companheirismo, cooperação e realização." (9) É um sistema que funciona com a concordância das partes, indiferente com elas e apesar delas, ou mesmo contra elas.

Há, contudo, que se atentar para dois aspectos. Primeiro, que não há apenas uma ideologia acontecendo e sendo reproduzida. Há várias, e elas se inter-relacionam, somando-se, ou chocando-se; interferem-se reciprocamente, negando-se, ou assimilando-se. Sempre surgem, porém, novos aspectos, administrados ou não, a alterar o quadro geral. Permanece, de qualquer forma, o processo. Segundo, que ocorre de haver a saída de indivíduos ou grupos pela tangente do círculo ideológico. Descubrem o funcionamento do sistema e deixam de ser levados de roldão; sua vontade passa a concorrer com a vontade massificada. Levam consigo uma

carga ideológica, não saem isentos, não obtêm atingir instância de "neutralidade", mas conseguem deslocar-se do redemoinho, observar, "de fora", o panorama, podendo passar a ingerir nele, a administrar interferências no processo ideológico, se não determinando-lhe um caminho, pelo menos concorrendo para que propenda à direção divisada.

Os pressupostos que informam o comportamento do povo, o rumo a seguir, no entanto, não emergem de "debates" de grupos organizados ou da "consciência" de cada pessoa. Há dogmas universais (para o universo do indivíduo ou do grupo) assumidos e reproduzidos pela ideologia, cumprindo funções mistificadoras e dominadoras, as quais, na prática, geram as contradições que permitem criar uma condição de aceitação das idéias que são exibidas através de canais competentemente acionados, como transcendentais à realidade, ao cotidiano, como "verdade".

Os apontadores de rumo, os que acionam os instrumentos que simulam verdade, gerando efeitos de verdade, por outro lado, não são um corpo único, uma classe dominante inalterável, compacta, homogênea. Há uma composição, no sentido de negociação de interesses e mesmo de valores de grupos, eventualmente menos ou mais dominantes, que constituem o todo da classe dominante. Aí nada é estático. Tudo se encontra em constante e dinâmica interação; não há exclusão; antes há garantia recíproca de

condições de existência. Cada valor justifica a existência de outros, e o conjunto deles encontra-se nos alicerces de cada um. São faces de um todo e se complementam umas às outras, decorrendo dos mesmos princípios fundamentais, guardando interdependência e sustentação, reagindo globalmente a modificações. "Os altos membros (...) |dos centros de decisão| estão sempre prontos a adotar o ponto de vista uns dos outros, com simpatia, e freqüentemente também com conhecimento de causa. Definem-se como os que contam, e que por isso devem ser levados em conta. Cada um deles, como membro da elite do poder, assimila à sua integridade, sua honra, sua consciência, o ponto de vista, a expectativa, os valores, de outros (...) Dentro dos altos círculos da elite do poder, existem grupos e facções; há conflitos de orientação, e chocam-se as ambições pessoais. Há ainda divisões de importância (...) que provocam diferentes métodos de operação. Mais poderosas que essas divisões, porém, são a disciplina interna e a comunhão de interesses que unem a elite do poder, mesmo por sobre as fronteiras dos países em guerra." (10)

"Há ditames de caridade, de religião, de trato social, de moral, de direito. Todas essas noções, a princípio, eram indistintas" (11), como indistintos eram os poderes que as controlavam. Atualmente, grupos diversificados e variáveis de poder as manipulam, em menor ou maior grau, por meio de aparelhos formadores de

opinião, e o conjunto forma um todo muito mais poderoso, e então sem controle isolado, do que a soma das partes. Os aparelhos que oficiam ao público o modo de se comportar, o qual, espera-se, seja o adotado e reproduzido, unificam a diversidade de grupos de poder e de manipulação, fundindo as variações ideológicas, a partir das quais cometem intercessões no seio da ideologia dominante. A ideologia de cada grupo encontra-se, a cada momento, já presente na ideologia dominante, e a ideologia dominante encontra-se, a cada momento, já presente na ideologia de cada grupo.

São, não obstante instáveis as "situações" ideológicas, onipresentes as ideologias. Mesmo não ocorrendo ocultamento - as ideologias subsistem enquanto se expressam - o indivíduo não descortina as composições cambiantes de suas formas, restando que elas mais mascaram do que revelam a realidade. As relações ideológicas que permeiam todas as sociedades, entretanto, não são erradas, da mesma forma que não são corretas. Elas simplesmente existem e são condição de existência de qualquer organização social. "É preciso insistir que a ideologia não é um erro, nem sequer uma mácula do conhecimento (...) O oposto da ideologia não é a verdade; é outra ideologia. Extirpar a ideologia como uma mácula de determinados conhecimentos não os deixa puros; elimina-os." (12) O que, por outro lado, é inegável, é que da ideologia se lança mão "para fundar racionalmente valores atingidos pela dúvida e crise social; serve também para justificar e

fundamentar racionalmente uma mundividência; serve para criticar as sociedades e 'praxis' político-sociais, a cultura e a sociedade, e serve para estabelecer uma análise da realidade essencial." (13) Quer dizer, a ideologia cumpre funções de envolvimento emocional, de unificação de esforços, de ocultamento de interesses, de projeção para o futuro, de auto-identificação do indivíduo ou de grupos, de comprometimento com idéias e apoio a propósitos, de padronização de conceitos, de desencadeamento de ações.

As relações indivíduo-ideologia, por sua vez, se transcendem a percepção popular, são perfeitamente percebidas, em virtude de vantajosamente situados, por alguns que bem podem interferir, e têm interferido, nas suscetibilidades de pessoas e grupos, logrando obter atitudes que parecem, a quem as pratica, nascidas de si, mas que, definitivamente, não são. "O poder de influência dos homens comuns é circunscrito pelo mundo do dia-a-dia em que vivem, e mesmo nesses círculos de emprego, família e vizinhança freqüentemente parecem impelidos por forças que não podem compreender nem governar. As 'grandes mudanças' estão além de seu controle, mas nem por isso lhes afetam menos a conduta e as perspectivas. A estrutura mesma da sociedade moderna limita-os a projetos que não são seus (...). Mas nem todos os homens são comuns, nesse sentido (...). Alguns deles chegam a ocupar posições das quais podem olhar, por assim dizer, para baixo, para o

mundo do dia-a-dia dos homens e mulheres comuns, suscetível de ser profundamente atingido pelas decisões que tomam (...) Quer exerçam ou não seu poder, a experiência técnica e política que dele têm transcende, de muito, a da massa da população." (14)

Os que compõem as interligações determinantes, presumem estar onde lhes é próprio, com a licença obtida de produção ideológica sua mesma, ou de seus caudatários. "As pessoas com vantagens relutam em se considerarem apenas pessoas com vantagens. Chegam a definir-se prontamente como intrinsecamente dignas daquilo que possuem; chegam a acreditar-se como constituindo 'naturalmente' uma elite; e na verdade consideram seus bens e privilégios com extensões naturais de seu ser de elite. Nesse sentido, a idéia de elite como composta de homens e mulheres com um caráter moral mais apurado é uma ideologia da elite em sua condição de camada dominante privilegiada, e isso é válido tanto quando a ideologia é feita pela própria elite ou quando outros a fazem por ela." (15) Donas dos fins, o que as pessoas remanesçam pensando, justificam os meios, as formas de fabricação o pensar. A permanência sucede do gerir repetição.

NOTAS

1. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.
Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro :
Nova Fronteira, |198-|. p. 484, 430.
2. BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias
silenciosas : o fim do social e o surgimento das massas.
Trad. de Suely Bastos. 2. ed. São Paulo : Brasiliense,
1985. p. 10
3. MACRIDIS, Roy C. Ideologias políticas
contemporâneas. Trad. de Luiz Tupy Caldas, Maria Inês
Caldas de Moura. Brasília : Universidade de Brasília,
1982. p. 20. Este conceito é apresentado como sintetiza-
dor de diversos sentidos dados à palavra Ideologia, por e-
le anteriormente relacionados, sem indicar qualquer deles
como conceito seu.

4. WOLKMER, Antonio Carlos. Demarcações históricas para uma temática das ideologias. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 59, p. 123-124, jul. 1984. Houve destaque, dentre outros conceitos apresentados às pp. 123-4, alguns de importância relevante, dos que dão suporte à tese que se desenvolve.

5. Ibidem, p. 126.

6. BELL, Daniel. O fim da ideologia. Trad. de Sérgio Bath. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1980. p. 324, 327-328. (Pensamento político, 11).

7. GARCIA, Nelson Jahr. O que é propaganda ideológica. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. p. 25-26. (Coleção primeiros passos, 77).

8. LANE, Sílvia T. Maurer. O que é psicologia social. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981. p. 7. (Coleção primeiros passos, 39).

9. MACRIDIS, Roy C., op. cit., p. 28.

10. MILLS, C. Wright. A elite do poder. Trad. de Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1973. p. 334-335. (Biblioteca de ciências sociais).

11. CHAVES, Antonio. Tratado de direito ci-

vil. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1982. v. 1, t. 1, p. 7.

12. MACEDO, Ubiratan Borges de. Ideologia no mundo contemporâneo. Nomos, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 98, 1986.

13. Ibidem, p. 103.

14. MILLS, C. Wright, op. cit., p. 11.

15. Ibidem, p. 23.

2 - ELABORANDO A UNIFORMIDADE

Foi dito que o indivíduo vê, sente e atua no mundo, a partir de suas crenças e valores. O "truque", então, seria mostrar apenas a "coisa certa", criar sentimentos "úteis", convidar a atuar em um mundo específico, previamente "trabalhado" e "vendido" ao público. Passar-se-ia a crer no que fosse visto, e só se veria o que fosse mostrado, e só se mostraria o que induzisse a massa a certos e esperados comportamentos. Os valores seriam postos, recuperados ou transformados. Pelos tempos, maneiras de fazê-lo vêm-se aperfeiçoando. "Já nos anos 70 do século XVII", conta Jürgen Habermas, historiando sobre a formação de opinião pública, "Harley (...) contrata literatos tipo Defoe, a quem já se chamou de primeiro jornalista profissional e que sustentou a causa do whigs não só, como até então, em panfletos, mas em novos jornais. Em verdade é ele quem faz do 'espírito do partido' um 'public spirit'. A Review de Defoe, o

Observador de Toutchin, o Examiner de Swift são discutidos em clubes e cafés, em casa e nas ruas." (1) No mesmo século, a preocupação também se estenderia ao que não se poderia deixar conhecer, de maneira que todos vivessem em "harmonia", significando na conformidade. Hobbes alerta no Leviatã que "compete à soberania ser juiz de quais as opiniões e doutrinas que são contrárias à paz, e quais as que lhe são propícias. E, em consequência, de em que ocasiões, até que ponto e o que se deve conceder àqueles que falam a multidões de pessoas, e de quem deve examinar as doutrinas de todos os livros antes de serem publicados. Pois as ações dos homens derivam de suas opiniões, e é no bom governo das opiniões que consiste o bom governo das ações dos homens, tendo em vista a paz e a concórdia entre eles. E, embora em matéria de doutrina não se deva olhar a nada senão à verdade, nada se opõe à regulação da mesma em função da paz." (2) Por muito prestimoso, o rebate calou na "soberania" porvindoura. "A extensão da influência que os meios de comunicação de massa têm exercido sobre sua platéia deriva não somente do que é dito porém, mais significadamente, do que não é dito." (3) O que autenticamente tem importância, é subtraído do dizer.

Os meios de informação, mais preocupados com a formação de opinião, em articulações estratégicas que reputam decisivas, com técnicas muito mais apuradas na atualidade, não apenas noticiam fatos, mas interpretam,

"enlatam" notícias manejadas e as distribuem com a máxima intensidade, formando tendências, ou as censuram, em conteúdo e mesmo em abrangência, evitando a divulgação de informações prejudiciais ao credo conveniente. A opinião pública, assim, não apenas mediatizada pela mídia, mas definida por ela, age, desencadeando um processo, criando uma corrente de comportamento massificado, e servirá, ela própria, como vigia da nova ordem, dos valores distribuídos. "Também Tocqueville considera a opinião pública antes como coerção à conformidade do que como uma força da crítica: 'À medida que os cidadãos se equiparam entre si e se tornam mais parecidos, restringe-se em cada um a tendência a acreditar cegamente em um determinado homem ou numa determinada classe. Cresce a tendência a acreditar na massa e, cada vez mais, é a opinião pública que rege o mundo (...) Ela não convence através de seu modo de ver, mas ela o impõe e impregna os ânimos através de uma poderosa pressão espiritual de todos sobre o entendimento individual. Nos Estados Unidos, a maioria assume a tarefa de servir ao indivíduo uma porção de opiniões prontas, tirando-lhe com isto a obrigação de formar uma para si mesmo. Assim, nas questões filosóficas, éticas ou políticas há um grande número de teorias que cada um assume sem perceber, confiando na esfera pública'." (4)

Há uma opinião pública, uma ditadura da opinião pública preceituando, ofertando um senso geral e

generalizante para estabelecer o "lugar comum", um conjunto abrangente de concepções que submetem todas as esferas da vida humana a um mesmo elenco de dogmas e princípios, coagindo todos à conformidade, "alugando cabeças", ditando, recuperando, regulando costumes. "E isso também é verdadeiro para os indivíduos: nós somos apenas episodicamente condutores de sentido, no essencial e em profundidade nós 'nos comportamos como massa', vivendo a maior parte do tempo num modo pânico ou aleatório, aquém ou além do sentido." (5)

Nessa pressão a massa atua, sem administrar-se. São meros alienados sem qualquer consciência de si e que, em conjunto, produzem alienação e reproduzem um ambiente alienante. "Também o raciocínio do público é vítima da refeudalização. A forma de discussão da sociabilidade cai sobre o fetiche de uma presença comunitária em si: 'A gente não se satisfaz mais com a reflexão solitária e egocêntrica (...), mas fazendo coisas com as outras pessoas; até mesmo olhar em conjunto programas de televisão ajuda a fazer com que se seja um homem certo'." (6)

Existe forte e respeitável argumentação que empresta ilusória substância à idéia de que, apesar da realidade da massificação, ela seria relativa tão somente a certos aspectos mais superficiais da vida, não atingindo o âmago da individualidade. Afirma-se que, não obstante a

hegemonia de determinados valores e da existência de poderosos aparelhos que os disseminam, desenvolvem e mantêm, bem mais próximo do indivíduo, e com características muito próprias e marcantes, estaria a família, a amizade, o clube, a igreja, o sindicato, a escola. Bem, mas exatamente aí está parte substancial dos instrumentos a serviço das classes dominantes. Estes são exemplos acabados dos próprios aparelhos de dominação. Instilam e consolidam crenças com maior eficácia, à medida que gozam de mais e melhor reputação social. As idéias, os valores hegemônicos são derramados sobre cada um desses grupos, e eles fazem, conscientes ou não, pouco importa, a linha de frente dos modos de se comportar desejados pelos poderosos. Exatamente aí se dão as práticas de rituais que erigem ou confirmam valores.

Não se polemiza satisfatoriamente o assunto, mas quem queira quedar-se a tal, em observação mesmo perfunctória, inferirá que o condicionamento e a submissão - as práticas de poder - remanescem conseguidos muito menos de arranjos obscuros do que de praxes transparentes, admitidas e valorizadas. "Difícilmente alguém questionará a importância do condicionamento explícito dos meios de comunicação de massa como instrumento para conquistar a submissão e exercer o poder. Aqueles engajados na mídia estão solenemente cientes do seu papel. Menos divulgado é o condicionamento através da educação formal - pela família, pelas escolas e universidades. Todos cultivam

intensamente as crenças que permitem o exercício do poder. As crianças, em qualquer escola com um mínimo de competência, são ensinadas desde os mais tenros dias que a autoridade dos pais e dos mestres deve ser respeitada; que as leis devem ser obedecidas; que há uma presunção de sabedoria naquilo que um governo democrático decide; que há um código a ser cumprido em relação a asseio, trajes e higiene pessoal; que a aceitação da liderança - a submissão prazerosa à vontade de outros - é uma coisa normal e louvável. Parte do valor que todas as instituições educacionais conferem aos esportes coletivos reside no treinamento que proporcionam e que implica numa substituição quase automática dos objetivos individuais pelos do grupo ou da equipe, das preferências ou idéias individuais pela autoridade do técnico ou do capitão (...). A seriedade com que se encara esse condicionamento nas escolas é atestada pela cólera que ainda pode irromper se os adolescentes tiverem acesso nas bibliotecas escolares a livros críticos ou de alguma forma contrários aos pontos de vista socialmente aceitos sobre a ordem econômica e social vigente (...). Todas as sociedades dispõem de uma forma ainda mais abrangente de condicionamento social. De tão sutil e penetrante, chega a ser tida como parte natural e integrante da própria vida; dela não transparece nenhum esforço visível ou específico para conquistar a pretendida crença e submissão. Assim é a autoridade dos pais, que na maioria dos casos não precisa ser expressa; é aparentemente normal e todas as crianças aceitam-na

por natureza. Assim é também a autoridade do professor e do padre. E dos líderes da comunidade. E das autoridades públicas devidamente eleitas e dos que arrecadam os impostos e fazem cumprir as leis. Em parte por ser uma tendência ou um instinto comunal, presta-se serviço a um empregador e adota-se o comportamento biblicamente prescrito do servo bom e fiel (...). Tal condicionamento implícito age abrangente, mas subjetiva e invisivelmente, sobre o indivíduo, desde o nascimento (...). Uma vez conquistada a crença, através do condicionamento explícito ou implícito, a decorrente subordinação à vontade de outros é considerada como produto do senso moral ou social do próprio indivíduo - da sua intuição quanto ao que é correto ou bom (...). Do mesmo modo que as crianças obedecem aos pais, assim os adultos tomam banho, usam desodorante, vão à igreja ou rendem-se às idéias de um líder político; essas são as coisas corretas ou pessoalmente gratificantes a ser feitas (...)" (7)

"A vida social, em sua evolução e dinâmica, tende à consolidação permanente, uniforme e sistemática de condutas, usos e idéias, mediante instrumentos que assegurem o controle e o cumprimento de uma função social." (8) Os papéis engendrados para garantir a manutenção das relações sociais e os modelos perfeitos de

cada um deles chegam acabados para o uso público. "Em cada um desses papéis, na realidade, cada indivíduo 'normaliza-se' - é treinado, educado para isso; comporta-se como se espera que se comporte ou, antes, como ele acredita que esperam que ele se comporte; para isso, modula sua linguagem e suas atitudes em função de suas crenças sobre o que são as convenções sociais". (9) Mas, "(...) os papéis não são apenas pantomimas ou espetáculos silenciosos nos quais as pessoas exibem mecanicamente os sinais emocionais certos no lugar e no momento certos. Os papéis envolvem também códigos de crença - o quanto e em que termos as pessoas levam a sério o seu próprio comportamento, o comportamento dos outros e as situações nas quais estão envolvidas." (10) Todos, de qualquer maneira, sobram por ter comportamentos pré-definidos, protocolos especificados e rituais bem montados a serem cumpridos, sejam os que se destacam na sociedade, sejam os que nela serão sempre anônimos. Nos meios dominantes, dentre os políticos, por exemplo, os "estadistas" formam modelos a ser seguidos; os proprietários dos meios de produção, de seu lado, elegem o "empresário do ano"; as academias, os institutos destacam, nos meios artísticos e liberais, os pares que dão exemplo. Já, curiosamente, no seio dos segmentos mais manipulados, os exemplos a serem copiados, tipo "operário padrão", são montados e apresentados ao público dentro dos conceitos de quem confeioa os critérios de seleção, as classes dirigentes. Há, ainda, para desde cedo se apresentar nas escolas, os

"exemplos" da historiografia dos vencedores - "a história é normalmente escrita em torno do exercício do poder" (11), aquele realizado por reis, papas, ditadores, presidentes, ministros, generais, capitalistas, comunistas e tantos outros - tão contada e recontada, além dos "destaques" retratados e perpetuados que, de alguma forma, são mancomunados com os grandes grupos de comunicação e por eles são apontados como arquétipos impolutos para paragonar a turbamulta.

Não se carece, até os há em excesso, de modelos a serem reverenciados. Mas, para que não ocorram dúvidas, também são feitas demonstrações do como não se deve agir. Não faltam identificações do que se considera marginal, errado, contra os costumes, para que se reidentifique e reafirme o "normal", o "bem", o "correto", somadas às demonstrações da "desgraça" em que "se metem", em que "caem" os que põem em risco a ordem das coisas dentro da sociedade. Parelhamente os desprezados são postos a confirmar valores. Prestando involuntária serventia, são instrumentados para personificar a imagem de arrimos do não dever ser.

"Grandes homens, especialistas, gente paga para pensar, fizeram as coisas como elas são. Eles têm grandes responsabilidades e sabem o que estão fazendo." Seus propósitos - cultivou-se essa crença - são muito sutis e intrincados para o alcance do discernimento

vulgar, por isso é correto manter-se afastado e não questionar o poder e os atos dos que monopolizam conjecturados conhecimento e aptidão para as lides com o que é complexo e sofisticado. Está estabelecido o discurso da competência. Persuadidos de que não são alternativas reais, os "incultos" acabam ficando - e assim se reconhecendo - impedidos de uma reação eficaz. Rendem-se, depois de estimulados a proceder desse modo, àqueles que presumem dominar o saber "científico". São excluídos das discussões que decidem o seu próprio destino e agradecem por estarem poupados de "esquentar a cabeça". E sempre foi ensinado que "se as coisas não melhoram é porque não dá mesmo". Ora, se há um mundo pronto, sem alternativas, que nem mesmo o "filho de deus" pôde mudar, "não serei eu que vou me meter a besta", "quem quiser que se arrisque", "não me cabe decidir". As pessoas, mais aquelas que vivem de alguma forma nos limites da dependência, têm por entendido que sequer algum desafio devem lançar à ordem existente, pois os esforços que seriam tão caros, estão certas, resultariam inúteis. Não restaria imoderado asseverar que a inteligência que lhes prepondera, pertinentemente às desiguais condições sociais, é a de que assim tem sido e prosseguirá sendo, por façanha das forças da natureza. Como lhes está patente que venta porque eternamente ventou, acreditam e obedecem porque sempre lhes pareceu natural acreditar e obedecer. Como vêem e temem raios e trovões, sem que os entendam, ou lhes seja do interesse entender, crêem e se sujeitam porque assim deve ser,

porque desde sempre assim foi. "É a ordem natural das coisas." "Desse modo os homens nascidos sob o jugo, mais tarde educados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outro bem nem outro direito que o que encontraram, consideram natural a condição de seu nascimento." (12)

Em verdade a carência de alternativas está na infertilidade da imaginação. Como raciocinar com dados que não são detidos? Não há elementos para a imaginação da possibilidade e muito menos do processo de busca e de viver de uma ordem diferente. As classes dominantes não medem esforços para embaralhar e evitar qualquer tomada de consciência por parte das classes dominadas: "Depois de ter tomado cada um por sua vez, dessa maneira, e depois de o ter petrificado sem disfarce, o soberano estende o braço sobre a sociedade inteira; cobre a sua superfície com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não seriam capazes de vir à luz para ultrapassar a multidão; não esmaga as vontades, mas as enfraquece, curva-as e as dirige; raramente força a agir, mas constantemente opõe resistência à ação; nunca destrói, mas impede de nascer; nunca tiraniza mas comprime, enfraquece, prejudica, extingue e desumaniza, e afinal reduz cada nação a não ser mais que rebanho de animais tímidos e diligentes, dos

quais o governo é o pastor." (13) Remanesce que as classes dominadas acabam sustentando a ordem estabelecida e dando combate contra os próprios interesses, persuadidas de que estão a defender a sua causa e a melhor causa. Já as classes dominantes, envolventes, convencem com delicada sutileza, não impõem, fazem a iniciativa de atitude partir dos próprios segmentos sociais manipulados que, assim, sentem-se responsáveis, com encargo de missão. Obtida a crença, obtém-se o esforço. Desenvolvem um sentimento de obrigação, de dever de agir, e cada indivíduo ou grupo atua com ânimo buscado em diversificadas, bem protegidas e cultivadas fontes de valor. Por estes condutos o poder se efetiva e sobrevém a dominação. "Há uma bem sucedida expressão do poder quando o indivíduo se submete aos propósitos de outros não apenas voluntariamente, mas com um sentido adicional de virtude. A expressão suprema, naturalmente, dá-se quando a pessoa não sabe que está sendo controlada. Esta, ao nível mais elevado, é a obra conclusa do poder condicionado; a crença torna a submissão não um ato consciente de vontade, mas uma manifestação normal, natural, do comportamento sancionado." (14)

Ser coerente, para o povo manipulado, é preservar o que existe. No estado de coisas vigente, ele vê refletidos os seus valores, ele lê a sua história. Então será isso mesmo que ele quererá preservar. Há inteira qualidade de congruência entre o pressuposto e o

procedimento. Claro, a dominação só existe onde os dominados acham necessária a existência de um estado de coisas criado pelos dominadores. Mas esse estado de coisas é o "seu" estado de coisas, e é assumido como próprio, como se fosse produzido por si, por sua vontade. As próprias condições de controle, montadas para manipular, são defendidas porque as entendem de seu interesse, o que ainda mais garante a reprodução das relações sociais nas condições de desigualdade e inferioridade em que se apresentam. "É incrível como o povo, quando se sujeita, de repente cai no esquecimento da franquia tanto e tão profundamente que não lhe é possível acordar para recobrá-la, servindo tão francamente e de tão bom grado que ao considerá-lo dir-se-ia que não perdeu sua liberdade e sim ganhou sua servidão." (15) "As classes dominantes necessitam do consentimento das classes dominadas para exercer sua hegemonia." (16) E o obtém. E dele fazem uso sem qualquer constrangimento, pouco se importando com conseqüências, ou delas passando ao largo, de molde a evitar quaisquer pruridos de ordem moral, moral adaptável sempre, movediça que é.

Resta nas conseqüências de tal forma de existir que o injusto não vem de ser, para o explorado, o sistema explorador, mas é, sim, a sua posição dentro dele. Como acordar, dizer ao manipulado que o que ele sabe do mundo, de si mesmo, é um equívoco? Qualquer formulação será a partir dos dados que tem recebido da própria

leitura que faz dos fatos que são produzidos e vividos na sua experiência cotidiana concreta - e que lhe parecem não apenas reais, mas os únicos possíveis - e configurar-se-á aos moldes e padrões ideológicos cristalizados em seu imaginário e com os quais lê o mundo. Aí está a sua realidade, este círculo vicioso é a informação da sua verdade. Eis o material de que dispõe e que usa; eis a técnica que adota; eis o alicerce sobre o qual constrói seus sonhos e leva a vida. O resto não existe. Não há, na sua percepção limitada e apreciação restrita, outras referências, nada permite imaginar que o viver poderia, e pode, ser diferente, que há outras possibilidades alternativas ao estabelecido. Ele nunca pensou sobre o seu modo de pensar, nunca lhe foi permitida a experiência de raciocinar sobre o que faz, o porquê faz, como faz, sobretudo para quem vão as vantagens do que faz. Como, então, discutir o próprio modo de fazer, e com quem? Dos que sabem, a maioria está usufruindo do seu saber, a outra parcela significativa está em silêncio, "neutra", parte esperando uma oportunidade, parte estarecida e se justificando com um cultivado sentimento de impotência. Os obstáculos a transformações, reais ou inventados, são lenimento para as consciências. Os calados se desculпам e se concedem completa absolvição. Os que desfruem não se atrevem a se confessar. Todos estão com seus pruridos éticos surdidos da hesitação em optar por anuir ou discrepar, placidamente resolvidos. Os poucos que ousaram dizer que as marionetes não são mexidas por quem está

atrás dos panos, mas pelo ausente dono do circo, além de não haverem sido entendidos por quem queriam ser, estão sofrendo as conseqüências de o terem dito.

NOTAS

1. HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. de Flávio R. Khote. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. p. 77.

2. MALMESBURY, Thomas Hobbes de. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Trad. de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. p. 109. (Coleção os pensadores).

3. MERTON, Robert K., LA ZARSFELD, Paul, F. Organização de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: ADORNO, Theodor W., BARTHES, Roland, BENJAMIN, Walter et al. Teoria da cultura de massa. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p. 116.

4. HABERMAS, Jürgen, op. cit., p. 160.

5. BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas : o fim do social e o surgimento das massas. Trad. de Suely Bastos. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 16.

6. HABERMAS, Jürgen, op. cit., p. 187-188.

7. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. p. 32-35. (Coleção novos umbrais).

8. FONSECA V., Lady M. Uma reflexão metodológica para o trabalho social : conhecer e intervir para transformar. Trad. de Sônia S. Nicolai. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 92, ago. 1982.

9. ATTALI, Jacques, GUILLAUME, Marc. A antieconomia : uma crítica à teoria econômica. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro : Zahar, 1975. p. 125. (Biblioteca de ciências sociais).

10. SENNET, Richard. O declínio do homem público : as tiranias da intimidade. Trad. de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo : Companhia das Letras, 1988. p. 51.

omen

11. GALBRAITH, J. Kenneth, op. cit., p. 95.
12. LA BOÉTIE, Etienne. Discurso da servidão voluntária. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo : Brasiliense, 1982. p. 20. (Elogio da filosofia).
13. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Trad. de Neil Ribeiro da Silva. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. p. 532. (Biblioteca de cultura humanista, 4).
14. GALBRAITH, J. Kenneth, op. cit., p. 163.
15. LA BOÉTIE, Etienne, op. cit., p. 20.
16. FALEIROS, Vicente de Paula. Espaço institucional e espaço profissional. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 140, set. 1979.

3 - A INFORMAÇÃO, ENGANANDO E NIVELANDO VALORES

Maior e maior é a população que tem acesso aos meios de comunicação e, paradoxalmente (com relação ao que deveria ocorrer por isso), menor é o número de pessoas que recebem com discernimento o que lhes é transmitido. Tal sucede, por uma parte, porque "(...) estes meios não somente continuam a afirmar o 'status quo', mas, na mesma medida, deixam de levantar questões essenciais sobre a estrutura da sociedade. Portanto, levando ao conformismo e fornecendo pouca base para uma apreciação crítica da sociedade, os 'mass media', patrocinados comercialmente, restringem indireta mas efetivamente o desenvolvimento consciente de uma visão genuinamente crítica." (1) Por outra, porque o pensar, quando é apurado, "(...) julga e escolhe, produz diferenças, e é pela seleção que ele vigia o sentido. As massas, elas não escolhem, não produzem diferenças, mas indiferenciação - elas mantêm a fascinação do meio, que preferem à exigência crítica da mensagem."

(2) O interesse privado do indivíduo é, nivelado, o coletivo. O interesse coletivo, por sua vez, é resultado de inspirações não declaradas que os meios de informação instilam, quando repassam, desfiguram, ou suprimem notícias, conforme o condicionamento social que lhes apeteça. "Enquanto antigamente a imprensa só podia intermediar e reforçar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público, este passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro através dos meios de comunicação de massa." (3) "No século XX, a informação é uma mercadoria e controlá-la significa ter poder econômico e político." (4)

O grande "show", a casa de espetáculos de massa, de quantidade, de grandes multidões é - com dimensões e níveis de penetração que jamais se imaginou que algum meio de comunicação lograria alcançar - a televisão. Os donos do poder, os políticos, sobretudo, têm com ela uma relação de medo e dominação. "Não há dúvida. Não há nenhuma dúvida sobre o papel absolutamente fundamental que a tevê joga como mediadora entre o candidato e o eleitor (...) Hoje as estratégias políticas são pensadas em termos da possibilidade de se gerar fatos que sejam televisivos." (5) Eles então a temem, mas também a controlam. "Alguns governos, especialmente do terceiro mundo e os comunistas, controlam descaradamente suas estações de televisão domésticas não cedendo espaço às vozes discordantes. Outros sistemas, como o inglês, permitem a palavra tanto à oposição ortodoxa como aos

partidos governantes, mas muito menos para as opiniões contrárias a qualquer partido. A maioria das democracias afirma que exige das emissoras apenas que atendam a padrões de equilíbrio, responsabilidade e decência. Todas têm sanções que podem usar conforme o seu desejo" (6), todavia.

Também os senhores de empresa dirigem espetáculos em causa própria, fazendo de palco os meios de comunicação, de enredo seus proveitos de mercância. "Cada vez mais, os principais grupos de poder, entre os quais o mundo do negócio organizado (organized bussiness) ocupa a posição de maior destaque, vêm adotando técnicas para manipular o público de massa (mass public) através da propaganda, ao invés de empregar meios mais diretos de controle (...) voltando-se para um tipo mais sutil de exploração psicológica alcançada em grande parte pela propaganda disseminada através dos 'mass media'." (7) "Uma análise das televisões, das estações de rádio e da grande imprensa das nações ocidentais mostraria que elas desenvolvem incansavelmente os temas da superioridade da produção capitalista, dos perigos do socialismo, da necessidade da concentração das empresas, da competência e da seriedade dos homens de negócios, da incompetência e da versatilidade dos políticos, da esclerose e da carestia dos serviços públicos, do caráter nocivo de toda ideologia (isto é, de toda a representação de uma sociedade diferente da sociedade atual), do caráter irresponsável e

patológico dos intelectuais (susceptíveis de imaginar críticas em profundidade da ordem estabelecida), etc.."

(8) Formas competentes de produção disfarçam esta mensagem de modo inteligente, mas sem alterar-lhe o caráter conservador e mantendo-a totalmente orientada para a justificação da oligarquia econômica.

"Precavidos, futuristas, os grandes grupos econômicos, oriundos ou não da mídia, têm concentrado cada vez mais suas atenções e seus capitais nos meios de comunicação de massa. Magnatas da indústria tornam-se também magnatas da informação, constituindo impérios que abarcam (...) livros, filmes e programas de tevê (...) Os poderosos da mídia, por sua vez, conquistam posições mais e mais influentes no contexto político dos países. Poder político e poder mediático transformam-se em práticas quase indiscerníveis (...) A imagem em si é poder e não apenas um meio através do qual o poder se manifesta. Os midas da mídia são também uma espécie de novos imperialistas, (...) visando ao domínio do mercado das comunicações de massa, que é internacional e incrivelmente caro." (9) Está posta uma das questões cruciais da atualidade: a amodernada vassalagem assentada pelo conciliábulo entre os poderes econômico, mediático e político que, poderosíssima trindade, sem mistério, são um só e, sempre mais, são a vontade de todos porque obtêm que todos tenham por vontade a vontade que lhes é dada a ter.

Lançando mão dos meios de comunicação de forma maciça e contínua, usando técnicas desenvolvidas e produção apurada, os senhores do capital alcançam pela publicidade o que os senhores da política alcançam pela propaganda: o senhoreamento do querer, a rendição do pensar - obrigar o público a comprar objetos, ou a sustentar idéias que, se não atraem desde logo, um bombardeio insistente pelos mass média tornam familiares e necessários. "Enfim, o paralelismo é chocante entre a publicidade comercial que impõe um produto aos consumidores e a propaganda totalitária que impõe governos aos cidadãos." (10)

Não por acaso a linguagem comercial e política têm-se confundido. De fato, as formas de fazer inserções e preencher o imaginário vulgar com o que interessa, gerando as condições de lhe imporem o que quiserem, são obtidas por produções sintéticas profissionalmente elaboradas pelo talento próprio das agências de publicidade. Sintetiza-se o que será ideal, sejam objetos, valores, ou personalidades. São criaturas dos poderosos, para, enganando a massa insciente, atender seus propósitos. "Modernamente, a imensa e custosa indústria de relações públicas e publicidade proclama ostensivamente virtudes pessoais, comerciais e políticas, e esforça-se por atender às aspirações legislativas e mercadológicas, tudo com espírito de puro engodo. Aqueles que estão lucrativamente envolvidos nessa indústria nem em

sonhos acreditariam naquilo que inventam ou proclamam. A astúcia e a malícia são um tipo de negócio em que a verdade não se intromete. De um modo mais sutil, estudiosos e publicistas que lidam com interpretação e descrição social prestam grande atenção à sua platéia e avaliam a qualidade de suas próprias idéias pela extensão e volume dos honrosos aplausos." (11)

E têm obtido celebração apoteótica a lhes fiar o granjeamento de mais contratos, com o fito de "produzir" comerciais para "colocar" algum interesse, ou algum caráter. As empresas de relações públicas e publicidade "administram as contas" dos poderosos e "vendem" suas conveniências por todos os meios de expressão pública. Da mesma forma com que "vendem" utensílios domésticos, seus assessores mercadológicos, presumivelmente por "direitos" inerentes à livre iniciativa, "vendem" autoridades públicas, os políticos. As mercadorias ou personalidades não estão qualificados para dar a satisfação que se garante, tampouco pensam o que restou parecendo que é o seu pensar. As asserções dos anúncios, aquilo que passa por verdade no comercial dos produtos, ou na propaganda dos políticos, com falas e procedimentos éticos de mercado, são um grande jogo de mentiras. Sem regras, só com resultados. Com vencedores já sabidos.

A prática é cínica: " Por ocasião da

convenção de Dallas (EUA), os republicanos apresentaram na tevê um documentário impregnado de patriotismo, mas usando imagens furtadas ao mundo publicitário, de um pieguismo embotador, imagens de famílias felizes, de consumistas beatificados, de pradarias invadidas pelos cavalos dos anúncios dos cigarros Marlboro, de crianças louras e gorduchas e de donas-de-casa no supermercado saídas diretamente dos comerciais da Pepsi-Cola. Mas fato extraordinário foi que o apresentador do programa disse claramente: 'Estamos falando a mesma língua dos comerciais.' Não se tratava de uma insinuação subliminar. De um golpe baixo de persuasão oculta. Era como se o apresentador estivesse dizendo: 'Vocês têm de ser orgulhosos e felizes, porque, para tanto, estamos convidando-os empregando as mesmas imagens e os mesmos termos com que as indústrias dos produtos que vocês consomem usam para convidá-los todo dia a serem felizes.'

" (12)

Ainda se dá de os que estimam estar antagonizando arranjos de empulhar sobraem bisando-lhes a semântica e a gramática. O Partido dos Trabalhadores, no Brasil, quando em campanha para eleger prefeitos, em 1982, propunha, em São Paulo, que "experimentassem Suplicy", com garantias de que teria outro sabor. O mesmo proceder iterou-se nas eleições presidenciais de 1989. Falas e imagens eram as do sistema de televisão tido, por seus próprios dirigentes, como o mais danoso aos interesses

populares que pretendiam estar amparando. Os estereótipos e as vinhetas da empresa foram o assento do "horário eleitoral" da agremiação. Pode-se considerar esperteza o apropriar-se de signos já notorizados. Mas restou que os modos de operar da organização foram confirmados, e maneiras de "vender" propostas políticas tiveram ratificação. A atitude, se criticou o sistema, propalou suas formas. Éticas e estéticas.

O condicionamento tem sido sempre mais completo e desenvolve um consenso de amplitude mais geral e de corte mais profundo, fazendo com que arestas indesejáveis sejam niveladas por competente processo aplanador. As pessoas menos aquinhoadas intelectualmente são mais atingidas, seria de se supor, mas todas as classes são alcançadas por instrumentos que desracionalizam, que confundem o essencial com o superficial, que nivelam. Tão cristalizada, tão sólida está a argamassa que recheia e amarra no prumo os diversos segmentos sociais que, mesmo quem supostamente tivesse e quisesse tornar útil ao povo meios e informações que esclarecessem e libertassem, acabaria "pregando no deserto". Se não se curvar ao senso dado e aceito como comum, por maior que seja a capacidade de expressão de quem fale fora da sintonia das crenças tradicionais, será ineficaz no alcance da mensagem, acabará falando para ninguém, será um louco, um chato impertinente, um "teórico" discursivo. As expectativas que o panorama

histórico oferece, é de acanhado quadro corrente e reduzida cifra realizável. Muito mais cômodo e vantajoso ingressar por inteiro, com os recursos de que dispõe, no quadro dos poderosos que, aliás, o aceitam desde logo e lhe ajeitam ofício.

Caminha-se para a igualdade. Não para uma igualdade de acesso ao que se deseja, mas para uma igualdade passiva diante do que é oferecido. Aceita-se igualitariamente o concedido, e o concedido é totalitário. Uma forma totalitária de conduzir a sociedade que conta com a simpatia da massa conduzida. Totalitarismo, entenda-se, "não é apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica |ou qualquer outra|, não terrorista que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos. Impede, assim, o surgimento de uma oposição eficaz ao todo. Não apenas uma forma específica de governo ou direção partidária constitui totalitarismo, mas também um sistema específico de produção e distribuição |ou qualquer outro| que bem pode ser compatível com o 'pluralismo' de partidos, jornais, 'poderes contrabalançados', etc.". (13)

Chega a acontecer a padronização das aspirações, dos sonhos, das esperanças. A esperança está uniformizada, o cotidiano está metodizado e programado e assim é vendido como o caminho possível e apropriado ao

desejo criado. As relações sociais produzem um cortejo de semi-miseráveis humanos, de "trabalhadores" embrutecidos pelo inferno da labuta extenuante e enfadonha de seu cotidiano, sonhando com o dia do pagamento; de "donas-de-casa" com qualidade de vida degradada por privações e insegurança, cortejando o sonho da caderneta de poupança, iludidos todos com a possibilidade de alcançar alguma realização, tendo acesso ao que foi propagandeado durante o mês como indispensável para se estar "atualizado", "na moda". "Mas isso porque a prática das massas nunca teve imediatamente nenhuma relação (talvez nunca tenha) com as necessidades. Elas fizeram do consumo uma dimensão de 'status' e de prestígio, de promessa inútil ou de simulação, de 'potlatch' que de qualquer maneira excederia o valor de uso. Na verdade, trata-se de lhes inculcar de todos os lados (propaganda oficial, associação de consumidores, ecólogos, sociólogos) a boa prática e o cálculo funcional em matéria de consumo, mas sem esperança. Porque é pelo valor/signo e pelo jogo desenfreado do valor/signo (...)" (14), em vez de valor de uso, que as massas sentem-se atendidas. "É preciso ver, sem dúvida, que esta significação social do consumo não tem por objetivo unicamente os consumos mais aparentes, aqueles que têm uma função evidente de 'ostentação' ou de comunicação. Os amigos, a família e a imagem que queremos dar a nós mesmos (a qual depende muito da imagem que damos aos outros) impõem um padrão à maioria dos consumos (...) cada pessoa, assim é classificada pelos

bens e serviços que utiliza; os objetos que a cercam e, por vezes, a embaraçam significam, atestam a sua vinculação ao grupo social ao qual se pode referir; nas relações anônimas, protegem-na, confiando-lhe certa identidade social; as roupas, o automóvel representam em parte esse papel; os consumos de festa (refeições, recepções) obedecem igualmente a um ritual social muito estrito e que não deixa de recordar as cerimônias rituais, como o potlach (...)" . (15)

Sem qualquer carência efetiva, antes por fazerem-se cativos de uma produção social de desejos frívolos, os consumidores "são impelidos por um condicionamento intensivo a adquirir com frequência objetos cada vez menos úteis, que lhes causam cada vez menos prazer e se desvalorizam aos seus olhos logo após sua compra a fim de garantir a venda dos novos produtos." (16) A distância entre o desejado - mesmo o necessitado - e a possibilidade de comprar vem aumentando, mas retoca-se o retrato da realidade próxima com algum enredo que forneça uma fantasia para a realidade distante e se mantêm os desejos acesos, porém contidos.

Os meios de comunicação têm capacidade formidável de gerar referentes de comportamento e prazer. Difundindo-se em todos os lugares as mesmas idéias, determinam-se os valores. A seleção de temas específicos desenvolve os mesmos procedimentos. Instigando-se

necessidades, alarga-se o consumo de massa. As diferenças se esmaecem. O pluralismo de pensamento, de formas de se comportar e de vontades fica cada vez mais acanhado e antevisível. Mesmo sendo submetidas separadamente aos "pacotes" uniformizadores dos meios de comunicação, as pessoas "compram" os mesmos padrões do belo e do feio, do correto e do errado, do poder desejar e do não poder desejar, do como ser feliz e do como não sê-lo. As mais diferentes culturas vêm se assemelhando, ficando comuns não apenas nos aspectos mais gerais, mas no trivial mesmo da vida. Não há preocupação com o minuciar. "Esquecemo-nos de que é sempre no detalhe que é perigoso escravizar os homens (...). A sujeição nas pequenas questões se manifesta todos os dias e se faz sentir indistintamente a todos os cidadãos. Embora não os leve ao desespero, contraria-os constantemente e os leva a renunciar ao uso da vontade. Pouco a pouco, oblitera o seu espírito e enfraquece a sua alma (...)" (17)

Os corolários de tais modos existenciais, a uniformização das aspirações e dos modos de atendê-las, facilitaram a organização de uma mente pública nivelada que permite - e mesmo impõe, a ética é de mercado - trabalhar com sistemas de manipulação em economia de escala. As empresas de relações públicas que dominam os sistemas de informação, tendo disponibilidades infindáveis de apetrechos e maneiras de persuasão, otram para conseguir maior submissão ao menor custo. O convencimento

de pessoas - o "vender-lhes" essa idéia - a estandardizar vontades e a consumir anelos padronizados é mercadoria como qualquer outra. As casas que as mercenciam - a mídia - têm clientela farta entre empresários e políticos. Clientes assíduos e poderosos, a enganar e nivelar valores.

NOTAS

1. MERTON, Robert K., LAZARSFELD, Paul F.
Organização de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: ADORNO, Theodor W., BARTHES, Roland, BENJAMIN, Walter et al. Teoria da cultura de massa. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p. 116-117.

2. BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas : o fim do social e o surgimento das massas. Trad. de Suely Bastos. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 33.

3. HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. de Flávio R. Khote. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. p. 221.

4. LEITE NETO, Alcino, CLÁUDIO, Ivan. Vista grossa : o Brasil trata com jeitinho o futuro das comunicações, enquanto a Itália põe em xeque o império Berlusconi. Isto É Senhor, São Paulo, n. 1093, p. 71, ago. 1990.

5. NEGREIROS, José. Show sem limites : um especialista em comunicação analisa o desempenho dos candidatos no vídeo e o papel das pesquisas. Isto É Senhor, São Paulo, n. 1037, p. 5, ago. 1989.

6. QUEM tem medo da TV mundial : as ditaduras de esquerda e direita, que não poderiam impedir seus espectadores de assistir as virtudes da democracia. Isto É Senhor, São Paulo, n. 990, p. 92, set. 1988.

7. MERTON, Robert K., LAZARSFELD, Paul F., op. cit., p. 106.

8. DUVERGER, Maurice. As modernas tecnocracias : poder econômico e poder político. Trad. de Max da Costa Santos. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975. p. 162.

9. LEITE NETO, Alcino, CLÁUDIO, Ivan, op. cit., p. 68.

10. DUVERGER, Maurice, op. cit., p. 166.

11. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. p. 133-134. (Coleção novos umbrais).
12. ECO, Umberto. Orgulho do orgulho. Senhor, São Paulo, n. 191, p. 39, nov. 1984.
13. MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Trad. de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro : Zahar, 1979. p. 25.
14. BAUDRILLARD, Jean, op. cit., p. 39.
15. ATTALI, Jacques, GUILLAUME, Marc. A antieconomia : uma crítica à teoria econômica. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro : Zahar, 1975. p. 128. (Biblioteca de ciências sociais).
16. DUVERGER, Maurice, op. cit., p. 236.
17. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Trad. de Neil Ribeiro da Silva. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. p. 533. (Biblioteca de cultura humanista, 4).

4 - DISSIDIR OU USUFRUIR, EIS A QUESTÃO

As sociedades organizadas desenvolvem conjuntos de conceitos que se materializam no consciente coletivo como corretos. Eles são determinados pelo que se denomina costume. Para a "muito recomendável" preservação dos costumes, erigem-se valores. Esses valores, que informam o comportamento das pessoas que "participam da sociedade", são levados a elas através de mecanismos cujo funcionamento dificilmente lhes atinge o consciente. O estabelecimento ou a padronização de um volume de conceitos e valores "bons" e de refugamento de outros que serão "maus", é levado a acontecer pelos diversos grupos dominantes através de aparelhos formadores de opinião. Assentados os valores, que podem, para cada oportunidade, cada momento histórico, ser fabricados novos, recuperados quando em desuso, transformados alguns ou mantidos outros, estatuem-se modos de proceder reputados plausíveis para se

conviver com eles.

Por toda sorte de cerimônias de louvação, logra-se determinar modelos de atitudes, que são recebidos e praticados porque portadores de significações e referências em que o mais geral das pessoas se reconhece. "Os comportamentos diferentes provocam nas outras pessoas uma estranheza que tende a piorar os ditos comportamentos, e aí piora a estranheza, num processo de realimentação, até atingir alguma espécie de desenlace" (1): reação. Aos que dissidem, desafiando as pautas, expressando seu contentamento "indevido" ou "indevidamente" seu descontentamento, é debitada a pecha de não-democráticos, de radicais. E elegantes frases de efeito, pretensamente com conteúdo de elevada sentença moral, já estão em estoque para ser aplicadas aos casos: "atitudes de descompromisso com a sociedade"; "instigadores de sectarismo e de ações precipitadas"; "querem evitar que prevaleça o uso do bom senso e da moderação"; "não querem o diálogo, querem o caos"; "eles querem ver o circo pegar fogo"; "demagogos irresponsáveis"; "mobilizadores interesseiros de grupos de agitação". Outras há e mais seriam cunhadas, se tantas não bastassem para afastar os "sem-consciência". O que não se conforma com a padronização de opinião e até de sentimento, é levado ao insulamento, percebendo, então, que há prêmios para os que "aprendem", e punições para os que compreendem que "aprender" significa dizer da maneira mais sonora o

"amém". Os lauréus podem ser generosas vantagens manifestas, ou simples aceitação em espaços sociais prestigiados. As reprimendas que podem tão somente submeter à suspeição o recalcitrante, podem, também, esmagar o indivíduo com algo bastante doloroso, material ou emocionalmente, para movê-lo a renegar vontades e certezas.

"O pensamento dele já não era como o de outras pessoas, mesmo então, antes de ele ser declarado louco. Ele estava num nível em que tudo mudava e se transformava, no qual os valores e verdades institucionalizados haviam sido eliminados e já nada restava além do seu próprio espírito para impulsioná-lo (...) |Estava| redimido de qualquer obrigação de pensar de acordo com qualquer linha institucionalizada e seus pensamentos já haviam alcançado um grau de independência que poucas pessoas atingem. Ele sentia que instituições como a escola, a igreja, o governo e organizações políticas de toda espécie tendiam a dirigir o pensamento para fins, em vez de para a verdade, para a perpetuação de suas próprias funções e para o controle dos indivíduos subordinados a essas funções (...) |Era| como um rompimento feliz, uma fuga casual de uma armadilha preparada para ele, e dali em diante manteve-se prevenido contra as armadilhas das verdades institucionais. A princípio não encarava nem entendia as coisas desta forma; só foi descobrir isso mais tarde (...) Nos cumes do

pensamento é preciso adaptar-se ao ar rarefeito da incerteza, à incrível magnitude das perguntas que surgem, e às respostas sugeridas para tais perguntas. O arco se alarga mais, e mais, e mais ainda, para muito além do que a mente é capaz de alcançar, e a gente tem até medo de se aproximar, com medo de se perder por ali, sem nunca mais poder voltar." (2) O medo é da solidão. E resultado dela. O solitário passa a rever motivos e objetivos. Põe-se a questionar o acerto de sua postura. Por que não ser "igual", não estar "de acordo"? "Aceitar opiniões tal como são colocadas é conseguir o bom sentimento sólido de estar certo sem ter de pensar." (3) Todas as pessoas que o cercam julgam que é mais próprio, que está mais adequado. De que adianta "nadar contra a correnteza", "dar murro em ponta de faca"? No conflito entre convicções e conveniências, as últimas se robustecem nos favores do pré-consentimento, enquanto as primeiras claudicam na consciência temerosa de solidão que, arrastada, ou se deixando levar de vencida, abandona a aventura de um viver incomum e se faz fundir no seio do que existe. Aceita normas e valores professados por toda a gente e colabora na sua reedição, mesmo que tenha que se enganar, dizendo-se que antes estava enganada. Reafirma, com tal proceder, o nomeado costume. "(...) O costume, que por certo tem em todas as coisas um grande poder sobre nós, não possui em lugar nenhum virtude tão grande quanto a seguinte: ensinar-nos a servir - e como se diz de Mitridates que se habituou a tomar veneno - para que

aprendamos a engolir e não achar amarga a peçonha da servidão (...) Assim, a primeira razão da servidão voluntária é o costume (...)" (4)

Os costumes querem as vontades individuais preenchidas por aquilo que se entenda que "todo mundo" acha que é bom. Investem em vigilância panóptica. "Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo." (5) O que não é suficiente. Falta, e então se reclama, acumpliciamento: não é bastante que o indivíduo se preocupe com "o que as pessoas vão dizer", ou com o que ele próprio diz, não é ainda satisfatório que tema ser apontado como uma "ovelha negra". Não, não é. O que é necessário é que cada pessoa seja uma das que "dizem", e a que não "diz", mais do que ter medo de ser acusada, deve, ela própria, sentir-se uma "ovelha negra". A relação entre o ser ou não ser "como os outros" deverá atingir uma dimensão de crime e castigo, com a parte envolvida sofrendo as ansiedades de Raskolmikov, que desafiou o sistema, porém se entregou a ele - temeroso, mas ávido de punição. As pessoas - o comum das pessoas - não querem conviver com tais dilemas. Buscar estratégias para dissidir tem nenhuma importância. "O mais importante de tudo é aprender a estar de acordo. Muitos dizem sim, mas

sem estar de acordo. Muitos não são consultados, e muitos estão de acordo com o erro. Por isso: o mais importante de tudo é aprender a estar de acordo." (6) Aprendido, alcança-se "tudo o que se pode querer da vida": usufruir, feliz, o concedido. O sentido de vida e o conceito de felicidade prevalentes serão os sancionados pela sociedade. Não outros. Assentimento de (...) "um poder imenso e tutelar, que se encarrega sozinho de garantir o seu prazer e velar sobre a sua sorte. É absoluto, minucioso, regular, previdente e brando. Lembraria mesmo o pátrio poder, se, como este, tivesse por objeto preparar os homens para a idade viril; mas, ao contrário, só procura fixá-los irrevogavelmente na infância; agrada-lhe que os cidadãos se rejubilem, desde que não pensem senão em rejubilar-se. Trabalha de bom grado para a sua felicidade, mas deseja ser o seu único agente e árbitro exclusivo; provê à sua segurança, prevê e assegura as suas necessidades, facilita os seus prazeres, conduz os seus principais negócios, dirige a sua indústria, regula as suas sucessões, divide as suas heranças; que lhe falta tirar-lhes inteiramente, senão o incômodo de pensar e a angústia de viver? É assim que, todos os dias, torna menos útil e mais raro o emprego do livre arbítrio; é assim que encerra a ação da vontade num pequeno espaço e, pouco a pouco, tira a cada cidadão até o emprego de si mesmo." (7)

"Os planos de controle se estendem desde a imaginação até as atividades, buscando o engajamento ativo

e rentável. Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política." (8)

A adesão é sempre mais completa e homogênea. O dominado - que o é também porque acabou convivendo - não quer destruir o dominante, antes vê nele o modelo que deu certo, quer imitá-lo. A realização do explorado aconteceria com a abertura de uma oportunidade para ele ser par do explorador; a "ascensão" seria o reconhecimento, afinal, dentro dos valores que ele conhece, de sua capacidade. O explorado consideraria um bom negócio ser sócio do explorador. O lucro seria total,

se lhe ocupasse o lugar. Não quer mudar o sistema, quer usufruir dele. "Os empulhados, certos que serão os empulhadores daqui a pouco, aceitam o jogo, tal como proposto." (9) Necessita, portanto, colaborar na sua conservação, melhora e alastramento. E colabora, graciosa e zelosamente, satisfeito por estar podendo fazê-lo. Bem sabe que há concorrência, que o adversário faz vigília, que só o mais esperto terá chance e, então, o que há para ser cumprido haverá de ser feito melhor do que outros o fariam, sob pena de aventurar-se a perder o lugar e passar pela vexatória vicissitude de ser eliminado como incompetente. Tem que seguir competindo com cada um e com todos, dentro dos critérios do sistema, ainda que sórdidos, tentando melhor satisfazê-lo, à procura de um "melhor lugar na vida", antes que seja "deixado para trás". Haverá de ser, com garbo e regozijo, o serviçal mais destacado, sabe que a satisfação não se completa tão só com o estar disponível, mas com o fazer praça da disposição, atestado de "boa conduta".

Às vistas gerais, os feitos - verdadeira profissão de fé - serão nobilitantes: "é que essa submissão reflete uma forma de comportamento adequada, prestigiosa, aceita ou decente (...) que advém porque o indivíduo acredita ou foi persuadido de que esse é, de algum modo, o melhor caminho para ele. É uma submissão proveniente da convicção, da crença. E tal submissão é de grande e crescente importância." (10) "(...) Nunca

houve como os tiranos que, a fim de se manterem, se esforçam para acostumar o povo a eles não só por obediência e servidão, mas também por devoção." (11)

O sistema, por sua vez, prestigiará e premiará quem aceitar sujeitar-se, o bem comportado, fornecendo-lhe a senha que permite situar-se na fila de espera, nos envolventes arrabaldes de seus ritos. A preferência será pelos que se prestam ao jogo dos poderosos, e deles é feito o reservatório onde buscar colaboradores - se não competentes, com certeza dedicados - com seus eventuais conflitos já superados pela ambição que, por sua vez, depois de ter sido motivação de disputa, é feita motivo de permanência e serve de combustível, gerando fidelidade, condição de relação e satisfação de interesse de duas partes que não se amam, mas se servem. Ambas, de algum ou de qualquer modo, persuadidas de que assim é que deve ser.

Não se presuma que apenas os devaneios das pessoas piormente situadas nas relações de poder estão prenhes de tais convicções, justificadoras e instigadoras de seus procedimentos, que não só as alienam como reproduzem e garantem a reprodução de suas desgraçadas condições de vida. Os que gozam de privilégios, os que detêm condições de determinar procedimentos, cômicos alguns e outros nem tanto, também estão derreados aos mesmos propósitos, com suas personalidades perfeitamente

ajustadas à personalidade coletiva, que cultiva tais valores, definindo tais formas de viver; apenas são peças mais caras, bem pagas por sua desenvolvida capacidade de produzir e fazer produzir, sofisticando a permanência e reproduzindo os modos de permanecer das relações sociais existentes. As condições estratégicas ocupadas por quem detém responsabilidades em uma organização justificam, muito mais do que no caso de um serventuário comum, exigências de submissão mais ampla e dedicação mais completa - a totalidade de si - aos seus propósitos. Os sistemas estabelecidos e seus estrategas conhecem a relação definitiva, de vida e fatalidade, que criam e na qual acabam fundamente inseridos, têm ciência de que ruindo a fidelidade de um, abala-se a existência de ambos.

NOTAS

1. PIRSIG, Robert M. O Zen e a arte da manutenção de motocicletas : uma investigação sobre valores. Trad. de Celina Cardin Cavalcanti. 5. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984. p. 72. (Biblioteca de ficção contemporânea, 2).

2. Ibidem, p. 117, 122.

3. MILLS, C. Wright. A elite do poder. Trad. de Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1973. p. 366. (Biblioteca de ciências sociais).

4. LA BOÉTIE, Etienne. Discurso da servidão voluntária. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo : Brasiliense, 1982. p. 20, 24. (Elogio da filosofia).

5. FOCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 218. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).
6. BRECHT, Bertolt. Teatro completo, em 12 volumes. Trad. de Wolfgang Bader, Marcos Roma Santa, Wira Selanski. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p. 217. (Coleção teatro, 11).
7. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Trad. de Neil Ribeiro da Silva. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. p. 531-532. (Biblioteca de cultura humanista, 4).
8. MACHADO, Roberto. Introdução : por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. XVIII. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).
9. FAORO, Raymundo. A (in)utilidade das pesquisas eleitorais. Isto É Senhor, São Paulo, n. 1042, p. 31, set. 1989.
10. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. p. 23-24. (Coleção novos umbrais).

11. LA BOÉTIE, Etienne, op. cit., p. 31.

5 - AS CHANCES DE TRANSFORMAÇÃO

O indivíduo-massa - a massa urbana domesticada ao gosto da ideologia que nivela e conforma ideais - não tem tido oportunidades de reflexão que enseje mudança de atitude. Vive a experiência trágica de ser o que se vulgarizou pela alcunha de "o povo" - "uma multidão inumerável de homens semelhantes e iguais, que sem descanso se voltam sobre si mesmos, à procura de pequenos e vulgares prazeres, com os quais enchem a alma" (1) -, sente a desvalorização de sua vida, a impotência de sua labuta, a pulverização de sua identidade. "A indústria cultural perfidamente realizou o homem como ser genérico. Cada um é apenas aquilo que qualquer outro pode substituir: coisa fungível, um exemplar. Ele mesmo como indivíduo é absolutamente substituível, o puro nada (...)" (2) Um que outro percebe, sente a realidade social, mas não chega a organizar uma reflexão crítica que forneça sínteses suficientemente esclareedoras do

mundo. Quer seus "direitos", vislumbra-lhes a existência, percebe um vulto, mas não delinea a imagem. Tem desejos, teme que sejam socialmente indesejáveis e então os contém, não quer ser irreverente. Mas também não quer ser tão só submisso, quer ver se vive não contra as normas, mas, pelo menos, com alguma soltura, mesmo que cuide de não esbarrar nos códigos.

Com a sensação de estar participando - os brios de "cidadão consciente" emprestando coragem - o indivíduo vai à luta, convicto de estar sujeito da própria vontade. Tateia curioso o mundo, percebe que há correntes de opinião, tendências organizadas, grupos de pressão, partidos políticos, instituições religiosas, que exercem em conjunto a autoridade fundamental a que está submetida a sociedade. Já, agora, mais esperto, nota como as entidades que manipulam poder e lidam com idéias e ideais às vezes se entrechocam, quando parecem estar justapostas; como deslizam, misturam-se, interagem, transacionam; parecem imbricadas, incrustadas, sem deixar de se agredir e destruir; surgem, diversificam-se, confundem-se, unem-se, desaparecem. Enfim, há um imbróglio que incapacita a compreensão do conjunto, o que impede seja identificado com clareza o que pode ser fonte de opressão e o que pode ser bastião de luta.

Munidos das melhores vontades, todavia, após descobrir - ou supor que descobriram - no meio dos

confusos emaranhados existentes nas relações sociais o "caminho que fará os fatos", contingentes enormes destes cidadãos bem intencionados são transformados em massa de manobra em mãos de cúpulas sem qualquer escrúpulo - ou com escrúpulos relativos à segurança no poder. São inocentes úteis, descartáveis por decisões à distância, em que não interferem e das quais nem mesmo supõem a origem.

Alguns conseguem, de fato, engajar-se em eventual grupo organizado e acreditam que agora compõem cidadela que, se não "escreverá" a história, em hipótese menos pretenciosa, com tão sobrada antevisão, "abrirá picadas e deixará traçado o rumo que as gerações futuras palmilharão". Dão credo à possibilidade de, mesmo através dos meios permitidos para transacionar alguma vantagem, obterem êxito. Acabam acreditando em um teatro, sendo atores inadvertidos de uma encenação cujos sutis e discretos diretores, que agem através de pessoas interpostas, não apenas desconhecem, sequer hipotetizam. Não percebem que as formas convencionais de intermediar interesses, de há muito estão apropriadas por dirigentes fechados em círculo mais restrito, onde se cooptam uns aos outros, sustentando idéias, perenizando métodos, resistindo a mudanças. Os partidos políticos eventualmente em oposição ao que governa, por exemplo, no comum das vezes divergem, quando muito, meramente na forma de administrar o mesmo sistema. No essencial, se equivalem. Os próceres das oposições consentidas não pleiteiam

mudanças efetivas, são hábeis em verbalizar alternativas, mas colaboram para concretizar o estabelecido. Situação e oposição reduzem a política a um jogo, fazendo com que a natureza de seu exercício não expresse mais propósito e só se desenvolvam dissimulações. É verdade que, em certas e raras ocasiões, num que noutro sítio, há enfrentamentos que acabam em violência acirrada entre os contendores. Mas o estado-maior de cada lado sabe, por escola ou por astúcia, que mesmo estas batalhas são combatidas para manter interesses. São as oportunidades em que, como ensina Lampedusa, é necessário tudo mudar, para que tudo fique como está. E então mudam, promovem alterações muitas vezes radicais, que não são realmente só de cenário. Mas, ainda assim, reafirma o Leopardo, "(...) depois, tudo será o mesmo embora tudo seja mudado." (3)

A constatação de tal estado de coisas não é mero exercício intelectual de acadêmico. Os analistas do dia-a-dia político também o percebem. Constatam que "(...) o povo participante, como é raro. Aí estão as ditaduras de esquerda e de direita para mostrar o que representa o povo não participante, dócil, manietado e submetido pela força a ideologias que o negam como agente." (4) Mesmo os movimentos a que a massa se dedica com a empolgação mais elevada, não passam de meros negócios, de conchavos esotéricos. O crítico da campanha por eleições diretas para a Presidência da República, no Brasil, em 1985, sabe bem que "o povo acreditou piamente numa utopia condensada

em 'slogan' ao passo que a maioria dos oradores de comícios sabia que aquela podia ser uma convocação para mudar até o regime, mas não para mudar de estalo o sistema eleitoral vigente. A canonização política de Tancredo Neves, que veio em seguida, sofria de igual duplicidade. Por fora, era 'mudanças já'. Por dentro, era um complexo pacto de conciliação, com avanços milimetricamente negociados." (5) Tem ocorrido, no mais das vezes, não obstante os ares de sinceridade dos pregadores, que mesmo as mais urgentes prioridades de suas campanhas não são "para valer". Diante das necessidades de soluções o que só "se podia invocar, para distinguir as manifestações dos dirigentes, era a ênfase maior ou menor de sua linguagem. O que também não adiantava nada, pois que todos já sabiam que eram declarações para não valerem de nada, como palavras ao vento." (6)

A prática das "coisas da política" tem dois instantes perfeitamente distintos. Um é reservado para manobras, ocasião em que ocorrem as tratativas confidenciais, os "acordos de cavalheiros", o estipulamento de "altos interesses". É hora esotérica para restrito e fechado círculo de congregados. O segundo momento, então, é exotérico. São montagens com pompas especulosas, com ares de reunião para trama, onde se industria um ambiente eufórico, induzindo-se os "companheiros", uma espécie de segundo escalão, a sentirem-se "participando da jogada", fazendo "parte da

panela". Tudo é feito em público, diante do público, mas não pelo público. Este assiste ao espetáculo, tem direito a usufruir do que lhe é oferecido - prerrogativas de platéia - mas não o determina, não o escolhe, não participa dele. Pensa que as conclusões, pelo menos, contaram com a sua anuência. Não assunta que as condições para o desfecho pretendido já se faziam, adrede, articuladas. O resultado das alquimias, sempre mais diversificadas e sofisticadas, será, em seguida, levado, civicamente, à grande massa. Tudo é elaborado de modo a que as pessoas se sintam atuando, escolhendo, quando meramente estão sendo levadas a ter um procedimento que legitima um processo profundamente viciado. Estas pessoas foram convencidas por uma "ladainha política, recitada virtualmente como um ofício religioso, segundo a qual todos os homens e mulheres igualam-se em sua soberania na cabine eleitoral e curvam-se ao resultado, reflexo da vontade da maioria. Isto é o que se diz aos jovens; isto é o que todo bom cidadão aceita. Mas isto a experiência cotidiana nega abertamente, visivelmente, inteiramente. No século passado, a liturgia democrática ocultava, embora sem muito êxito, a compra de eleitores, a compra de candidatos e o poder compensatório sobre a votação, explícito nos hábitos do patronato. Por todos estes meios, os votos de muitos eram colhidos para os propósitos de poucos. No século atual, a liturgia oculta uma subversão mais imaginosa do processo eleitoral democrático. O eleitor ainda é tido como soberano; e a

soberania da maioria continua sendo convertida aos propósitos de poucos. A diferença, na era da organização, é que há um grande número de organizações altamente competitivas engajadas no esforço de subordinar aos seus propósitos o eleitor e os seus representantes eleitos, e o instrumento dominante é agora o poder condicionado." (7) Instrumentos de comunicação mais diferenciados e mais eficientes, utilizados com a máxima intensidade por bem maior batelada de eficazes talentos no ofício de forjicar, têm mantido a população cada vez mais efetivamente envolvida pelo poder, embora sempre mais arredada dele. Por ser um significado fundamental, há sempre a evocação à cena política; os "políticos" aceitam: "Do povo. Pelo povo. Para o povo." Tudo bem ..., mas longe do povo, longe do povo ... Do povo que sempre "está", mas nunca "é".

Alexis de Toqueville desqualifica sistema eleitoral e eleitor, ou desprestigia o sistema eleitoral pela desqualidade do eleitor, e isso assume especial importância se for considerado que o faz em época tão distante do surgimento dos hodiernos mecanismos manipulativos de massa: "Nossos contemporâneos são constantemente trabalhados por duas paixões inimigas: sentem eles a necessidade de ser conduzidos e o desejo de permanecer livres. Não podendo destruir nem um nem outro desses instintos contrários, esforçam-se por satisfazer ao mesmo tempo a ambos. Imaginam um poder único, tutelar, todo-poderoso, mas eleito pelos cidadãos. Combinam a

centralização e a soberania do povo. Isso lhes dá algum descanso. Consolam-se por ser tutelados, pensando que eles mesmos escolheram seus tutores. Todo indivíduo suporta ser fixado, porque vê que não é um homem nem uma classe, mas o próprio povo, que segura a ponta da corrente. Nesse sistema, os cidadãos por um momento abandonam a dependência, para indicar o seu senhor, e depois voltam a ela. Hoje em dia, há muitas pessoas que se acomodam muito facilmente a essa espécie de compromisso entre o despotismo administrativo e a soberania do povo, e que pensam ter garantido suficientemente a liberdade dos indivíduos, quando é ao poder nacional que a entregam. Mas isso não me basta. A natureza do senhor me importa muito menos que a obediência (...) Em vão encarregaríamos aqueles mesmos cidadãos que tornamos tão dependentes do poder central de escolher de vez em quando os representantes desse poder; esse uso tão importante, mas tão curto e tão raro, do seu livre arbítrio, não impedirá que percam pouco a pouco a faculdade de pensar, de sentir e de agir por si mesmos, e que não venham a cair assim, gradualmente, abaixo do nível da humanidade." (8)

Outros buscam modificar o modo social por meios não oficiais; ou pretendem, não o combatendo, mas desprezando-o, viver o seu contrário: revoltam-se contra as formas sociais existentes e tentam criar outras que lhes sejam alternativas. As comunidades hippies são o melhor exemplo, não apenas pela extensão do movimento, mas

também pela sua repercussão em todo o mundo ocidental. É inegável que houve uma mensagem, mas foi entendida por poucos e assumida por quase ninguém. A maioria conhece as suas atividades tão somente como produtos de consumo: discos, roupas, adornos, filmes, "posters", bagatelas, enfim. Queriam negar, desconhecer até o modelo alienante e opressor, o "estou noutra, cara" vira palavra de ordem, mas acabaram como moda, enfeites curiosos, "curtição" que passou: foram canibalizados, consumidos pela massa da qual queriam se apartar.

Não é incomum que as referências às comunidades alternativas sejam lançadas em tons que as tratam como exóticas, peculiarmente excêntricas, quando não em outros tais que as estigmatizam como degeneradas, de vezes conducentes à pernície. Movimentos desta natureza são mostrados e analisados como ádvenas, ambiente de gente com motivos esquisitos. Seus participantes são dados, quando o vitupério é simpático, como aves raras e apontados para ser risíveis ou causar espécie. Os mais agrases as pecham como antro de vagabundos com modos depravados, amontoado de subversivos e criminosos, contra os quais se há de lutar e dos quais se há de proteger.

Há, ainda, os que agriem o sistema. Certos de que "a revolução vai passar por aqui", identificam o "momento histórico", ou "fazem a hora, não esperam acontecer" e entram em combate. Desde logo sofrem a

contenção das forças de repressão física institucionais - braços fortes que são sempre mantidos exercitados - mas, além disso, as classes dirigentes driblam com sobrada habilidade os insurretos e lhes recuperam amplamente as atividades, fazendo com que seus temas prestem serviço à sociedade que pretenderiam destruir. Tudo é negócio. Aos "empresários" cabe utilizar "a contestação dos marginais, a arte revolucionária, os protestos dos intelectuais, os movimentos estudantis, a liberdade sexual para desenvolver o consumo das massas e os lucros da oligarquia econômica. A juventude se torna um mercado formidável para os discos, os filmes, os transistores, as revistas, os jornais, os livros, o vestuário, os gadgets, os cigarros, a droga, etc. A revolta vende bem, desde os posters de Che Guevara até a música pop e as modas hippies. Ela também vende bem entre as pessoas de idade, preocupadas em se colocar na onda. Em tudo a publicidade utiliza os temas, as formas e a audácia tirados da contestação, que a tornam mais eficaz: por exemplo, o erotismo e o 'psicodelismo'." (9)

Os "políticos" também não deixam por menos, mostram, dando-lhe forma e cor a seu gosto, que a contestação é imprecisa, não identifica propósito, é agitação de rebelde sem causa, coisa perniciosa. Atemorizada - um medo plantado e cultivado como fonte de permanência e recurso de poder - a maioria silenciosa não quer ser perturbada e está sempre à disposição, para emprestar apoio à ordem. É sabido que o movimento

estudantil de maio de 1968, na França, por exemplo, repercutiu em todo o mundo, mas o grande rebanho de "pessoas ordeiras" não foi falto aos seus pastores: as eleições parlamentares seguintes favoreceram amplamente os conservadores que conquistaram percentual até então jamais obtido do total das cadeiras, oitenta por cento delas. (10) "(...) Depois da crise de maio (...) as eleições legislativas de junho de 1968 são um desastre para a oposição (...) É a vitória eleitoral e parlamentar - sem precedentes - da coligação gaulista. O triunfo foi tal que (...) obtém, sozinha, a maioria absoluta dos lugares na Assembléia e surge nitidamente como o 'partido dominante' do jogo político francês." (11)

Os movimentos com objetivo de transformar as estruturas da sociedade existente, no ordinário das vezes, têm confundido o conflito fundamental - a manipulação e a dominação - com conflitos que são produto de insatisfações menores e isoladas e se desgastam em atividades que podem até ter sabor de conquista, mas que não abalam o todo, embora o bloco de valores estabelecidos dê-se por abalado e mostre ao público uma imagem que, real ou não, justifique interferência "ordeira". A realidade que justifica as mais desmedidas atitudes é a que se fez crer que seja, independentemente do que tenha sido, é, ou venha a ser.

Não se torna difícil mostrar que a "bagunça"

é provocada por "marginais revoltados", pois, na verdade, os ativistas permanecem restritos no objetivo e desarticulados na ação. Trabalhando com revoluções desconcatenadas e de propósito particular, os grupos dominantes acabam tendo sua habilidade exercitada, suas práticas conferidas e seus defeitos identificados para as devidas correções, fazendo-se sempre mais necessários ou pelo menos não tanto insuportáveis. Para que não seja tudo tão enfadonho, as classes poderosas recebem como bem chegadas, claro que em análise de uso interno, muitas das manifestações que lhes pretendem ser contrárias, usando-as como lubrificante em suas engrenagens e como animação nas relações com as classes dominadas.

Além disso, muitos dos que querem as transformações, identificados por si próprios como "de esquerda", mesmo que assim não sejam reconhecidos, não raro se comportam, além de com menos inteligência, tal e qual os segmentos que identificam como sendo "de direita". São muitas vezes policialescos com seus próprios companheiros; vigiando-se mutuamente, montam "patrulhas ideológicas", renhidas e agressivamente conservadoras; são tão reacionários a mudanças de discurso ou de método de agir que afastam interessados e se comprazem em permanecer em pequenos grupos de hábitos sacralizados, alimentando debates que se prestam para intensa masturbação intelectual, afastados de qualquer relação efetiva com a sociedade em que estão inseridos. De tanto sectarismo,

impõem-se a si, e pretendem impor a todos, uma armadura mental, acusando de "revisionista", "reformista", "reducionista", "entreguista", "imperialista", quem quer que simplesmente se reserve o direito de discordar, ou tão somente queira palmilhar caminhos alternativos.

É crível que a "intenção" das "esquerdas" seja mudar o mundo - e tudo permite supor - para outro de práticas mais soltas. Mas a inabilidade no agir, condicionada pelo fanatismo dos que geram suas próprias verdades e querem impô-las, leva ao desprezo das condições reais existentes na sociedade que querem doutrinar. Não há uma proposta aberta à discussão e que possa, eventualmente, ser recomposta; há dogmas a serem aceitos por neófitos que serão iniciados em retóricas e práticas de uso interno, ou rejeitados por "equivocados agentes da burguesia". Vivem para regular insignificância; uma minudência, uma "palavra de ordem" ao fim de um texto é inalterável para os esquemas rígidos em que funcionam e, na falta de unanimidade, surgem "rachas" e criam-se facções que, no seqüente ensejo, dão-se a refregas, destruindo-se, ou, por menos, invalidando-se mutuamente. Leandro Konder, discorrendo sobre a necessidade de autocrítica que Brecht entendia devesse ser praticada pelos que pretendem buscar o novo, lembra que "formas sutis de conservadorismo se infiltram constantemente na consciência do sujeito revolucionário, por mais sincero que ele seja, e é preciso que ele seja levado a reexaminar

as bases de suas convicções (...) | e transcreve-lhe pequeno poema, mostrando o seu divertimento| às custas de sua tendência para projetos ambiciosos e insuficientemente ancorados no real: 'Examino muito atento/ meu projeto: é um portento;/ é completo, é formidável/ um projeto impraticável'." (12) Procure-se lembrar disso as "vanguardas do povo" e virão as etiquetas peremptas: "entreguismo", "inconseqüência", "vacilação pequeno-burguesa". A "direita" - note-se que não se ouve falar em "direitas" - por sua vez, manobra com ampla elasticidade. Os vários interesses dos muitos grupos que a compõem são defendidos a partir de um mínimo múltiplo comum que se busca evitar venha a ser representado por número primo, fazendo com que ela pareça aos mais variados segmentos sociais como a melhor voz, a expressão eficaz de autoridade, a forma "moderna" de intermediação de suas pretensões. Os conservadores, sabendo que o novo não necessita acontecer, bastando parecer, recauchutam falas e atos e procrastinam resultados de renovação. "O que conta é o êxtase! Isso muda, isso vai mudar! Não se acredita aí no sentido de uma finalidade ou de uma superação histórica, aplica-se essa veleidade de assentimento, essa veleidade de crença, essa crença movente e curiosa que se concede aos efeitos da inovação, aos efeitos da mudança, até mesmo aos efeitos da moda." (13) A despeito de haver unicamente "cantos de sereia", os que são suscetíveis, avistando nessa gente artificiosa disponibilidade de poder, ansiando generosidade, confiam-lhe a interlocução

de suas pequenas ambições.

Também é imperioso anotar que, somando-se aos desacertos na atitude, está o subterfúgio que fornece evasão da realidade. As pessoas em geral justificam o não ser e o não ter, nutrindo a indigente atualidade com o alento de que "amanhã será outro dia" e transferem para um futuro incerto as necessidades prementes de transformações que prestigiariam o existir. Compensam carências que as atropelam no correr da vida com expectativas sempre postergadas. Só serve aos conservadores ficar sacando esperança contra o futuro impreciso. O futuro fácil de ser pintado e prometido.

Vontade de justiça, mesmo que com sentidos às vezes extremamente diversos, povoam os desejos das mais diferentes mentalidades. Fala-se em direitos, em liberdade e igualdade com empolgação de quem os tem à mão, para pronto gozo. Como podem, então, as pessoas aceitar, tão resignadamente, a desigualdade acintosa, infamante, cerceadora e injusta - pelos critérios do senso mais comum - em que vivem? Não se pode deixar de perceber o quanto se procrastina a solução - possível no imaginário popular - dos mais graves problemas sociais. No geral das doutrinas existentes, nas de toda ordem, e não apenas nas de natureza metafísica, a "salvação" virá no futuro. A economia ocidental garante que "um dia" a sociedade de abundância chegará e tornará iguais os "cidadãos" que são

dados por livres. Dentro do mundo dito comunista, o que esteve vicejando foi a aceitação plena de rígido controle, porque ele seria a garantia de futura liberdade. Massas que professam os mais variados credos religiosos estão certas de que a felicidade que compensará todas as agruras virá em "outra vida". Revolucionários dados por materialistas, praticantes, aliás, em sua maioria, de procedimentos ritualísticos assemelhados aos dos místicos, não vêem a hora de a "revolução", quando acontecer, trazer a alegria para todos. Vivem ansiosos o ordinário. As mudanças são o pote de ouro junto ao fim do arco-íris.

Por toda a ordem de justificativas, tem-se vivido de esperanças. Mesmo em nível individual "as coisas acontecerão", quando se ficar adulto, quando se obtiver um diploma, quando se for reconhecido, quando se for promovido, quando se ficar rico. O prazer de viver está, por justificativas as mais desencontradas, transformado em sonho de vir a ser, não mais é - se algum dia foi - uma prática de ser. As maiorias estão a alienar a vida, seu instante de viver, esquecendo-se de que "a longo prazo estaremos todos mortos". Esperam pela posteridade, sem perceber que muitíssimo pouco é feito para transformar o presente. O credo no porvir, alimentado pelo entendimento de que sábio é preparar, com qualquer sacrifício, o futuro, é freio não percebido, mas fartamente utilizado, para alienar e entorpecer desejos. Com ele se convence de que se deve ter paciência, de que "a esperança é a última

que morre". De que se deve morrer esperando. Feito o pedreiro, inspiração do poeta, "que espera a festa, a sorte, a morte; nada mais além. Esperança aflita, bendita, infinita; esperando um filho, para esperar também." (14)

O panorama que remanesce não comove. O povo "vê" os que lutam por transformações, a rebeldia, como "coisa da idade", de "gente que não tem ocupação", que "com o tempo passa". Afinal, a "experiência ensina". E tem, de fato, ensinado muitos a desistir, a achar que não vale a pena. São os tantos, quase todos aqueles que, um dia, "falando de flores", principiaram algo, no entanto, agora, "lavam as mãos" e se embrenham nos meandros do sistema. Por fim, obtiveram "criar juízo". Cúpidos, por estarem derradeiros na "batalha pela vida", ambicionam reganhar as posições renunciadas. Por que não?

NOTAS

1. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Trad. de Neil Ribeiro da Silva. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. p. 531. (Biblioteca de cultura humanista, 4).

2. HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W. A indústria cultural : o iluminismo como mistificação de massas. In: ADORNO, Theodor W., BARTHES, Roland, BENJAMIN, Walter et al. Teoria da cultura de massa. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p. 183.

3. DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. O leopardo. Trad. de José Antonio Pinheiro Machado. Porto Alegre : L&PM, 1983. p. 39.

4. CHAGAS, Carlos. A força despertada.

Jornal de Santa Catarina, Florianópolis, 23-24 mar. 1985.

p. 5.

5. CORRÊA, Marcos Sá. A moeda de Maria da Conceição. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 mar. 1986. p. 11.

6. LIMA SOBRINHO, Barbosa. Mobilização nacional. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 mar. 1986. p. 11.

7. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. p. 150-151. (Coleção novos umbrais).

8. TOCQUEVILLE, Alexis de, op. cit., p. 532-533.

9. DUVERGER, Maurice. As modernas tecnocracias : poder econômico e poder político. Trad. de Max da Costa Santos. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975. p. 224.

10. CARDOSO, Fernando Henrique. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O HOMEM E A LIBERDADE, 1., Florianópolis. Florianópolis : Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta, 1976.

11. SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Sociologia política : elementos de ciência política. Trad. de Domingos Mascarenhas. São Paulo : DIFEL, 1979. p. 585.

12. KONDER, Leandro. O continente chamado Bertolt Brecht : o escritor e dramaturgo possui personalidade polêmica, que não pode ser equacionada por fórmulas fáceis. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 maio, 1986. p. 54.

13. BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas : o fim do social e o surgimento das massas. Trad. de Suely Bastos. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 75-76.

14. HOLLANDA, Chico Buarque. Pedro pedreiro. In: _____. Chico Buarque : letra e música. São Paulo : Companhia das Letras, 1989. p. 40-41.

6 - A FUNÇÃO DA LEGALIDADE

A sociedade, o coletivo, da mesma feita em que lança suas partes em ingrata porfia por "alguma posição na vida", não tem interesse em ver qualquer delas cair, por insatisfeitas consigo, em tentação. Pretende "realizar" a todos, ver seus membros felizes, alcançando objetivos e vivendo em harmonia, mesmo que os objetivos sejam induzidos, e a harmonia seja elaborada.

Não se descarta de acautelamentos, entretanto. Bem sabe que lançou seus integrantes, e os instiga, em renhida disputa interesseira. Na luta arrivista por vantagens, não importa se nas grandes ou nas pequenas pretensões, os objetivos são tão agridamente desejados que se impõe deitar certas regras aos antagonistas. Não fossem elas e se acabariam criando conflitos que seriam insuperáveis. Certas regras também são necessárias para que se evitem inversões de posição: que "cada um conheça o

seu lugar", mesmo que, contraditoriamente, a todos se incentive a almejar outro.

Na contenda frustram-se vontades, surgem desobedientes, desgarram-se alguns, ferem-se pruridos emocionais de outros. Tudo isso deixaria qualquer sistema instável e precário. Põem-se, então, pautas para a convivência, caminhos aprovados para satisfazer desejos, meios de aconselhar ou recuperar rebeldes, punição para casos perdidos e instrumentos para equacionar sentimentos, conduzindo a que se aceitem os preceitos dados por necessários, se achem legítimos os meios de recuperação utilizados, se recebam como justos os castigos impingidos.

Determinações que podem ser menos ou mais rígidas, considerada a inobservância a umas como erros corrigíveis e a outras como transgressões imperdoáveis, são sempre prescritas pela sociedade. A inobediência prefigura o escarmento. Podem ser penas legais, uma violência real, ou as não judiciárias, consternação de ordem moral, que, não poucas vezes, são os castigos a mais amargurar. Um limite flexível - flexibilidade necessária para negociações oportunas - à aplicação concreta em cada caso de transgressão é estabelecido. Mas, de qualquer forma, o indivíduo, mesmo que de maneira diferenciada, é circunscrito. Os serviços prestados são reconhecidos. Atuando-se em busca de fins "válidos", adquire-se ampla margem de manobra para os meios. Balisas que podem ser

constituídas, nalgumas vezes, de sinais delicados e, noutras, de modos agressivos de reação, demarcam faixas que são mais estreitas ou largas conforme a tradição de desempenho "a favor". Mas há fronteiras que não podem ser ultrapassadas. Depois de certo espaço de ação, a vontade pessoal deve sofrer captulação à sociedade. Não se rendendo, será padecente de desagradáveis conseqüências extralegais ou do constrangimento legal que realiza o Direito.

Nos tempos modernos, respeitados a moral, a tradição, os bons costumes, fez-se a norma, que é "tudo o que se estabeleça em lei ou regulamento para servir de 'pauta' ou 'padrão' na 'maneira de agir'." (1) E ao "complexo orgânico, de que se derivam todas as normas e obrigações, para serem cumpridas pelos homens, compondo o conjunto de deveres, aos quais não podem fugir, sem que sintam a ação coercitiva da força social organizada" (2), chamou-se direito. O direito, então, estabelece "a ordenação da conduta humana em sociedade." (3)

Evidentemente tais conceitos não satisfariam questões acadêmicas mais aprofundadas sobre o tema. Mas, no momento, a preocupação paira sobre o entendimento que a grande massa tem do assunto e, "aos olhos do homem comum o Direito é 'lei' e 'ordem', isto é, um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social graças ao estabelecimento de limites à ação de cada um de seus

membros. Assim sendo, quem age de conformidade com essas regras comporta-se 'direito'; quem não o faz, age 'torto'." (4) E não interessam ao direito as questões pessoais, o foro íntimo. Ao contrário, "importa, antes de tudo, a 'ordem', a 'segurança' da sociedade. Sua vocação é a disciplina da vida social, dentro da qual os indivíduos devem acomodar-se e, de tal modo, que as angústias, as perplexidades, as reações contraditórias e pessoais de cada qual não prejudiquem o funcionamento do sistema estabelecido de legalidade." (5) Quanto às normas, cada indivíduo as sabe todas. Se pensar que não, equivocar-se-á; as próprias regras assim o garantem. Afinal, "ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece." (6)

Mas também o olhar mais crítico do acadêmico que disserta sobre as relações do direito, e de quem com ele atua com a realidade social, não vê senão o que se denuncia: "Historicamente os paradigmas positivista e jusnaturalista têm sido as visões do mundo que têm justificado e embasado as diversas práticas jurídico-políticas dos vários profissionais da área do Direito. |O positivismo concebe o fenômeno jurídico como aquele| em que o conhecimento é estruturado a partir de dogmas mantidos fora de discussão (...) é um conhecimento do dever-ser formal e que dá ênfase à questão da legalidade (...) e coloca a validade do Direito em sua positividade - Direito como ordem e controle sociais (...)

É (...) um imaginário reducionista, que coloca o Direito dentro da visão histórica dos que detêm o poder. O Jusnaturalismo (...) é também uma concepção reducionista (...) |que| tem por base a revelação dogmática, sem observação empírica (...) |Produz| um conhecimento sobre o dever-ser ideal, que dá ênfase à questão da legitimidade. Mas uma legitimidade ideal e metafísica. |Ambos criam| uma representação do mundo que é unívoca e consensual e, portanto, não democrática (...) |O primeiro por| sua busca de legitimação do poder estabelecido, (...) |e o segundo por considerar o Direito| como algo dado (...), fora da história". (7) Quer dizer, o direito é (ou tem sido), a se levar em conta o entendimento positivista, uma pletora de leis que cerceia vontades do povo humilde e amarra seu comportamento aos interesses dominantes, ou, a se dar consideração ao que os jusnaturalistas interpretam, coisa posta que não compete às pessoas discutir, compete tão só cumprir. Incumbe, em razão disto, "fazer sobressair o fato da dominação no seu íntimo e em sua brutalidade e a partir daí mostrar não só como o direito é, de modo geral, o instrumento dessa dominação - o que é consenso - mas também como, até que ponto e sob que forma o direito (e quando digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos |além de pessoas| que aplicam o direito) põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania e sim de dominação." (8)

A gramática que estabelece a forma do discurso e do procedimento jurídico (como também do político) propõe e estabelece jogos que servem, tão exata e somente, a quem tem poder de criá-la e impô-la. E não é de surpreender que assim seja, pois se a lavra é de grupos com interesses próprios a alcançar e preservar, o lavrado só poderia ser o que lhes atendesse, as cláusulas de jogar que fossem produzidas só teriam que ser as que lhes facilitassem a competição, as que mantivessem e ampliassem situações de privilégio. São estatutos descaradamente feitos para si, para seu uso, gozo e disposição, mas intentam e conseguem vendê-los ao imaginário social instituído como as formas mais pertinentes, para mediar o interesse coletivo. Apesar de os poderosos não apenas produzirem a "lei", mas também manterem apropriada a sua interpretação e, conseqüentemente, sua aplicação, fazem crer a todo o povo - inclusive aos presunçosos serviçais intermediários "especializados" - que seus serviços - melhor se rigidamente aplicados - prestam-se, são indispensáveis mesmo e até insubstituíveis para as mediações de conflitos. Aliás, os próprios conflitos só serão assim considerados, se devidamente enquadrados. Só podem ser manifestados os conflitos permitidos, os legalizados, e ordinariamente só o são os próprios para dirimir desinteligências entre partes dominadas. Outros que não estejam normatizados, querendo significar que não são permitidos, são vistos como insubordinação à ordem, como subversão dos valores, como agressão às instituições.

Mesmo as manifestações espontâneas e que logram fugir dos meios repressivos são recuperadas, as águas incontidas são canalizadas, o sistema as legaliza e determina as formas de sua expressão, trazendo, também elas, as novas insurgências para os espaços administrados.

Manter o que se pode - relações substantivas possíveis, e como se pode - as pautas adjetivas transitáveis, sob domínio, não apenas produzindo-os, mas apropriando-se de qualquer produção fugidia das coibições, é essencial para o controle das maneiras de expressar, seja satisfação, seja insatisfação. O que se pode amarra as formas de ser; como se pode legitima o procedimento das instâncias judiciárias sobre os que lhes buscam o acudimento, ainda que para discrepar. Historicamente tem sido exigido o consentimento da rainha da Inglaterra, para que o cidadão comum possa demandar-lhe em juízo. Historicamente tem ocorrido o consentimento. Historicamente os preceitos têm sido os de Sua Majestade. Para os que não se satisfizerem com tal, há, pelos "costumes", traçada a alternativa: que vão ao parque e, da "tribuna livre", com as garantias do governo, discurssem. Às favas.

A retórica dos enunciados jurídicos mal vende um arremedo de legitimidade para um instrumento que os dominados respeitam tanto, mas que, apesar dos destaques simbólicos, tão somente se elenca dentre os

tantos outros dos quais, quem domina, se serve. "As punições são devidamente expressas em lei de modo a adequá-las razoavelmente à submissão pretendida (...) Há por isso o maciço 'apparatus' dos tribunais, com sua responsabilidade de decidir culpa ou inocência, bem como a pena mais adequada a cada caso singular." (9) São formas de conduzir, ou, pelo menos, de pressionar, para que determinados resultados aconteçam de formas aceitáveis e em lugares indicados. E tal é feito sem qualquer assunção de responsabilidade. O todo social é administrado e posto a coagir, mas interpreta os acontecimentos, proclamando-se inteira isenção. É a jurisprudência:

COAÇÃO IRRESISTÍVEL - Inocorrência - Coação que, segundo a defesa, teria partido da sociedade - Inadmissibilidade - Absolvição in-subsistente - Novo julgamento ordenado - Apelação provida - Inteligência do art. 18 do Código Penal. A sociedade não pode delinquir, pois onde ela existe, aí está também o Direito. Assim, a coação irresistível há que partir de uma pessoa, ou de um grupo, nunca da sociedade. (10)

JÚRI - Nulidade - Decisão contrária à prova dos autos - Coação irresistível - Coator que, na espécie, seria a própria sociedade - Inadmissibilidade - Novo Julgamento ordenado - Inteligência do art. 18 do Código Penal. A sociedade é o Estado juridicamente organizado. E este não delinque. Ao inverso, pune os que violam a lei. Não pode, pois, ser acoimado de coagir alguém à prática de crimes. (11)

O aparato judiciário e suas peças de composição - burocratas com poder de administrar procedimentos e proferir decisões - não têm qualquer "contato" com a sociedade em que estão - e em cujo seio não se sentem - inseridos. São lançados sobre a comunidade e cumprem uma das funções mais mistificadoras de todo o agregado de modos de dominar. É um poderoso serviço de manutenção de conveniências estatuídas, vendendo a imagem de lugar em que a justiça acontece. É tão grandemente envolvente que, mais do que suas próprias vítimas, a maioria de seus membros, que está engajada na definição de seus processos e são seus mecanismos, ficam com uma impressão de ter sua própria soberania, ou, mais, de ser soberania. Imaginam que seus atos sejam exercício de poder, não percebendo que atitudes e atores são instrumentos de exercício de poder. Confundem a natureza de apetrecho de desempenho com poder de desempenho. Essa presunção, que baralha a condição de serviçal com a essência do serviço, faz o seu apanágio: espaço de contenção aos feitios alternativos de procedimento.

O que lhes acode os arrazoados das sentenças - talvez suportem-lhes o pensar e o viver - são a jurisprudência "mansa e pacífica", os textos retóricos e dogmáticos dos doutrinadores, os costumes de segmentos reacionários e as lições de "mestres" que dominam cursos de direito. As questões meta-jurídicas embutidas nos textos legais, o sentido teleológico da legislação e seus

ingredientes axiológicos subjacentes, quando não são ignorados - o contingente predominante os desconhece - são cinicamente negados. A surrada desculpa - ocasião da ignorância, ou fulcro do cinismo - é o gasto argumento de que a única função do Poder Judiciário é o estrito cumprimento da lei.

Idealizações de justiça fundadas em tais pressupostos encaminham atitudes com pretensões de neutralidade, quando ocorre bem o inverso. Prenhes de ideologia, ideologicamente pensam-se além delas. Algo só assim como pairando acima do bem e do mal. Mas o jurista sensato adverte: nas conclusões do julgador "influirão sua formação jurídica, suas crenças políticas, religiosas, seu caráter e temperamento, sua condição econômica e os interesses dos grupos sociais com os quais se identifica (...) Nem mesmo as práticas dos setores mais neutros da ciência estão livres das influências ideológicas. A atividade jurídica, entendida essa expressão no seu mais amplo sentido, é uma das práticas onde mais se faz sentir a influência das ideologias, podendo dizer-se que toda a atividade jurídica é uma prática ideológica" (12), que o direito é ideologia codificada. "As instituições jurídicas não se explicam a partir de si mesmas, só podendo ser compreendidas à luz daquelas idéias que orientam a direção política e cultural da sociedade (...) são racionalizações de interesses preponderantes na sociedade civil, convertidos politicamente em interesses gerais (...)".

(13)

Em assim sendo, tendo-se a lei e seus agentes como instrumento e prepostos do pensamento dominante, porque formulada e formados por eles, a função da legalidade é, em corolário, na medida em que se produz, reproduz e garante condições de produção e reprodução, o fazer vigir o pensar que domina, campo onde colhem vantagens os senhores das rédeas do poder. Vantagens nascidas da refrega em que os miseráveis aplicam a própria existência, e os poderosos aplicam a existência dos miseráveis. Nesse contexto, tentar emprestar outro sentido à lei, "pretender ser um juiz alternativo significa muito esforço, abnegação, estudo, renúncia de certas facilidades, tudo com o objetivo de tentar colaborar para a construção de uma sociedade efetivamente justa, igualitária e democrática, estendendo, em sentido concreto de justiça, os resultados de prestação jurisdicional até as classes menos favorecidas, tarefa sempre abandonada pela falaciosa dogmática jurídica." (14) Vê-se que se trataria, nas poucas encontráveis, de possível atitude desprendida de algumas personalidades incomuns, dispostas a sofrer as esfoladuras surgidas do atritar-se com a realidade assentada, bem cientes, as mais vezes, que o lenimento tem por nome utopia, que o móvel se chama paixão.

Os membros do sistema judiciário - fala-se

de quem quer que desenvolva atividades vinculadas ao sistema legal, ainda que se veja nos juízes quem mais o simbolize - contudo, não estão quedados a atividades revisoras de procedimentos, não obstante a sociedade tanto delas vir necessitando. "Apesar das exigências práticas que a politização das questões jurídicas impõem aos magistrados, grande parte dos profissionais do direito é formada num dogmatismo que não permite sequer o debate desses problemas. Atados à perspectiva 'interna do direito', compondo e recompondo sua atuação profissional a partir dos 'inputs' do sistema jurídico, 'desatentos' quanto ao crescente 'uso político do direito', alguns setores da magistratura fazem vista grossa diante da nova realidade." (15) "As velhas instituições jurídicas e as categorias tradicionais alteram-se nos seus pressupostos e na sua função, e a tal ponto que os cursos e compêndios, as obras de texto, se degradam na medida em que continuam a sistematizar noções aspiradas de regras abstratamente válidas cuja premissa ideológica se esvaziou. Ruíram, em consequência, as grandes e tradicionais construções dogmáticas elevadas sobre as instituições concretas da família, da propriedade e do contrato. Não obstante, continuaram e continuam a ser descritas e explicadas como se não tivessem mudado, legitimando-se desse modo a disjunção entre o Direito e a realidade social com apoio na rotina." (16)

O universo das significações jurídicas que

fornece material intelectual para legislar e judicar encerra um manancial de conceituações acabadas que erige premissas e que dificilmente possibilitaria transformações quer nos produtores, ou na produção de leis, quer nos seus aplicadores, ou nas formas de sua aplicação. O jurista que compõe tal sistema, alimentando-o com suas atitudes e com suas atitudes sendo alimentadas por ele, não discernirá as conseqüências de tal relação e não lhe alterará o papel social, antes o confirmará, como o tem, com suas práticas, confirmado. A legalidade, direito e dever de todos, mantendo uma função viciada e perversa, contempla com o direito a poucos, e aos demais exige o dever.

NOTAS

1. SILVA, De Placido e. Vocabulário jurídico. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1975. p. 1067.

2. Ibidem, p. 529.

3. BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado. 5. ed. São Paulo : José Bushatsky, 1982. p. 1.

4. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 13. ed. São Paulo : Saraiva, 1986. p. 2.

5. LIMA, Hermes. Introdução à ciência do direito. 27. ed. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1983. p. 31.

6. BRASIL. Decreto lei nº 4657, de 4 de se-

tembro de 1942. In: _____. Código civil e legislação civil em vigor. Org. seleção e notas de Theotônio Negrão. 5. ed. atual. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1985. p. 19.

7. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ensino jurídico e realidade social. Seqüência, Florianópolis, n. 17, p. 80-81, dez. 1988.

8. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 181. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).

9. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. p. 89. (Coleção novos umbrais).

10. COAÇÃO irresistível. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 477, p. 342, jul. 1975.

11. JÚRI. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 511, p. 357, maio, 1978.

12. BRUM, Nilo Bairros de. Requesitos retóricos da sentença penal. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1980. p.9-11.

13. GOMES, Orlando. Novos temas de direito civil. Rio de Janeiro : Forense, 1983. p. 3.
14. ANDRADE, Lédio Rosa. Direito alternativo. O Estado, Florianópolis, 15 mar. 1991. p. 4.
15. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Magistratura, sistema jurídico e sistema político. In: FARIA, José Eduardo, SANTOS, Boaventura de Sousa, CAMPILONGO, Celso Fernandes et al. Direito e justiça : a função social do judiciário. São Paulo : Ática, 1989. p. 119. (Série fundamentos, 48).
16. GOMES, Orlando, op. cit., p. 3.

7 - ENTRE O CONSELHO E O CASTIGO

Resta ao indivíduo o poder sentir-se desamparado, sem proteção, carente de indicação de caminhos mais seguros a serem trilhados. Em tal abandono poderá haver equívocos, formas erradas de buscar o "lugar ao sol" que cada um deve alcançar, segundo a própria sociedade ensinou, para realizar-se individualmente, com plenitude bastante, no interior do todo. Como o coletivo se reserva o direito de criar uma expectativa e pretende que o indivíduo a satisfaça, obriga-se, em contrapartida, a ofertar a cada um de seus membros os cuidados mais "carinhosos", evitando, destarte, que alguns, frustrando-se, restem perdidos à margem do processo, transformem-se em marginais do sistema.

O marginal pretende não participar da comunidade, ousa desconsiderar, mesmo que seja para alcançar seus valores, os métodos aceitos, agride o estado

de relação social existente e não contribui, a não ser como exemplo do que é "mau", para a sua reprodução. Mas o marginal não quer destruir o sistema estabelecido. Aliás, não chega a ponderar-lhe a existência. Quer, em verdade, ocupar espaços mais vantajosos dentro dos limites tão próximos que percebe e que pensa serem os limites do mundo, espaços assim considerados conforme os padrões e valores ideologicamente divulgados. É considerado marginal apenas porque busca obter a satisfação de suas vontades por caminhos não "convencionados" como possíveis.

Pesquisa sobre valores subjacentes no mundo dos traficantes de droga do Harlem hispânico, de Nova York, sustenta que se trata de pessoas que perseguem, por maneiras próprias, muitas vezes fatais, o mesmo sonho americano da riqueza como produto da retidão e da persistência, comungado pelos jovens yuppies que vivem nos bairros opulentos e bem comportados da mesma urbe: "Você tem que olhar para um processo maior (...) Uma coisa é o pai de família que sai de uma região pobre e muda-se para a grande cidade. Ele faz todos os esforços para se integrar à nova vida. O seu filho já nasce em outro mundo. Ele entende que deve fazer parte da sociedade em que nasceu. O filho nasce no sonho do pai, mas não aceita passivamente o estatuto de cidadão de quarta classe que lhe oferecem. Ele luta para ganhar dinheiro e luta tão bravamente quanto os milionários ladrões do fim do século passado e como os yuppies de hoje

(...) Nessas ruas tiveram experiências profundamente negativas com o mercado de trabalho do salário mínimo (...) o tráfico não é apenas uma oportunidade de ganhar mais mas também de ter um trabalho que, aos seus olhos, aos da microcultura do bairro, tem mais dignidade (...) O crime e a droga fazem parte do mesmo mundo que no resto da cidade se chama de sonho americano. Considera-se normal que um adolescente sonhe em ter um emprego que não seja chato, pague bem e dê alguma sensação de poder (...) Mal dá para ganhar o dobro do salário mínimo. Para os jovens, os vendedores da calçada, o que há de mais atraente é o sonho da realização pessoal. Um dos símbolos exteriores do vendedor de drogas é a presença de um aparelho de bip na cintura (...) Há muitos jovens que andam com o bip para mostrar o status de traficante, sem sê-lo. Há uma aura de independência, sexo, poder (...) O problema da criminalidade ligada à droga deriva de uma crise mais profunda, a do papel social do sujeito na sociedade. Achar que o sujeito está vendendo droga porque não tem trabalho não leva a lugar nenhum. Há trabalho em Nova York, serviços braçais como arrumar prateleiras de supermercado, entregar pizzas, limpar lojas (...) Eu, como ele, e qualquer pessoa, pensei em fazer algo que superasse meus pais. Dizer que um garoto desses que vendem drogas é um bandido é, de saída, uma hipocrisia (...) Ele se sente importante vendendo droga (...) A imprensa atribui um poder sobre-humano à droga, dando-lhe função mítica de onipotência. Juntando-se isso com as estatísticas da

violência partida dos drogados, chega-se praticamente a uma absolvição da sociedade. O problema é tão grande, tão imponente, que a cidade se distancia dele e dos bairros marginalizados com sua cultura de terror. Mais se distancia e mais eles se marginalizam". (1) Formam-se guetos, bolsões residuais, tratados entre brutalidade e estranho acarinhamento: é-lhes feito saber que, ou observam determinados conselhos, ou padecem certos castigos.

A sociedade convenceu-se e convence que não tem culpa, que é agredida e ainda quer ajudar. Irá cumprir humanitária filantropia. Para bem operar, desajunta, numa mesma pessoa, o que seja delinqüente do que seja marginal. Sobre a primeira parte, com o escopo de obtê-la derrogada, serão lançados os aparatos legais, os órgãos policiais e judiciários. Às atividades ostensivas de repressão apetece evidenciar, com o tratamento dispensado ao "mau elemento", que o "crime não compensa". A segunda porção deve ser reavida. Os preservadores da ordem estabelecida acionam, então, os métodos de recuperação, um leque de relações contemporizadoras. Os meios "oficiais" têm o serviço social institucional, e a comunidade "organizada" tem os grupos de serviço que se transformam em assistência social espontânea. Primeiro, " (...) pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia... Mais tarde, desta função confusa saíram personagens, instituições, saberes... uma higiene pública,

inspetores, assistentes sociais, psicólogos. E hoje assistimos a uma proliferação de categorias de trabalhadores sociais..." (2)

Há discussões, entre os que prestam tais "serviços", sobre o ser ou não uma ação com compromisso ideológico conservador de relações sociais existentes. Trata-se "de uma questão ingênua já que o Serviço Social se insere nos aparelhos de hegemonia." (3) "As instituições sociais são organizações específicas de política social, (...) fazem parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade. Mesmo quando privadas, as instituições são reconhecidas pelo poder público, ou recusadas por ele. Elas se organizam como aparelhos das classes dominantes para desenvolver e consolidar o consenso social necessário à sua hegemonia e direção sobre os processos sociais." (4) Tratam, um e outras, serviço público e assistências privadas, de aliciar e sujeitar quem se desvia do padronizado ao caminho de retorno à conformidade e de buscar oportunizar, ao agora conformado, meios de satisfação pessoal aceitos. Há um discurso de "atendimento" ao marginal e uma prática de satisfação aos grupos dominantes, que consentem em certos sacrifícios sem que a dominação seja afetada no essencial. Estabelece-se uma traficância silenciosa entre os que "conhecem" os padrões apropriados e os que deles se desviaram. O "desviado" volta a integrar-se ou, dizendo melhor, é

(re)integrado na sociedade. Para que não "revolucione" um estado de coisas estabelecido, o "fora da ordem" tem que ser recuperado para o sistema que lhe faz certas e bem estudadas concessões. Sem que ele tome consciência, a classe dominante mercadeja sovinamente, oferecendo-lhe um mínimo de vantagens em troca de um comportamento o mais possível condicionado ao aceitável pelos padrões estabelecidos.

Os grupos filantropóides que atuam neste sentido, agindo nos domínios os mais variados - tratando de assuntos relativos à unidade cristã da família, aos costumes pudicos dos jovens, às vantagens de uma vida eterna sem as penúrias de um inferno, aos infortúnios que causam o álcool e as drogas, à grandeza da pátria, à auto valorização proporcionada pelo trabalho - não exercem uma pressão determinada, explicitando uma intenção clara - aliás, no mais das vezes, as linhas de frente de tais grupos são compostas de "bem intencionados" que supõem estar "a serviço da comunidade", sem perceber a quem realmente beneficia a interferência de que tanto se orgulham. Sua ação principal não consiste em impor qualquer atitude concreta, mas em desviar a atenção do "atendido" de sua condição de explorado, anestesiando-o, confundindo-o, impedindo-o de tomar consciência da relação que se está estabelecendo, do papel que está sendo estimulado a desempenhar e, menos ainda, das conseqüências que uma e outra desatam. Nas frentes mais

diversificadas, contingentes enormes formam exércitos institucionais ou voluntários de "protetores dos desviados" que entorpecem as massas e reforçam continuamente a posição e o poder das classes bem estabelecidas, esgotando nisso toda a sua bondade, não tendo a menor importância se o fazem conscientemente ou não, pois em nada isso altera os resultados obtidos.

A preocupação final continuam sendo as normas, a observância e a realização dos valores sociais. Se alguém não as "entende", percorre caminhos não convencionais, não enquadráveis, o serviço social, institucional ou espontâneo, oferece-lhe trânsito dentro dos padrões admissíveis. Em verdade, cumprindo suas funções ideológicas, vende-lhe as vantagens de estar conforme as regras aceitas. O pagamento pela compra é a sua própria submissão, o comportamento conformista que passa a adotar.

Não pode haver insubordinados, eles seriam letais para o sistema: "(...) não é a moralidade nem o sistema positivo de valores de uma sociedade que a fazem mudar e progredir, é sua imoralidade e seus vícios, é seu desregramento com relação a seus próprios valores." (5) Há, todavia, a existência, ou a aventura de procurar existir de alguns deles que, por erro do processo ou dos próprios insatisfeitos, acabam por surgir de modo e em local imprevisíveis. O coletivo, então, deveria acionar a

reação, deveria punir, e o tem feito em cada época, conforme o grau de perfeccionismo em que estivessem funcionando seus aparelhos de controle e recuperação. A partir dos tempos modernos, maneiras de punição já estavam organizadas.

Primeiro, sobre quem não se comportasse como devesse, caía a punição espetáculo. O que "errasse" sofreria em público, com o alarde que fosse possível, o castigo. O próprio castigado serviria, ao ser punido, juntamente com o seu corretivo, de exemplo; um e outro eram demonstrações ostensivas das conseqüências de se estar em erro. O sistema reconhecia haver o inconformado, identificava-o a toda a gente e o massacrava diante das vistas gerais lentamente, violentamente. Após, desde o fim do século XVIII e princípio do XIX, "a punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo; e como as funções da cerimônia penal deixavam pouco a pouco de ser compreendidas, ficou a suspeita de que tal rito que dava um 'fecho' ao crime mantinha com ele afinidades espúrias: igualando-o, ou mesmo ultrapassando-o em selvageria, acostumando os expectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a freqüência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com o criminoso, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração" (6),

poder-se-ia estar expondo partes que a conveniência recomendaria tratar com mais reservas. Havia o mal, mas o seu tratamento, assim ao vulgar saber, se podia atemorizar a platéia, poderia, também, contaminá-la. Os empanados do palco seriam baixados.

Os procedimentos correcionais continuam entendidos como recurso pertinente para fazer submissos, mas tornam-se mais velados e pretende-se aplicá-los, fazendo com que o público creia que por outros motivos. Para tanto, outros atores, com novos métodos, atrás das cortinas contudo, entram em cena. "Desde então, o escândalo e a luz serão partilhados de outra forma; é a própria condenação que marcará o delinqüente com sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença; quanto à execução, ela é como uma vergonha suplementar que a justiça tem vergonha de impor ao condenado; ela guarda distância, tendendo sempre confiá-la a outros e sob a marca do sigilo (...) E acima dessa distribuição dos papéis se realiza a negação teórica: o essencial da pena que nós, juízes, infligimos não creais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, 'curar' (...) |Por consequência|, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores" (7), auxiliados pela família, pelos amigos, pelos assistentes sociais institucionais e privados, pelas

pastorais religiosas, pelos conselheiros de ocasião. O sistema quer recuperar o indivíduo. Então, à "expição que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (...) |quer-se conhecer o criminoso, apreciar atos e motivos, por fim modificá-lo, dando-se| aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser." (8)

Com isso se faz mais do que julgar, procura-se atingir a alma do indivíduo. E "não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira geral sobre os que são vigiados, treinados, e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação." (9) "O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre

corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças."

(10)

Ora, tal aparelhagem seria um sistema total, infalível de "educação" do indivíduo, de sua "recuperação", se fosse necessário. Ninguém teria oportunidade de pensar à parte do sistema, se submetido a tal tratamento. Contudo, tem havido quem assim o faça. O indivíduo resiste. O indivíduo, a personalidade velha de guerra, por vezes, dribla o processo. O processo necessita, então, aperfeiçoar-se. Alcançou, nalguns lugares, estágio tal que ousou auto-proclamar-se "científico". Os procedimentos são científicos, portanto infalíveis, e não estar conforme seus entendimentos absolutamente irrefutáveis é ser louco. O marginal, aí, não tem que ser castigado nem recuperado. Tem que ser tratado. É louco. Como ousar, surpreende-se o próprio sistema, misto de perplexidade e indignação, como ousar contestar a evidência da ciência? Os hospitais psiquiátricos, diante de tais casos, substituirão as prisões. Para um desatinado não deve haver castigos, ele não entenderia; não há recuperação a ser feita, desvio algum está acontecendo. Há um defeito, sim, o método reconhece, mas não nele, que é científico. O defeito está no indivíduo. Bem, diante destas circunstâncias, havendo um "estranho no ninho", não haveria anormalidade, até seria necessário à coletividade tirar-lhe um pedaço do cérebro, ou submetê-lo a efeitos químicos combinados com

condicionamentos de emoção e transformá-lo em uma "laranja mecânica". "Outros propuseram-se a substituir a política por uma nova ciência de controle comportamental, que visava a eliminação da agressividade por meio do condicionamento psicológico e da engenharia comportamental. Na verdade, defendiam um totalitarismo benigno como única resposta ao totalitarismo selvagem de Hitler e Stalin. Tal solução continua atraente a muitas pessoas, a despeito de suas implicações antidemocráticas, porque retém importantes elementos da visão de mundo liberal, como vimos: uma confiança na predizibilidade do 'comportamento' humano, uma psicologia do prazer e da dor, uma insistência na primazia do interesse pessoal. O behaviorismo fornece um aparato intelectual agradavelmente familiar para um admirável mundo novo." (11) O sistema tentará. O indivíduo, talvez, resistirá.

Pode-se ter a esperança de reação de cada um, isoladamente ou em conjunto. Bem, o sistema cuidará de ter, "a priori", as condições, o caldo de cultura, para implantar novas formas de viver e de ser. Em exemplo da área política, pode-se avocar o movimento militar de 1964, quando, no Brasil, foi derrubado o governo constitucional. A época, pré-justificando a violência que viria com o golpe que se estava urdindo, "os pastores" cuidavam de seus "rebanhos" por exortação e prédica: "Dizendo que se deveria criar a Ordem do Avestruz para os despreocupados, que fecham os olhos diante das atividades subversivas do

comunismo, S. Excia. D. Vicente Scherer, em sua palestra radiofônica semanal, acrescentou que essa Ordem devia ser concedida aos estudantes, aos políticos, aos dirigentes sindicais, afinal, a todos aqueles, que, não sendo adeptos do marxismo, pretendem agarrar-lhe a mão para colaborar com ele no plano de destruição das estruturas políticas e sociais existentes. 'O resultado de semelhante colaboração - acrescentou S. Excia. - sempre favorece a causa do marxismo, que conta com a força brutal do governo russo e não conhece escrúpulos na escolha de meios e expedientes favoráveis aos seus fins conhecidos e reconhecidos. Julgo que, a preconizada Ordem do Avestruz teria, em breve, longa lista de membros e agraciados, que vivem alegres e inconscientes do perigo, que ameaça as instituições livres da América'." (12); "Por ocasião do encerramento da I Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundários de S. Paulo, realizada recentemente, os estudantes declararam: 'Como brasileiros, cristãos e democratas, é o nosso dever zelar pela segurança, paz e liberdade da Pátria. Alertamos os nossos colegas quanto ao perigo da infiltração comunista, bem como a respeito de todos aqueles que, por indolência, fraqueza ou covardia, crêem poder pactuar com pressões nacionais e internacionais dos profissionais da subversão, da violência e do engôdo. Somos, portanto, a favor dos governos, que se baseiam na livre, consciente e reconhecida opção do povo ilustrado e responsável!'" (13)

Afinando instrumentos na mesma orquestração, eméritos constitucionalistas ensinavam nas escolas que havia um governo irresponsável, que "a demagogia eleitoreira mobilizava e agitava as massas sindicalizadas, com promessas de reivindicações fantásticas e de reformas sociais de impossível realização. A subversão em marcha acelerada invadia parte das Forças Armadas (...) que tinham suas associações minadas de agitadores vermelhos (...) |Com o êxito do golpe, novas normas foram impostas ao país com o "eloqüente" argumento de que| o vencedor tem o direito, por força da própria vitória, de estabelecer as condições de paz, ou seja, a nova ordem decorrente do triunfo (...) ". (14) Ao povo, uma determinação: "ame-o ou deixe-o". Os que se recusaram a "amá-lo" e se negaram a "deixá-lo" pagaram com a liberdade, muitos com a própria vida. No peito outro tipo de amor, chamado de resistência para discordar. Os generais "(...) fingiam, talvez até acreditassem, ter tomado o poder sem querer, e por tempo limitado, e que bastava dobrar a esquina para entrar num paraíso onde os seres humanos seriam iguais e livres. Nós não somos assim. Sabemos que ninguém jamais toma o poder com intenção de largá-lo. O poder não é um meio, é um fim em si. Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvaguardar uma revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder (...)" (15), seja em 1964, seja em 1984, seja em qualquer tempo, seja em qualquer lugar.

Para todos os atos bárbaros, sejam fundados no racismo, em etnias, em diferenças ideológicas, em nacionalidades, no que seja serventia, tem havido sempre suportes teóricos que justificam sua implantação e, posteriormente, a consolidação necessária. E recomeça todo um processo de refazer o pensar, sem que se tenha notado, no mais das vezes, falta de instrumentos e de colaboradores para tanto. "(...) Logo que um rei declarou-se tirano, tudo que é ruim, toda a escória do reino - não falo de um monte de gatunos e desorelhados que numa república não podem fazer muito mal nem bem, mas dos que são manchados por ambição ardente e notável avareza - reúnem-se à sua volta e o apóiam para participarem da presa e serem eles mesmos tiranetes sob o grande tirano (...) Assim o tirano subjuga os súditos uns através dos outros e é guardado por aqueles de quem deveria se guardar, se valessem alguma coisa (...)". (16)

NOTAS

1. BOURGOIS, Philippe. Ilusões de traficante : o antropólogo que estuda o comércio de drogas em Nova York diz que os traficantes dos bairros pobres são movidos pelo mesmo sonho americano dos yuppies. Veja. São Paulo, v. 23, n. 37, p. 5-7, set. 1990.

2. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 151. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).

3. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. 3. ed. São Paulo : Cortez, 1982. p. 42.

4. Idem, Espaço institucional e espaço profissional. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo,

v. 1, n. 1, p. 137-152, set. 1979.

5. BAUDRILLARD, Jean. A sombra das maiorias silenciosas : o fim do social e o surgimento das massas. Trad. de Suely Bastos. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 84-85.

6. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Trad. de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis : Vozes, 1977. p. 14.

7. Ibidem, p. 15-16.

8. Ibidem, p. 20-22.

9. Ibidem, p. 31.

10. Idem, Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 161-162. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).

11. LASCH, Christopher. O mínimo eu : sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Trad. de João Roberto Martins Filho. 5. ed. São Paulo : Brasiliense, 1990. p. 208.

12. A ORDEM do Avestruz. In: ANUÁRIO inaci-

ano de 1964. Porto Alegre : Sede Padre Reus, 1964. p. 168.

13. DECLARAÇÃO de princípios. In: ANUÁRIO inaciano de 1964. Porto Alegre : Sede Padre Réus, - 1964. p. 169.

14. JACQUES, Paulino. Curso de direito constitucional. 8. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1977. p. 104-106.

15. ORWELL, George. 1984. Trad. de Wilson Velloso. 19. ed. São Paulo : Cia Ed. Nacional, 1985. p. 44. (Biblioteca do espírito moderno, 24).

16. LA BOÉTIE, Etienne. Discurso da servidão voluntária. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo : Brasiliense, 1982. p. 32-33. (Elogio da filosofia).

8 - A PERCEPÇÃO DE SI

Pode-se, então, voltar às considerações do início do texto sobre o ser, ou não, a sociedade dirigida, manipulada. Pretende-se ter demonstrado que sim, e com eficácia desigual. E, isto posto, que caminho resta à humanidade, "como podem as pessoas que tenham sido objeto de dominação eficaz e produtiva criar elas próprias as condições de liberdade?" (1) Tem-se, ainda, que levar em conta que a própria aspiração de liberdade pode servir, se bem apropriada por quem domina, para mais e melhor dominar. "Sob o jugo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em poderoso instrumento de dominação. O alcance da escolha aberta ao indivíduo não é o fator decisivo para a determinação do grau de liberdade humana, mas o que pode ser escolhido e o que é escolhido pelo indivíduo." (2) "A menos que a idéia de escolha traga com ela a possibilidade de fazer diferença, de mudar o curso dos acontecimentos, de desencadear uma cadeia de

eventos que pode provar-se irreversível, ela nega a liberdade que pretende sustentar." (3) Afinal, em comercial televisado, "liberdade é uma calça velha, azul e desbotada." (4)

"A liberdade se restringe a um 'estilo' (ser mais ou menos sorridente, mais ou menos sério, mais expansivo ou mais tímido, entre outros)." (5) Talvez se possa variar e fazer combinações nas escolhas, mas dentre as alternativas oferecidas e ainda com o cuidado de que o permitido não altere papéis a serem cumpridos e desde que as relações sociais tão bem definidas e cristalizadas não sejam arranhadas. Vontades, ou questionamentos fora da lista não podem ser satisfeitas ou respondidos. Os aparelhos de preservação social têm que amenizar, ou mesmo anular pedidos impossíveis e demonstrar que certas preocupações "não levam a nada", são desnecessárias e inoportunas.

Siga-se esse caminho e não haverá liberdade alguma. Grande parte dos que se recusam a ir por ali, dos que descobrem as regras de dominação, cai impotente e estarrecida diante delas. Outra grande parte adentra à organicidade dos que dominam e, ocupando lá a posição que sua capacidade permite, sente-se "no lugar que para si foi feito". Haverá, contudo, uma parte e, pela existência dessa parte, vale a vida e a humanidade que, mesmo sendo de um lugar, de uma caverna, em que, "desde a infância,

têm os homens o pescoço e as pernas presos de modo que permanecem imóveis e só enxergam os objetos que lhes estão em frente (...) |se um dia se soltar e vir o sol, preferirá| mil vezes, como o herói de Homero, levar a vida de um pobre lavrador e sofrer tudo no mundo a voltar às primeiras ilusões e viver a vida que antes vivia." (6)

Pode-se dizer mais: visto o sol, a volta à caverna não será mais uma questão de preferência. Será de impossibilidade. Quem vem do obscuro, colocado à luz, acostumado a ela, desaprende a distinguir os obstáculos entre os quais antes se esgueirava, não mais enxergará, mesmo que queira, no interior de cavernas. E se, no brusco, tentar falar aos que o cercam, sobre o que agora sabe, falará sobre o que não existe. O que foi aprendido com a estada no lume não pertence ao universo de quem sequer sabe que existe luz. Lá naquele mundo passará a dar tropeços, não o entenderá, nem por ele será entendido.

Deve o indivíduo, se consciente, então, organizar-se para as suas relações com a realidade. Não é possível, é sabido, a revolução particular. Não haverá a transformação do todo, se a luta for resumida a assuntos específicos. As minorias que se rebelam, propugnando pendões que seriam ecumênicos, porém, representam grupos que, além de serem dispersos e não terem interesses nem objetivos comuns, não têm qualquer perspectiva de se articularem para modificar a situação social em seu

conjunto. Atuam de forma pulverizada e são sub-produtos do sistema existente, sustentando-se de seus defeitos e refestelando-se com suas aparas; não elistiriam sem ele e não podem com ele. É verdade que o "barulho" que fazem denuncia, expõe, cumpre um papel revelador, alcançando, porém, resultados que não se espraiam, nem atingem em profundidade onde a alienação é geral e a opressão tem longas raízes. São movimentos que não são inúteis, mas de modo algum são suficientes.

A dinâmica do sistema estabelecido, poderoso e organizado, - "a ascensão da organização nos tempos atuais é, para aqueles dispostos a vê-la, nitidamente visível" (7) - não permite mais certos sonhos. Um olhar lúcido sobre o cotidiano alerta para a dificuldade de se encontrar camaradas dispostos a embates com o que está sedimentado. Além da cristalização em si, há a administração dela, divulgando e colocando suas maneiras e interesses, fazendo com que os ideais de prazer pessoal, de bem estar social - a qualidade de vida - resultem amplamente adaptados às estruturas fincadas. Em todos os assuntos, para além do que se poderia chamar de esfera privada, mas no que é íntimo mesmo, há alinhamentos inconscientes, procedimentos sacados do indivíduo pela pressão sugadora e centrípeta dos costumes. Não apenas nas questões públicas ou nos moldes de se apresentar em público, está-se sendo atropelado por formas pré-moldadas de ser. A intromissão chega ao amor, ao dever, ao senso de

justiça, ao carinho de que se gosta, ao que causa tristeza, ao que deixa feliz, às relações com o ego. Os interesses prevalentes, para mais se imiscuïrem nas dimensões pessoais, "tornaram necessário fazer circular os efeitos do poder, por canais cada vez mais sutis, chegando até os próprios indivíduos, seus corpos, seus gestos, cada um de seus desempenhos cotidianos. Que o poder, mesmo tendo uma multiplicidade de homens a gerir, seja tão eficaz quanto se ele se exercesse sobre um só." (8)

Não se pretende ser fatalista, dizer que não existe história, ou, conforme as falas mais em voga, concluir pelo seu fim. Admitir o desejo e defender a possibilidade de desenvolver a individualidade a guisa de apurar o coletivo desde as suas frações elementares não significa deixar de reconhecer que, em nome da liberdade e da igualdade de oportunidades, tem havido lutas respeitáveis, algumas - porém poucas e restritas - conquistas significativas. Mas nos quadros sociais em que se têm debatido os reacionários e os que querem um mundo de pessoas conscientes, aos conservadores tem bastado argumentar com nada mais além do que existe, enquanto aos revolucionários tem ficado a obrigação de defender o impreciso, o nunca visto para uma massa que quer certeza, segurança, que entende que "nunca se deve trocar o certo pelo duvidoso". As circunstâncias, mesmo as mais desagradáveis e mesquinhas, são já sabidas e administradas e não são prontamente renunciadas em alborque com grácil

possibilidade, tanto mais quando há o medo de que as coisas possam vir a ser consideravelmente piores. A assustosa contabilidade dos prejuízos virtuais está convenientemente instilada nas consciências. Ademais, resta, por processo de racionalização, uma sobra de apreciação por qualquer que seja a vida levada. Encontra-se orgulho mesmo em existências que só entediam e estafam.

Em face de condicionamento tão completo, será muito improvável que as pessoas se deixem sensibilizar por apelos libertários. Mesmo que viessem a entender e concordar com algumas das mensagens que lhes fossem dirigidas, dificilmente haveria opção pela mudança. O pouco que a maioria do povo conseguiu "entesourar" para atravessar a vida, a base material assegurada, mesmo que de dimensão pequena, não pode ser posta em risco. O emprego, por exemplo, para ampla maioria tem sido - e realmente é - definitivamente muito mais importante do que participar de uma luta incerta, por significar nada menos do que a sobrevivência. "Toleram-se empregadores ineptos, estúpidos ou desagradáveis quando se precisa comer." (9) Diante do risco de miséria, quando se tem a inanição como alternativa, é mais seguro "não se meter nessas coisas".

Discutir sobre a dignidade da vida com quem sustenta uma sobrevivência sórdida, sem qualquer

qualidade, é esquecer a necessidade e a importância de bens materiais. A realidade da fome aviltante, da doença ameaçadora, do viver indigente, etc., toma de tal forma o tempo de vida de uma pessoa do seio do povo, que a esgota para outras preocupações. "As alienações engendradas pela degradação qualitativa da existência são menos diretamente sentidas do que as resultantes de penúria, das privações, da insegurança, do trabalho cansativo." (10) Se ocorrer a quem queira modificar as circunstâncias dos fatos contar, por outro lado, com a concorrência dos que estão livres de se debater a cada dia com a brutalidade do "mundo cão", para alterar o estado de coisas, os transformadores estarão laborando em ledão equívoco, compreendidos, ou não. Aliás, pior se compreendidos, pois serão rechaçados exatamente por identificados como riscos a privilégios os quais, quem tem, de modo algum quer ver postos em discussão, sequer pensa em repartir e muito menos em abrir mão.

Mas a vida, além e aquém dos desejos de quem queira ver transformada no seu tempo e no seu espaço toda a gente, apesar de tudo continua - e tal não pode ser esquecido - mesmo enquanto não ocorre, ou não se cria uma condição histórica que seja própria para uma revolução, admitindo-se que tal condição seja articulável. Nesse tempo, entre a rebeldia voluntarista e a prostração comodista, há a possibilidade de se ser lúcido nas relações com o sistema e viver a vida, não apenas

sobreviver de alguma maneira permitida.

Não haverá, não parece possível, alguém que se alevante acima da concretude avassaladora das influências indiscutíveis e necessárias da sociedade. Ninguém fará uma leitura crua, isenta, pura do mundo - nem se concebe sugerir algo que se assemelhe. Mas tem sido possível atingir lucidez, querendo significar alcançar noção da existência de variadas formas de perceber e de se relacionar com o mundo e cuidar de administrar-se. Quer se dizer com administrar-se tão só saber avaliar as condições das águas e da embarcação e conseguir safar-se com o bom manejo do leme, tendo-se consciência de que não se vai segurar as correntes do mar.

Tem ocorrido a muitos, como a Vieira sucedeu ocorrer, de ter um "estalo". Se tal acontecer, se o indivíduo, de algum modo, toma consciência de si, então ele está exatamente diante do que acaba de descobrir que dado sistema estabelecido fez dele e diante da percepção do que é razoavelmente possível e digno de ser cultivado no tanto de planos e sonhos que vinha alimentando. É de se repetir que não se sustenta a idéia de que tal instante seja de neutralidade científica ou de ausência de emoções, mas certamente também não será um momento de alienação.

A ocasião - que será de terrível solidão, mas também de solidão instigante - elabora discreta mas

radical metamorfose em quem é atingido, ou se faz atingir por ela. Os mesmos olhos até então anteparados, são agora olhos de querer ver; os mesmos ouvidos que eram mantidos surdos, são doravante ouvidos de buscar ouvir; a boca silente vem a ser boca de querer falar. As próprias mãos, que tudo encobriam, querem outra função, querem ajudar a ampliar os sentidos e ter a experiência de tocar no que lhes esteja ao alcance, e mesmo além. Os três macacos não serão mais admirados. Os mesmos meios por onde entravam e saíam formas de cativar e servir, são agora meios de exercício de si em terrível, mas também excitante relação com o mundo.

É necessário ao indivíduo que tomou consciência, diante de tal situação, aceitar ser diferente - nem superior nem inferior, diferente - e viver com a diferença, relacionando-se com o mundo a partir de si, evitando naufragar e diluir-se nas modas, nas seitas, nos partidos, nas correntes, nas tendências. Para viver com modos não consagrados é necessário não se deixar interpelar pelas formas de consagração. Como alerta Thoreau, quando o preceituário diz: "Reconheça-me", "não há outra forma mais simples, mais efetiva, (...) mais indispensável de lidar, (...) de expressar sua pouca satisfação ou seu pouco amor com relação a ele: é preciso negá-lo, naquele local e momento." (11) La Boétie, fiando o pensamento, ensina que, aos sistemas dominantes, quanto "(...) mais se lhes dá, quanto mais são servidos, mais se

fortalecem, e se tornam cada vez mais fortes e dispostos a tudo aniquilar e destruir, e se nada se lhes dá, se não se lhes obedece, sem lutar, sem golpear, ficam nus e desfeitos, e não são mais nada, como o galho se torna seco e morto quando a raiz não tem mais humus ou alimento. |E afiança que| (...) podeis vos livrar se tentais, não vos livrar mas apenas querer fazê-lo. Decidi não mais servir e sereis livres; não pretendo que o empurreis ou sacudais, somente não mais o sustenteis, e o vereis como um grande colosso, de quem subtraiu-se a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar-se". (12)

Mas não há - não é o que se propõe - que negar o mundo. Impõe-se pelo contrário, apetrechado de um conveniente ceticismo metódico, mergulhar nele. Como dito, não se deve perder-se nos meandros das instituições do sistema, mas não se atuaria adequadamente quando se deixasse de lançar mão delas como instrumentos de transformação. Muitas das formas que se utilizam para dominar, se forem redirecionadas, podem ser transformadas em meios admiráveis de esclarecimento e libertação. São postos a serem ocupados e, de lá, manipulando-os, sem constrangimentos, como armas próprias dos tempos modernos, alertar mais pessoas, tantas quantas se possa, mesmo uma só, se mais não se alcançar. E se não se lograr êxito no convencimento ao próximo, que valha a tentativa como exercício que confirme posição, ou revele aspectos que careçam de retificação. Vale a luta, e o aprendizado do

lutar lutando é uma prática libertária. Colocou moda o entendimento que só tem eficácia a lide com a massa. Para o mundo de cada um, o mundo próximo e tangível, o atacado é ilusão que aliena; pode-se proceder a varejo, esquecer de amar o povo, que é frase fácil, e passar a amar o próximo, quer dizer, ter-se consciência de que não se vai revolucionar o mundo, sem que se troque e acerte algumas idéias com os vizinhos.

A construção de um mundo de todos, mais livre e mais igual, não ocorrerá sem a construção de um mundo de cada um, que tenha significado e diga alguma coisa aos interesses concretos de quem se quede ao empreendimento. Inobstante o "um" depender do "todos", que lhe fornece o próprio material para imaginar e edificar, cabe que se proceda com mais observação na seleção do que vai ser utilizado para alicerce de si próprio, e exhibir os resultados, influenciando as pessoas próximas, na tentativa de desencadear processos que levem ao encontro de formas de viver a vida e vê-la vivida que possam ser nomeadas democracia. Lembrando que a dimensão do humano será tão somente aquela que o próprio humano lhe emprestar - as "(...) relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem seus únicos autores." (13) -, é de não se olvidar que a peleja se imponha, "porque as lutas democráticas passadas e presentes evidenciam que o

desejo de liberdade e de igualdade pode ser bloqueado, reprimido e impedido |ou desviado| pelas instituições existentes, mas não pode ser destruído por elas, a menos que nisso consintamos, abdicando desses direitos e aceitando a servidão voluntária." (14) A quem não é próprio uma existência de servir, caminhar para o encontro, é opção consistente, pois. É que dias melhores não virão, poderão ser feitos vir, talvez.

NOTAS

1. MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Trad. de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro : Zahar, 1979. p. 27.

2. Ibidem, p. 28.

3. LASCH, Christopher. O mínimo eu : sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Trad. de João Roberto Martins Filho. 5. ed. São Paulo : Brasiliense, 1990. p. 29.

4. Comercial da calça marca US TOP levado ao ar pelas redes de televisão brasileiras nos anos 1976 e 1977.

5. LANE, Sílvia T. Maurer. O que é psicologia social. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981. p.

psic

36. (Coleção primeiros passos, 39).

6. PLATÃO. A república. Trad. de Eduardo Menezes. São Paulo : Hemus, |19-|. p. 188-190.

7. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. p. 136. (coleção novos umbrais).

8. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 214. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).

9. SENNETT, Richard apud GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. p. 20. (Coleção novos umbrais).

10. DUVERGER, Maurice. As modernas tecnocracias : poder econômico e poder político. Trad. de Max da Costa Santos. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975. p. 241.

11. THOREAU, Henry. Desobedecendo : a desobediência civil e outros escritos. Trad. de José Augusto Drummond. 2. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1986. p. 49.

12. LA BOÉTIE, Etienne. Discurso da servi-

ção voluntária. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo : Brasiliense, 1982. p. 15-16. (Elogio da filosofia).

13. CHAUI, Marilena de Souza. O que é ideologia. 19. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 19. (Coleção primeiros passos, 13).

14. Idem, Apresentação da coleção. In: LEFORT, Claude. A invenção democrática : os limites da dominação totalitária. Trad. de Isabel Marva Loureiro. São Paulo : Brasiliense, 1983. p. 7. (A invenção democrática).

9 - SOBRE DEMOCRACIA

Apesar de grupos dirigentes virem esmerando-se em desenvolver maneiras de tentar aprisionar a própria história, passando a ditar não só a interpretação dos fatos sociais pretéritos, mas até o desenrolar dos vindouros, restaria precipitado concluir-se que, por inútil qualquer luta, o sensato seria ensarilhar todas as armas. Há elementos que justificam não só esperanças em conclusão oposta, mas autorizam inferir-se, e é isso que importa, por viabilidades consistentes. É que, não obstante todos os aparatos que os "donos do mundo" e seus caudatários usam e da quantidade imensa de "bem intencionados" que, seja por inexperiência, seja por necessidade, "sem querer", emprestam sua colaboração, para que o estado de coisas presente se perpetue, resta uma palavra de significado difuso, uma aspiração indefinida que permanece: democracia. "Hoje em dia certamente não pode ser negada a presença de um consenso ideológico, de

uma concordância com profissões gerais e abstratas de fé democrática." (1)

Democracia é, elementarmente, um tema de estatutos de convivência - procurar formas práticas para coexistir que sejam produtos simples da vontade comum - mas assentar-lhe uma definição significaria circunscrever suas características e delimitar sua concepção, quando seu sentido está necessariamente ligado, não apenas a situações dadas, mas também a necessidades concretas diante delas. "(...) Falam sobre a democracia como um conceito estático (...) Mas a democracia não é, e nunca foi, um simples conjunto de definições: (...) sua natureza mudou e continuará mudando enquanto as classes sociais lutem pelo poder (...) É necessário falar da democracia no contexto das conjunturas historicamente específicas, do desenvolvimento econômico e político que correspondem a seus limites e as suas possibilidades." (2) Livrar-se de um rumor de botas prepotentes, obter um prato de comida, poder expressar-se, ter garantia de emprego, não ter um companheiro possessivo, não ser submetido a pais autoritários, querer a educação dos filhos, recuperar um canal, derrubar um muro, assistir a um filme, o significado de democracia é vinculado a meios de realizar sonho, ou de livrar-se de opressão. Nalgumas vezes, necessidade solitária; noutras, vontade de nação. E como definir carências, aspirações, desejos, muitas vezes utopias? Como conceituar o que em cada um acontece de se

manifestar por modo tão dissemelhante e por motivos tão diversos?

Há aspectos, que lhe são necessários, de aceitação pacífica. "O império da lei, à qual se subordinam governados e governantes, a liberdade de se organizar para competir, de modo pacífico, pelo poder, a liberdade de participação do conjunto dos cidadãos, através do voto, nos momentos de constituição do poder - eis aí atributos mínimos e essenciais da democracia em qualquer tempo ou em qualquer lugar em que exista ou tenha existido." (3) Outros aspectos, de expressiva valia às reservas pessoais, já são reconhecidos nas praças onde mais se adiantou sua vivência, o que constitui efetiva anexação ao seu acervo de afirmações. "As instituições democráticas devem também proteger a autonomia de cada um, seu silêncio ou sua fraqueza. A particular característica da democracia é reconhecer a existência do que não está integrado, talvez não integrável, e de não denominar desvio tudo o que não for conformidade. (...) É importante o reconhecimento de condutas de não-conformidade social ou cultural." (4)

Se, no entanto, toda a amplitude de seu sentido pudesse acomodar-se nas raias das expressões formais - que, se reconhecem, enquadram - ela seria uma moldura acabada dentro da qual deveria se adaptar um quadro social estagnado, quando viver democraticamente

significa sentir-se em transição sempre possível, travessia contínua para formas de existência que sejam produto da vontade de indivíduos com capacidade de expressar-se. Atina mais com sentimento e com sensação do que com enunciados que acabariam amarrando-o. A idéia que se quer expressar pressupõe formas de viver e de conviver sempre reconstruíveis, não tendo pertinência quaisquer preocupações com pronunciações acabadas, com formalizações conceituais restritivas. "A democracia muda e, do mesmo modo, o problema da atitude (...) apropriada para com ela terá que mudar." (5)

Tampouco podem ser erigidas a seu interesse primacial, por não dizer-lhes bastante, as formas rituais legalizadas, presumidas simples ferramental rendível. O que se imagina de democracia empresta à palavra uma amplitude tal que a faz instrumento de garantir a participação de cada um na condução do que é relativo à sua vida cotidiana pessoal e social concreta, não apenas em dado instante histórico, mas nos que se cometam em todos os lugares e tempos. "O único critério para a concretização da liberdade é saber se o indivíduo participa ativamente ou não da determinação de sua vida e de sua sociedade, e isso não apenas através do ato formal de votar, |ou outros que tais,| porém em sua atividade diária, em seu trabalho e em suas relações com outras pessoas." (6)

A partir do desenvolvimento de uma sensibilidade para com a coisa política, do olhar com mais acuidade as maneiras de inserção do indivíduo no mundo e do mundo no imaginário do indivíduo, pode-se - e talvez também se deva, por decorrência de obrigações tributárias a serem sempre prestadas ao que alguns já construíram e fizeram patrimônio de toda a humanidade - investigar e experimentar modos de edificar formas democráticas e maneiras de vivenciá-las, o que enseja aprender a reconhecer o que indica sua presença e a constatar o que é sinal de sua ausência. De um texto de Luiz Alberto Warat sacam-se idéias (afirmadas provisórias), para elencar alguns, dentre outros sugeríveis, pressupostos à democracia: "Uma sociedade para ser democrática precisa em primeiro lugar que seja garantido o espaço de emergência de seus conflitos (...) |sendo que| é preciso entender que existe uma grande diferença entre garantias para a organização de um espaço de reivindicações e as garantias que o direito tradicionalmente apresenta para a solução jurídico instituído dos conflitos; A democracia |não é apenas um sistema preventivo contra regimes repressores| (...), viver em democracia não é apenas perder o medo; A democracia é uma idéia forte que não pode ser reduzida às garantias para a consolidação da autonomia individual. Ela não pode separar-se do esforço para conseguir a autonomia individual; |Numa democracia, as funções constitucionais e as de todas as instâncias normativas| penetram na cultura política dos atos sociais, reivindicando uma forma

civilizada de fazer política, e o repúdio da violência, como forma de solução dos conflitos (...) |sendo| portadoras de uma dimensão política própria positiva, e não mais defensiva (...) |com a sua| dimensão política |situando-se| por sobre a |sua| dimensão jurídica (...); Numa sociedade política democrática, (...) o sentido de ordem está aberto a um debate sobre a legitimidade e a ilegitimidade dos valores práticos e reconhecimento de direitos; A democracia é a matriz do espaço público da sociedade política, só ela pode impulsionar um espaço de debates ilimitados, uma dinâmica que ultrapassa e quebra todos os intentos de pôr limites; A democracia (...) |está| comprometida com a idéia da criatividade social, sem negar a divisão, o conflito e o caráter indeterminado da história; |A democracia| revela-se sobretudo como um campo simbólico de relações sociais, onde o fundamento do poder da lei e do saber ficam caracterizados como espaços indeterminados, como espaços históricos. Desta maneira desaparece a função de uma garantia transcendente da ordem que assegure unidade e identidade orgânica da sociedade. Essas garantias tornam as democracias autoritárias e defensivas; |Numa democracia, o| poder político (...) precisa ganhar sua legitimidade com relação ao que a sociedade política considera como aceitável, exigível e legítimo; |Em um sistema democrático, é ficcional a realidade que cobre| com certezas as relações entre os homens (...), o direito deve estar ao serviço da idéia de que a democracia é um pacto de incertezas possíveis; Na

democracia, o poder é transferido de um grupo de homens para um conjunto de normas e instituições que protegerão os resultados substantivos que irão surgindo no decorrer do processo histórico. As normas e as instituições não podem tutelar nem alterar os resultados substantivos. O compromisso institucional e normativo deve ser formal; Na democracia, a definição do que é a política torna-se também uma questão indeterminada." (7)

As afirmações transcritas, a par do que se vem afirmando, não sugerem uma idéia de democracia que equivalha a uma nova barbárie ou a uma farra política. Dizem-na, sim, como ordem, apenas que uma ordem que reserve a previsão de desordenamento do que esteja eventualmente estabelecido e sirva para garantir ordens outras, que atendam sempre à vontade das partes interessadas, facultando "(...) meios de combater o poder e de novamente dar aos indivíduos e às comunidades a direção e a responsabilidade por suas atividades." (8) O ordenamento social é, evidentemente, uma conquista útil, necessária mesmo, à garantia de direitos. Sua ausência equivaleria à ausência de civilização. Tal entendimento é considerado estabelecido desde os antigos helênicos. "Afim de contas foram os gregos que descobriram não apenas a democracia, mas também a política - a arte de decidir através da discussão pública - e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada." (9) O que não parece

justificável é imaginar-se democracia a partir de um ordenamento existente, elevando-o de mera condição instrumental a valor em si. Formas organizadas para administrar problemas, defender interesses, reivindicar direitos são imprescindíveis, mas há, também, que fazer parte de sua essência ser lugar com franquia para visões diferentes, espaço de contínua busca de outros espaços, forma de garantir outras formas nas relações de poder. A articulação de visões diferentes e os meios de torná-las aplicáveis no cotidiano, levando a alguma maneira alternativa de viver, devem ser garantidos pelo ordenamento que exista, mesmo que isto signifique a sua substituição. A ordem só terá sentido, se contiver a certeza da possibilidade de reordenamento, única certeza aceitável por ser condição de todas as possibilidades. Fica possível concluir-se pela antinomia e paradoxo, na idéia de a ordem garantir a aventura. Não, se alcançar-se que "uma sociedade verdadeiramente política, na qual a discussão e o debate são técnica fundamental, é uma sociedade cheia de riscos. De tempos em tempos, é inevitável que o debate passe da tática para os princípios básicos, que haja um desafio não só às políticas imediatas daqueles que detêm o poder governamental mas, também, aos princípios a elas subjacentes; enfim, que haja uma contestação radical. Isso não é só inevitável, é também desejável." (10)

Coisa alguma em tal argumento contenta à

atonia dos vínculos de mando firmados, porque são conservantistas e impositivos. Já os nexos democráticos, em si operantes e transformadores, reconhecem-se nele, "(...) porque a democracia é subversiva. E é subversiva no sentido mais radical da palavra porque, onde chega, subverte a concepção tradicional de poder - tão tradicional que chega a ser considerada natural." (11)

Na busca de ordens democráticas que fossem construídas com respeito e dessem sentido a necessidades próprias de comunidades específicas, empolgaram-se e viram-se enganadas muitas esperanças de liberdades - única bandeira e único interesse de muitas lutas com vitórias, mas sem glórias. É bem sabido, e se leva em conta, que os resultados de momentos históricos que marcaram época como libertários, foram apropriados por elites mandatárias que os usaram, para ampliar seus próprios espaços, para somar garantias para si, obstaculizando que sucedesse o que idealizava a gente que se expôs. Os exemplos mais próximos e mais notórios são as Revoluções Francesa de 1789 e Russa de 1917. Em nenhuma das duas, restou muita vantagem para os "peões". De fato, o povo não ficou estabelecido no poder, seja num, seja noutro episódio, mas seus enunciados, suas propostas, como outros de outros episódios antecedentes, por sua vez, se não resultaram em conquista efetiva, resultaram em aspiração tão difundida e entranhada, que não seria impróprio dizê-la definitiva. Os chamados direitos formais que uma declara e os ditos

direitos materiais que declara a outra são, dias de hoje, aspiração que é tida por grande e sempre crescente quantidade de pessoas. É verdade que, inúmeras vezes, de forma enganada, mal delineada, pouco compreendida, mas, à medida que as gentes se esclarecem, suas afirmações temperam o esclarecimento. Mesmo que mal usados em tantas oportunidades, servindo de mote para projetos inconseqüentes, fundamentando discursos contraditórios, embalando promessas eleitoreiras, às vezes até desservindo, de tanto serem postos em discussão e virem dando sentido a atitudes pessoais e manifestações públicas que os reivindicam, dificilmente serão relegados ao olvido. As próprias falas demagógicas, as ofertas impraticáveis lembram a sua existência, alimentando lutas pela conquista e exercício deles. Lutar enganadamente, ou não, faz parte, foi dito, do processo de aprender. A prática de batalhar, supostamente, irá tarimbando seus agentes, delucidando-os - no crer e desapontar-se, nos tentames e desacertos, no alcançar que as insuficiências são próprias, sendo próprias, por isso, as razões - a discernir melhor o que efetivamente lhes seja do proveito, amanhando democracia. Alguns, na contenda, têm mais vantagens no eleger definições. "Mas esta luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor

geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana." (12)

É, pois, inobstante os seus tantos defeitos, viva e liberta a idéia, sendo, então, apesar deles, justificável, plausível e recomendável objetivá-la. "A vitória sobre todas as espécies de sistemas autoritários somente será possível se a democracia não manobrar em retirada, mas passar à ofensiva e dispuser-se a realizar aquilo que tem sido sua meta no espírito dos que lutaram pela liberdade no decurso destes últimos séculos." (13) Mesmo que meramente vislumbrada, impõe-se tentar, atentando-se, contudo, às formas de mais aprofundar seu conhecimento e melhor trabalhar sua conquista. Agora, se, como afirmado, não é enquadrável o objeto, da mesma maneira não será realizável encaixilhar os modos de sua busca. Algumas preocupações nascidas de se verificar tentativas frustradas, seja por seus fundamentos, seja por sua operacionalização, podem ser, ainda assim, referidas, tendo-se por critério o bem ser cauteloso, a modo de evitar pretensões conclusivas. O criticar o estabelecido ou o opinar-lhe alternativas, de maneira tal que sugestões experienciáveis sejam postas como certificados de ciência, só fariam reincidir formas que se busca afastar. Por seu invés, outrossim, não vale o silêncio que faz cúmplices, a quietude mansa - na verdade omissiva - dos "toda a vida" recatados "(...) que, em sua modéstia, não aspiram no fundo a mais nada, senão ao que elas já têm e bendita seja

'a ordem social' que não pretende a desventura deles ao convidá-los a destinos muito ambiciosos, tão mal adaptados às suas aptidões quanto às suas aspirações." (14) Mesmo que as justificativas de ausência sejam intenções de humildade, seu nome não será outro que omissão. "Em política, a única intenção que vale é aquela que aparece na ação real." (15)

NOTAS

1. FINLEY, M. I. Democracia antiga e moderna. Trad. de Waldréa Barcelos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro : Graal, 1988. p. 115.

2. WOLFE, Alan, SANTOS, Teotônio dos, GONZÁLES CASANOVA, Pablo. A questão da democracia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. p. 16-17. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; 4).

3. WEFFORT, Francisco C. Por que democracia? 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 55.

4. TOURAINE, Alain. O pós-socialismo. Trad. de Sônia Goldfeder, Ramon Americo Vasques. São Paulo : Brasiliense, 1988. p. 176-177.

5. WOLFE, Alan, SANTOS, Teotônio dos, GONZÁ-

LES CASANOVA, Pablo, op. cit., p. 17.

6. FROMM, Erich. O medo à liberdade. Trad. de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986. p. 216. (Obras de Erich Fromm).

7. WARAT, Luis Alberto. As funções constitucionais do saber jurídico e os caminhos da transição democrática. Seqüência, Florianópolis, n. 12, p. 47-54, jun. 1986.

8. TOURAINE, Alain, op. cit., 178.

9. FINLEY, M. I., op. cit., p. 26-27.

10. Ibidem, p. 156.

11. BOBBIO, Norberto. Qual socialismo : debate sobre uma alternativa. Trad. de Iza de Salles Freaza. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. p. 64. (Coleção pensamento crítico, 52).

12. WEFFORT, Francisco C., op. cit., p. 61.

13. FROMM, Erich, op. cit., p. 218.

14. BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. A reprodução : elementos para uma teoria do sistema de en-

-Clau

sino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro : F. Alves, 1975. p. 215. (Educação em questão).

15. WEEFFORT, Francisco C., op. cit., p. 76.

10 - CONTRIBUIÇÃO A UMA POSSIBILIDADE

Há inegável presença de sérias vontades tendo parte em revisões comoventes das maneiras de existir. As questões atinentes às regras de convivência são apaixonantes temas a dar pábulo a amiúdes altercações. Não se introduzem novidades, pois, à medida que se traz uma contribuição a ser elencada dentre outras possibilidades. Nem se aspira a tanto. Não se conhecem como de muito uso, todavia, são contribuições que assim se pretendam, limitadas a tal. Em nome de idéias postas à discussão, tem-se visto muita repetição de prescrições que se atrevem ao corpo de doutrina, às sendas dos apóstolos e aos atos litúrgicos. Com ânimo de não iterar os jeitos useiros, magistrando formas, quer-se fazer par aos de boa, porém crítica, vontade.

Entende-se que, desde logo, devam ser abandonados quaisquer projetos que pretendam a derrocada

total das classes dominantes em todas as suas frentes, dentro dos próprios espaços, nas formas de que se revestem, que para si elas construíram, ou apropriaram, bem como qualquer sistema de crença ou proposta de prática que tenha soluções prontas, ou que pretenda dar conta da transformação de todos os fenômenos sociais de súbito. "Donos de verdades" que se consideram "faróis do mundo" já construíram ditaduras suficientes, e mais para seu uso, gozo e disposição do que para garantir deferimento de demandas populares. É inalcançável o despertar de toda a gente, bela e adormecida, com um único beijo, ainda que se creia que "o povo, unido, jamais será vencido". As histórias de muitos tempos e de muitos lugares têm insistido em demonstrar a necessidade de outras fórmulas não tão mágicas. "Poucos espíritos sérios ainda acreditam que é possível preparar 'planos' e, por meio da 'engenharia social', construir uma nova utopia de harmonia social." (1)

Ousa-se sugerir, sem pretender a paternidade da idéia, já incipiente algures, que uma maneira alternativa de se erigirem espaços democráticos, é, enquanto se raciocina estrategicamente, permanecer vislumbrando o todo, mas enquanto as necessidades são mais próximas, cotidianas, as táticas e manobras devem ser, ainda que se possível articuladas, mais conformes às necessidades urgentes e próprias de indivíduos ou grupos. Diz bastante "(...) o protesto do escritor russo

Alexander Herzen que, num diálogo escrito há cem anos, criticava um revolucionário da época que queria sacrificar o presente da humanidade em troca do futuro prometido: 'Sua idéia é realmente condenar todos os seres humanos que vivem hoje ao triste papel de cariátides... suportando o peso do tablado sobre o qual outros poderão dançar algum dia?... Só isso servirá de advertência para o povo: um objetivo infinitamente remoto não é um objetivo, mas uma armadilha. Deve haver um objetivo mais próximo, que seja, quando menos, a remuneração ou a satisfação do trabalhador pelo trabalho executado. Cada época, cada geração, cada vida tem sua própria realização...'. (2) Com preocupações bem assim, "propostas de esquerda, nos países desenvolvidos, tendem a acoplar-se a interesses e movimentos sociais específicos, como ecologia, direitos humanos, mudança nas condições de trabalho, questões urbanas, mudanças nas formas de participação política e cultura (...). Há, entretanto, dois riscos nessa situação. O primeiro é a concepção corrente de que 'tudo é válido', que visões parciais e interesses específicos valham por si mesmos, prescindindo de qualquer idéia sobre a sociedade que se quer construir em função dessas preocupações; um relativismo, um espontaneísmo irritantes estão em voga, e a procura de uma justificação mais ampla e racional desses movimentos é um grande tema para o debate ideológico. O segundo risco é que as tentativas de totalização se façam, junto a largos setores da opinião pública, em termos de um vago misticismo, de um irracionalismo, espontaneísta,

ainda que moderado e tolerante. O movimento de reação a essa nova 'ideologia' já parece ter começado; mas é a direita quem o empreende." (3)

O texto transcrito demonstra já nascedoura a sugestão, porém alerta para três (e não, como diz, para dois) riscos que podem ser seus pecados originais, impregnando-lhe de mácula certa o futuro: a falta de percepção do todo social que, com sua presença acachapante, frustraria as atividades com fins específicos; a carência de lucidez que levaria as pessoas a atuarem sem uma visão crítica do tempo e do espaço ao redor, mas em um "estado de graça" alienante que faria repetir os fracassos de tentativas iludidas de emancipação; a possibilidade, bastante próxima, de que apenas os setores mais reacionários dominem o modo proposto e, através dele, ou de seu reembaralhamento, re disponham as coisas, porém ao seu gosto, e recriem condições de aceitação de soluções conservadoras. Mas a possível ausência de sucesso do propósito, por eventual erro na condução de sua aplicação, não o invalida.

Refletindo-se sobre a impossibilidade de idéias não se fazerem acontecer a partir de si, mas tão somente com o concurso de agentes interessados e capacitados para o implemento, retorna-se à afirmação de que alguns conquistam, ou obtêm, de alguma forma, a

oportunidade de sair pela tangente do círculo ideológico avassalador; de que a personalidade, vez por outra, safa-se da opressão e se afirma. Pressupõe-se que aí se encontram os atores de possível transformação, subversivos que saibam conjugar o verbo subverter, quando, como e onde empregá-lo, e não doidivas precipitados, com vocação incontida para apreciar aplausos que oferecem a si próprios. Sem qualquer medo de se estar pautado por elocubrações preconceituosas, assume-se a afirmação de ser evidente que no estado no qual se encontra, de amontoado de gente conduzida, a massa até pode ser atingida por transformações e ir sempre revelando partes que resultem esclarecidas, mas, deixados à própria sorte, os explorados definitivamente não a farão melhor. "Qualquer sentido que a história tenha, 'nós' teremos de criá-lo pelas nossas ações. Não obstante, a verdade é que embora estejamos todos dentro da história, nem todos possuímos igual poder de fazê-la. Pretender o contrário é um absurdo sociológico e uma irresponsabilidade política (...) Não temos todos o mesmo acesso aos meios de poder que existem, nem influência igual sobre sua aplicação. Pretender que 'nós' sejamos todos fazedores da história é uma irresponsabilidade porque obscurece qualquer tentativa de localizar a responsabilidade pelas decisões importantes dos homens que têm acesso aos meios do poder." (4)

Valha o argumento de que as massas não se

rebelam, buscando sua própria redenção, porque o momento histórico apropriado não aconteceu, ou não foi feito acontecer. Seja. Dever-se-ia, pois então, esperá-lo para quando? Surgido desde que condições? E como estas se arranjariam? Quem seriam os seus sujeitos ativos? Impensável repetirem-se esperanças em forças metafísicas que dirigiriam a apostasia do povo contra seus senhores, ou em relações dialéticas deterministas que revolucionariam o estabelecido, fazendo deperecer as formas de dominação. Arrola-se como testemunha que corrobora o argumento, a crônica, a que seja mais sincera, dos feitos humanos. As melhores construções são empresa de indivíduos. As multidões lhes tomam como sendeiros e lhes seguem os gestos denodados. Ambiências históricas franqueadoras aos intrometimentos pessoais são circunstâncias inafastáveis, manifestamente. Todavia sempre soube acontecer quem tivesse engenho para as arquitetar, ou sensibilidade para as perceber tramadas. Se há condições materiais imperativas, elas determinam tão somente até as possibilidades ideais criadoras, capazes de delinear uma vida distinta para os desafortunados. A obra cooperária de quem por algum modo possa dispensá-la não se enlea, senão para os inaptos e para os intrujões com intenções homiziadas, com o paternalismo que gera e gere a manutenção de necessidades, que afeta dispensar solicitude quando cria liames de subordinação. Esta obra é uma atitude solidária: "Quando aqueles que dispõem dos meios de esclarecer a opinião a conservam nas trevas, espera-se

em vão que ela encontre em si mesma os recursos para um juízo correto." (5) Por menos, cumpre avisar as gentes. Impende desempenhar um gesto pedagógico. "Despertar nas pessoas a compreensão do que realmente desejam de suas vidas (...) é uma educação de valores. Mas ajudar ao nascimento, num grupo de pessoas, da sensibilidade cultural, política e técnica que fará delas membros autênticos de um autêntico público liberal, isso é ao mesmo tempo um preparo em conhecimentos e uma educação de valores. Compreende uma espécie de terapia, no sentido arcaico de esclarecer o conhecimento próprio. Compreende a transmissão de toda a capacidade de entrar em controvérsia consigo mesmo, a que damos o nome de pensamento, e com os outros, ao que chamamos debate. E o produto final dessa educação liberal da sensibilidade é simplesmente o homem ou mulher auto-educado e autocultivado. O homem informado, parte do público autêntico, é capaz de transformar seus problemas pessoais em questões sociais, de ver a relevância que têm para a sua comunidade, e a comunidade para eles. Compreende que os pensamentos e problemas considerados pessoais são, quase sempre, problemas partilhados por outros e realmente impossíveis de resolver por uma pessoa, mas somente por modificações na estrutura dos grupos em que vive e por vezes da estrutura de toda a sociedade." (6)

Não se sugere a vinda do messias, do filho do pai, do pescador de gente, do guia genial dos povos ou

do grande timoneiro, raciocina-se sobre pessoas lúcidas, dispostas a emprestar uma atitude ao mundo e com competência para alguma articulação. Não se trata de iluminados, vanguardas ou pastores, sabedores do "sentido da vida". Fala-se de líderes, de quem seja circunstancialmente competente e se imponha desempenhar um papel para o qual reúna condições. "A liderança tem de ser espontânea, emergente, surgida no meio social apenas para ajudar o grupo a resolver dificuldades. A única liderança necessária é a espontânea e não pode ser forjada pela vontade autoritária de ninguém. Surge numa hora certa para desempenhar determinada função. Liderar é uma questão de originalidade e criatividade específicas. Nenhuma liderança pode se cristalizar (...) Produz o que tem de produzir, a realidade se transforma por sua ação catalisadora e a figura sai de cena (...) As lideranças são sucessivas, alternam-se em função da alternância de situações e crises, devem estar sempre disponíveis e, naturalmente, são descartáveis. Liderança é um tipo de especialização provisória. Algumas pessoas estão mais habituadas a resolver determinado tipo de problema devido às características de suas personalidades ou em função de algum treinamento (...) O perigo está no autoritarismo e ele começa quando as lideranças se cristalizam, ultrapassando os limites do necessário, impondo-se, estabelecendo relações de dominação. Nesta perspectiva, a liderança (...) não é o que conduz, mas o que catalisa. Mais ainda: ela é mutante, passageira, jamais vai se

institucionalizar (...) Depende do problema em questão e da situação do grupo - liderança não é onipotência nem onipresença. É apenas um ato de amor e de sobrevivência comuns (...) Liderança heróica, do tipo intelectual histórica, sempre deu em ditadura e mais repressão sobre o povo (...)" (7)

Poder-se-ia contrariar este modo de ver a coisa, afirmando-se que, de sua prática, restaria, vivendo à parte, entre os "comuns", um mundo de "iluminados", uma elite auto-selecionada, fundada em critérios excludentes, cumprindo vezes de oráculos seculares. Não prosperaria a preocupação. Pressupõe-se, como já foi afirmado, que o todo ideológico é o produto mutante de um contínuo embate de ideologias que os mais diversos grupos, melhor ou piormente posicionados nas relações de poder, professam, donde resulta, sempre, que toda atitude que interfira no social, não produz efeito apenas em quem a praticou, ou sobre quem foi cometida, pessoa ou grupo, mas reflete no conjunto, diluindo-se logo no seu seio, ou alterando-lhe a cor por mais tempo e espaço, até mesmo definitivamente e em todo lugar, dependendo da dimensão da interferência. "Conquistada uma posição num campo particular, esta conquista repercute sobre outros campos e, principalmente, na arena política geral". (8)

Os resultados das interferências, por sua

vez, além de desprenderem-se de quem os tenha provocado, de seu fato gerador, causam sempre uma cadeia de efeitos: provocam não só uma consequência direta, resultado concreto do ato; criam, também, pela concretização de uma atitude, noções que geram condições de novos agires. Uma greve por proveitos obreiros, por exemplo, não apenas conquista direitos trabalhistas, mas ensina modos de conquistar direitos que, se praticados, desencadearão outras práticas e afirmarão outros direitos, estimulando, pelo gozo do conquistado, novas iniciativas democratizantes. E a idéia de direitos como conquista, como garantia historicamente declarada, reconhecida e formulada em enunciados que pertencem aos expugnadores, garante a impossibilidade de abolição que não parta senão de quem os detenha. São aquisição irreversível da humanidade e não concessão revogável de parte dela, já não são relambórias formalidades destinadas a acobertar modos de subjugamento, mas está investida nela uma luta muito lutada contra a opressão. "Os direitos do homem reenviam o direito a um fundamento que, a despeito de sua denominação, não tem figura, dá-se como interior a ele e nisto se dissimula perante todo poder que pretendesse se apoderar dele (...), sua formulação contém a exigência de sua reformulação ou que os direitos adquiridos são necessariamente chamados a sustentar direitos novos (...). Ele é sempre mais questionável à medida que vontades coletivas ou, se se prefere, que agentes sociais portadores de novas reivindicações mobilizam uma força em

oposição à que tende a conter os efeitos dos direitos reconhecidos. Ora, ali onde o direito está em questão, a sociedade, entenda-se a ordem estabelecida, está em questão. Por mais eficazes que sejam os meios de que dispõe uma classe para explorar em proveito próprio e denegar às outras as garantias do direito, ou aqueles de que dispõe o poder para subordinar a si a administração da justiça ou sujeitar as leis aos imperativos da dominação, esses meios permanecem expostos a uma 'oposição de direito' (...) O Estado de direito sempre implicou a possibilidade de uma oposição ao poder, fundada sobre o direito (...) Mas o Estado democrático excede os limites tradicionalmente atribuídos ao Estado de direito. Experimenta direitos que ainda não lhe estão incorporados, é o teatro de uma contestação cujo objeto não se reduz à conservação de um pacto tacitamente estabelecido mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente. Da legitimação da greve ou dos sindicatos ao direito relativo ao trabalho ou à segurança social, desenvolveu-se assim sobre a base dos direitos do homem toda uma história que transgredia as fronteiras nas quais o Estado pretendia se definir, uma história que continua aberta." (9)

Precisamente a condição não fechada em que se produz a história, modificável a partir do interior de si própria, desde as atitudes que tomam os desacomodados, é que impõe que se diligencie em reconstruir, não se

fundando em ideais de esperança, mas se alicerçando em idéias de possibilidade. Seria substituir o ideal sempre esperado que aconteça pela idéia de operar, para concretizar o acontecimento, criticando a realidade, reconhecendo-a, fazendo-a instrumento da própria ação que intenta transformá-la.

Fundamental, então, conquistar espaços, próximos ou amplos, e vê-los transformados em direitos reconhecidos. E, a cada momento, há de se catar no acervo aquisições que, re combinadas, construam novos espaços, estabeleçam novos direitos. Uma atividade de conquista, manutenção e rearticulação seria um esforço possível de conseguimento de democracia e permanente redemocratização, ou uma dinâmica de viver democraticamente. Pode-se afirmar que já tem sido assim. Não é verdade. Falta o essencial: não se trabalha para articular as conquistas, mantê-las, difundí-las. São deixadas ao relento árido, quando deveriam ser lançadas em lavra fecunda. Têm sido pequenas cunhas de um lenho, introduzidas em brechas de um grande tronco de madeira estranha. De tudo isso poderia resultar um lenho novo, construído com as tantas cunhas, com cada uma delas sendo parte com características peculiares a se respeitar, mas não estranhas, fincadas e mantidas à força umas dentro das outras. Têm-se, quando em tudo se comunicam, com lastimável indiferença.

Já há uma luta por democracia - indefinida e sempre em obra, edificando sobre si própria - "que corre pelos séculos, que tem diante de si o futuro |mas| que, é verdade, sempre engendra e provoca cada vez mais, aqui mesmo, uma resistência decidida ou disfarçada dos detentores da riqueza e do poder, resistência que conta com a cumplicidade maciça do medo do novo, da busca de normas protetoras, da atração pela uniformidade, do fechamento dos indivíduos no interior de seu espaço privado (...)" (10) A sua confirmação e alargamento vêm sendo obra, em cada geração, de indivíduos. Podem não ser tão poucos quanto se supõe, mas, além de desarticulados, vêm bisando erros flagrantes na administração de seu propósito, como se pretende já haver demonstrado. O fato de os incentivos às reivindicações e conquistas surgirem sempre em face de circunstâncias específicas, não pode continuar explicando a improvisação nas pugnas, para obter direitos, e a incúria em mantê-los. O esforço tremendo para desconstruir preconceitos e convicções e para abolir fundos interesses estabelecidos, se não for elo que busque compor corrente, não vingará. As conquistas populares serão proporcionais à capacidade de organização, de aglutinação de forças políticas e de mobilização de massas. Daí a necessidade de articulação, busca de atores competentes e propostas verificáveis, sem o que, faça-se o que se queira, os esforços serão criação delusória e os resultados desestímulo às imaginações mais férteis e mais

valentes e que poderiam ousar.

"Precisamos hoje, mais do que nunca, da utopia - no sentido de que os homens precisam, como sempre precisaram, ter uma visão das suas potencialidades, dispor de um meio para fundir suas paixões com a inteligência. Mas o ingresso na Cidade Celestial não pode continuar sendo feito pela 'escada da fé' - precisa agora de um caminho empírico. A utopia de hoje precisa especificar seus objetivos precisos, como chegar até eles, o custo do empreendimento, e uma avaliação de quem pagará esse custo, com a necessária justificação." (11) Imaginando e agindo os que tenham vontade e discernimento, deles, talvez, seja um viver lúcido e agradável sobre a terra.

NOTAS

1. BELL, Daniel. O fim da ideologia. Trad. de Sérgio Bath. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1980. p. 326. (Pensamento político, 11).

2. Ibidem, p. 329.

3. COELHO, Marcelo. Renasce a tese do "fim das ideologias". Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jan. 1990. Caderno especial, p. 3.

4. MILLS, C. Wright. A elite do poder. Trad. de Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1973. p. 33. (Biblioteca de ciências sociais).

5. LEFORT, Claude. A invenção democrática : os limites da dominação totalitária. Trad. de Isabel Marva Loureiro. São Paulo : Brasiliense, 1983. p. 31. (A

invenção democrática).

6. MILLS, C. Wright, op. cit., p. 372.

7. FREIRE, Roberto, BRITO, Fausto. Utopia e paixão : a política do cotidiano. 4. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1986. p. 57-58.

8. VIANNA, Luiz Werneck. Entre o antigo regime e a novíssima república. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 jan. 1986. Folhetim, p. 11.

9. LEFORT, Claude, op. cit., p. 55-56.

10. Ibidem, p. 26-27.

11. BELL, Daniel, op. cit., p. 328.

CONCLUSÃO

Em nome de variadas ideologias, por vias pacíficas ou violentas, elites dirigentes têm sido empossadas, ou, referindo melhor, se empossado na condução de destinos de sociedades humanas. Quando se instalam, com fundamentos ideológicos diferentes daqueles sob cujos auspícios se governava, críticas ao que ocorria e promessas de procedimentos diferentes acontecem.

Surgem modificações, é inegável, mas o dirigente, mesmo o mais revolucionário, transmuda-se em conservador. Protagonista do poder, no fazer de agora, corrompe as referências envelhecidas. Em nome de uma revolução, ou de uma contra-revolução, quem ascende a posições de comando, passa, antes de qualquer outra consideração, a lançar instrumentos que conservem o poder conquistado. A moderna aparelhagem de confeitura de poder faz com que a subjugação resulte de tutela, não seja mais

obtida por tirania. Sem brutalidade, mas por persuasão e dissuasão, com inserção de modelos, há investimento sobre pessoas, produzindo uma maioria silenciosa, movente, conformada, coisificada.

Essa a grande diferença: o modo de as classes dirigentes tanger o que conhecem por "o povo". Elas têm maneiras diferentes de conduzir as populações. Tem persistido, contudo, no processo, uma não-diferença: os indivíduos não se auto-administram, não decidem, não elegem as normas de convivência; são feitos ausentes do produzir as condições de sua própria existência, que depois os produz.

Não se manifesta indignação contra o exercício do poder. Em todo o lugar e época, alguns, de certa forma, tiveram a vontade de outros à sua mercê. Isto parece inevitável, ou não se sabem modos de evitar. Confere-se que o poder é, ou tem sido, uma necessidade social. Defende-se é que se impõe a conveniência, ainda que tão só por método, de uma postura cética, cautelosa diante das relações que seus jogos assentam, pois tendem a eternar-se, e diante de quem as gerencia, pois propendem a manobrá-las. Não se abominam preceitos e regras de coexistência, eles são necessários. Alerta-se sobre a não participação dos interessados na sua elaboração, e a utilização deles para manipular, para afastar as pessoas de si mesmas e da compreensão do universo social em que

estão inseridas. Pressupõe-se governo e instrumento de governar. Propõem-se expedientes que garantam à sociedade controlar o governo e os instrumentos de governar.

Esta a vivência democrática que se aventa, quando e onde seria tolerável e até desejável a possibilidade do diferente, como forma de enriquecer a vida, porque não há regimes prontos, ideologias ideais para todo o sempre e para toda a gente. Há uma luta a ser encetada pelo indivíduo, enquanto personalidade única, pessoa privada, jamais confundida com o egocêntrico auto-absorvido, para combinar-se e recombina-se, quando entendidos por necessários, modos de conviver, com desígnio de pacificar o indisponível no ser e o reclamado pela sociedade. Há o indivíduo social com direito a participar da comunidade, senhor do espaço público, e há o indivíduo privado com direito a ser reconhecido isoladamente dentro do todo, senhor da sua intimidade. O coletivo deve ser o resultado, sempre alterável, da vontade privada, consciente e espontânea, reunida em um público. Um plural de singularidades que não seja produção do poder.

Ausentes estes modos de relação política, sem concessão em nome de nenhum modo de convivência ou como justificativa de qualquer ideologia, a humanidade será uma massa de manobra, e a liberdade dos seres humanos será uma fraude.

Tais condições - a referência é procedida com consternação - não são presenciadas nem antevistas. Para que o existir não fosse trama e burla, de sorte a restar escravo do que as classes dominantes fazem ser as circunstâncias históricas das diversas épocas e lugares, as sociedades teriam que saber controlar seus processos mais amplos e mais profundos, mas tal não se verifica. Os desejos objetivados têm sido os que planos de embaimento vêm fazendo ser, e sua representação é intermeada pelas formas que os donos do mando lhes conferem e trazem conduzidos sob brida. Então, não se tem qualquer ilusão de que as massas, insensatas e desorganizadas, nos momentos históricos próximos se libertarão, ou serão libertas.

O episódio histórico mais recente, que o mundo que se reclama livre ainda discute, e parece que muito polemizará, chamado glasnost, e que vem de ocorrer na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, se a tantos levou ao riso e ao choro por emoção diante de nesgas muito que bem controladas de liberdade, a muitos e muitos mais conduziu às filas, para obter hambúrgueres e refrigerantes, saudados como sinais de civilização. E tais indícios de alienação não ocorrem apenas do lado de lá do mundo ocidental, democrático e cristão, professante de "valores sãos". Neste mundo de cá, vigoram condições também muito pertinentes para os mesmos hambúrgueres e refrigerantes simbolizarem gerações inteiras. E tão

obsequentes são as possibilidades, que o ensejo de um cantor "da moda", a soldo para tanto, representar satisfação abrindo uma garrafa em público, faz a marca de seu conteúdo elevar-se em quantidade de vendas.

Não, não se têm ilusões. Apenas se confirma, manifesta apreço e se oferta preito aos desobedientes, aos apóstatas, aos excomungados, aos subversivos, aos amotinados, aos indomesticáveis, aos insurgentes, enfim, aos que resistem e se opõem e, incógnitos ou não, otram moosa na história, são seus agentes, muito embora não se os reconheça, ou confesse o reconhecimento, denunciando formas de manipulação, alertando para o muito delicado problema de atitudes enganadas poderem ser recicladas e postas a serviço dos sistemas dominantes estabelecidos, e concluindo que é possível, que resta plausível - inobstante os truques arrivistas dos dominantes e a alienação e servilidade dos dominados - a alguns viverem, maximamente aos empreendedores perspicazes: ter consciência crítica do seu derredor e sentir prazer no tramar a ambiência do fazer o que se decidiu deva ser feito. E fazê-lo.

Haveria maior felicidade, mais satisfação, se com mais pessoas em tais condições - com a vida administrada por elas próprias - se pudesse cruzar nas ruas, até para não se ficar confinado aos limites de um mundo solitário, sem interação com o outro. Viver é,

sobretudo, conviver. Os outros, então, os que constituem a circunvizinhança de cada um, as pessoas com quem se pode ter vínculos de sentimento, constituem-lhe, também, a identidade e as possibilidades. Inexiste o ser humano pronto, "a criatura feita à imagem do criador perfeitíssimo". Há o ser incompleto porém criativo - criativo, porque incompleto. O outro, a conjugação com o outro, é meio de crescimento, de possível extensão de si mesmo, nunca lugar de limite. As contradições do concurso e dos resultados são recinto de criar, de onde poderiam partir invenções que engrandeceriam a humanidade. Não há, então, que se temer a perda da própria autonomia no reconhecimento do próximo. Antes, a sua confirmação e a contribuição para a sua qualidade, com a invenção e o desenvolvimento de vínculos criativos, sentimentais e envolventes, é a identificação, a qualificação e o elogio de si próprio. É possível contribuir para que assim, talvez, mais pessoas pensem, ajam e mesmo sejam, investindo na construção de uma nova mentalidade e interferindo para o seu confronto com os credos que vêm logrando consentimento. Crenças devem ser desequilibradas com apropriadas idéias contrapostas.

Entendendo-se que o viver democrático é uma construção a ser feita, por partes e em muitas partes, nunca um "pacote" pronto para substituir, com pressupostos "a priori" de excelência, uma realidade indesejada, estabelece-se a condição, o espaço organizado e animado

para cultivar, ver crescer e distribuir um saber que permita às pessoas iniciarem sua libertação a partir do domínio do que lhes é relativo. Estar-se-ão fazendo libertos, por se estarem fazendo conhecedores de si. No modo de existir vigente, as pessoas têm estado alheias não unicamente aos andamentos sociais. São estranhas a si próprias. Jamais reuniram seu foro interior. Não têm contato consigo mesmas e sequer estimam a valia desse não sabido encontro reservado.

As tão requeridas franquias públicas são um compêndio de liberdades privadas. Se a liberdade privada é uma concessão ideológica, a contribuição possível à qualificação da coisa pública é a contribuição possível ao domínio da privacidade: diligenciar para que medre uma ideologia que faça pensar sobre o ser particular, que ensine o valor disso, da importância fundamental de saber de si como meio de sair de si, de ser parte do todo, mas distinta dentro dele, tanto de cada uma das partes que o compõem, quanto da soma de todas elas. As lindes de tal possibilidade são as já examinadas. Na melhor conjetura, vingando a concepção, será, na refrega, mais uma das tantas, habitará o pensar de alguns e os fará, quem sabe, livres do medo de ser indivíduos e felizes, sem o que, baldada é qualquer obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADORNO, Theodor W., BARTHES, Roland, BENJAMIN, Walter et al. Teoria da cultura de massa. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. 340 p.
2. ANDRADE, Lédio Rosa. Direito alternativo. O Estado, Florianópolis, 15 mar. 1991. p. 4.
3. ANUÁRIO Inaciano de 1964. Porto Alegre : Sede Padre Réus, 1964. 224 p.
4. ATTALI, Jacques, GUILLAUME, Marc. A antieconomia : uma crítica à teoria econômica. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro : Zahar, 1975. 221 p. (Biblioteca de ciências sociais).
5. BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas :

- o fim do social e o surgimento das massas. Trad. de Suely Bastos. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. 86 p.
6. BELL, Daniel. O fim da ideologia. Trad. de Sérgio Bath. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1980. 334 p. (Pensamento político, 11).
7. BOBBIO, Norberto. Qual socialismo : debate sobre uma alternativa. Trad. de Iza de Salles Freaza. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. 111 p. (Coleção pensamento crítico, 52).
8. BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. A reprodução : elemetos para uma teoria do sitema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro : F. Alves, 1975. 238 p. (Educação em questão).
9. BOURGOIS, Philippe. Ilusões de traficante : o antropólogo que estuda o comércio de drogas em Nova York diz que os traficantes dos bairros pobres são movidos pelo mesmo sonho americano dos yuppies. Veja, São Paulo, v. 23, n. 37, p. 5-7, set. 1990.
10. BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado. 5. ed. São Paulo : José Bushatsky, 1982. 354 p.

11. BRASIL. Código civil e legislação civil em vigor.
Org. seleção e notas de Theotônio Negrão. 5. ed.
São Paulo : Revista dos Tribunais, 1985. 759 p.
12. BRECHT, Bertolt. Teatro completo em 12 volumes.
Trad. de Wolfgang Bader, Marcos Roma Santa, Wira Selanski. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. 266 p.
(Coleção teatro, 11).
13. BRUM, Nilo Bairros de. Requisitos retóricos da sentença penal. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1980. 124 p.
14. CHAGAS, Carlos. A força despertada. Jornal de Santa Catarina, Florianópolis, 23-24 mar. 1985. p. 5.
15. CHAUI, Marilena de Souza. O que é ideologia. 19. ed.
São Paulo : Brasiliense, 1985. 125 p. (Coleção primeiros passos, 13).
16. CHAVES, Antonio. Tratado de direito civil. 3. ed.
São Paulo : Revista dos Tribunais, 1982. v. 1, t. 1.
17. COAÇÃO irresistível. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 477, p. 342, jul. 1975.
18. COELHO, Marcelo. Renasce a tese do "fim das ideologi-

- as". Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jan. 1990.
Caderno especial, p. 3.
19. CORRÊA, Marcos Sá. A moeda de Maria da Conceição.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 mar. 1986. p.
11.
20. DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. O leopardo. Trad. de
José Antonio Pinheiro Machado. Porto Alegre : L&PM,
1983. 206 p.
21. DUVERGER, Maurice. As modernas tecnocracias : poder
econômico e poder político. Trad. de Max da Costa
Santos. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975. 245 p.
22. ECO, Umberto. Orgulho do orgulho. Senhor, São Paulo,
n. 191, p. 37-39, nov. 1984.
23. FALEIROS, Vicente de Paula. Espaço institucional e
espaço profissional. Revista Serviço Social & Soci-
idade, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 137-152, set. 1979.
24. _____. Metodologia e ideologia do trabalho social. 3.
ed. São Paulo : Cortez, 1982. 142 p.
25. FAORO, Raymundo. A (in)utilidade das pesquisas elei-
torais. Isto É Senhor, São Paulo, n. 1042, p. 31,
set. 1989.

26. FARIA, José Eduardo, SANTOS, Boaventura de Sousa, CAMPILONGO, Celso Fernandes et al. Direito e justiça : a função social do judiciário. São Paulo : Ática, 1989. 205 p. (Série fundamentos, 48).
27. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, |198-|. 1499 p.
28. FINLEY, M. I. Democracia antiga e moderna. Trad. de Waldéa Barcelos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro : Graal, 1988. 192 p.
29. FONSECA V., Lady M. Uma reflexão metodológica para o trabalho social : conhecer e intervir para transformar. Trad. de Sônia S. Nicolai. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 85-100, ago. 1982.
30. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979. 296 p. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).
31. _____. Vigiar e punir. Trad. de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis : Vozes, 1977. 276 p.

32. FREIRE, Roberto, BRITO, Fausto. Utopia e paixão : a política do cotidiano. 4. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1986. 109 p.
33. FROMM, Erich. O medo à liberdade. Trad. de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986. 235 p. (Obras de Erich Fromm).
34. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo : Pioneira, 1984. 205 p. (Coleção novos umbrais).
35. GARCIA, Nelson Jahr. O que é propaganda ideológica. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. 88 p. (Coleção primeiros passos, 77).
36. GOMES, Orlando. Novos temas de direito civil. Rio de Janeiro : Forense, 1983. 346 p.
37. HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. de Flávio R. Khote. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. 397 p.
38. HOLLANDA, Chico Buarque. Chico Buarque : letra e música. São Paulo : Companhia das Letras, 1989. 287 p.
39. JACQUES, Paulino. Curso de direito constitucional.

8. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1977. 638 p.
40. JURI. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 511, p. 357, maio, 1978.
41. KONDER, Leandro. O continente chamado Bertolt Brecht : o escritor e dramaturgo que possui personalidade polêmica, que não pode ser equacionada por fórmulas fáceis. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 maio, 1986. p. 54.
42. LA BOÉTIE, Etienne. Discurso da servidão voluntária. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo : Brasiliense, 1982. 239 p. (Elogio da filosofia).
43. LANE, Sílvia T. Maurer. O que é psicologia social. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981. 87 p. (Coleção primeiros passos, 39).
44. LASCH, Christopher. O mínimo eu : sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Trad. de João Roberto Martins Filho. 5. ed. São Paulo : Brasiliense, 1990. 286 p.
45. LEFORT, Claude. A invenção democrática : os limites da dominação totalitária. Trad. de Isabel Marva Loureiro. São Paulo : Brasiliense, 1983. 247 p. (A invenção democrática).

46. LEITE NETO, Alcino, CLÁUDIO, Ivan. Vista grossa : o Brasil trata com jeitinho o futuro das comunicações, enquanto a Itália põe em xeque o império Berlusconi. Isto É Senhor, São Paulo, n. 1093, p. 68-71, ago. 1990.
47. LIMA, Hermes. Introdução à ciência do direito. 27. ed. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1983. 330 p.
48. LIMA SOBRINHO, Barbosa. Mobilização nacional. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 mar. 1986. p. 11.
49. MACEDO, Ubiratan Borges de. Ideologia no mundo contemporâneo. Nomos, Fortaleza, v.5, n.1, p. 93-115, 1986.
50. MACRIDIS, Roy C. Ideologias políticas contemporâneas. Trad. de Luiz Tupy Caldas, Maria Inês Caldas de Moura. Brasília : Universidade de Brasília, 1982. 317 p.
51. MALMESBURY, Thomas Hobbes de. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Trad. de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nezza da Silva. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. 419 p. (Coleção os pensadores).

52. MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Trad. de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro : Zahar, 1979. 238 p.
53. MILLS, C. Wright. A elite do poder. Trad. de Walten-sir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1973. 421 p. (Biblioteca de ciências sociais).
54. NEGREIROS, José. Show sem limites : um especialista em comunicação analisa o desempenho dos candidatos no vídeo e o papel das pesquisas. Isto É Senhor, São Paulo, n. 1037, p. 5-9, ago. 1989.
55. ORWELL, George. 1984. Trad. de Wilson Velloso. 19. ed. São Paulo : Cia Ed. Nacional, 1985. 277 p. (Biblioteca do espírito moderno, 24).
56. PIRSIG, Robert M. O Zen e a arte da manutenção de motocicletas : uma investigação sobre valores. Trad. de Celina Cardin Cavalcanti. 5. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984. 388 p. (Biblioteca de ficção contemporânea, 2).
57. PLATÃO. A república. Trad. de Eduardo Menezes. São Paulo : Hermus, |19-|. 301 p.
58. QUEM tem medo da TV mundial : as ditaduras de esquerda e direita, que não poderiam impedir seus especta-

res de assistir as virtudes da democracia. Isto É Senhor, São Paulo, n. 990, p. 92-94, set. 1988.

59. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 13. ed. São Paulo : Saraiva, 1986. 381 p.

60. RODRIGUES, Horácio Vanderlei. Ensino jurídico e realidade social. Seqüência, Florianópolis, n. 17, p. 77-87, dez. 1988.

61. SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Sociologia política : elementos de ciência política. Trad. de Domingos Mascarenhas. São Paulo : DIFEL, 1979. 696 p.

62. SENNET, Richard. O declínio do homem público : as tiranias da intimidade. Trad. de Lygia Araujo Watana-be. São Paulo : Companhia das Letras, 1988. 447 p.

63. SILVA, De Plácido e. Vocabulário jurídico. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1975. 1675 p.

64. THOREAU, Henry. Desobedecendo : a desobediência civil e outros escritos. Trad. de José Augusto Drummond. 2. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1986. 210 p.

65. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Trad. de Neil Ribeiro da Silva. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. 597 p. (Biblioteca de cul-

tura humanista, 4).

66. TOURAINE, Alain. O pós-socialismo. Trad. de Sônia Goldfeder, Ramon Americo Vasques. São Paulo : Brasiliense, 1988. 224 p.
67. VIANA, Luiz Werneck. Entre o antigo regime e a novíssima república. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 jan. 1986. Folhetim, p. 10-12.
68. WARAT, Luis Alberto. As funções constitucionais do saber jurídico e os caminhos da transição democrática. Seqüência, Florianópolis, n. 12, p. 47-54, jun. 1986.
69. WEFFORT, Francisco C. Por que democracia? 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985. 133 p.
70. WOLFE, Alan, SANTOS, Teotônio dos, GONZÁLES CASANOVA, Pablo. A questão da democracia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. 172 p. (Coleção CEDEC/Paz e Terra, 4).
71. WOLKMER, Antonio Carlos. Demarcações históricas para uma temática das ideologias. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 59, p. 123-157, jul. 1984.